

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Túlio Jésus Ribeiro

NEOCONSERVADORISMO NO GOVERNO BOLSONARO (2019-2022):
Influência ideológica e formação de agenda nas políticas de diplomacia do conhecimento

Belo Horizonte
2024

Túlio J3sus Ribeiro

NEOCONSERVADORISMO NO GOVERNO BOLSONARO (2019-2022):

Influ3ncia ideol3gica e forma3o de agenda nas pol3ticas de diplomacia do conhecimento

Disserta3o apresentada ao Programa de P3s-Gradua3o em Ci3ncia Pol3tica da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obten3o do t3tulo de Mestre em Ci3ncia Pol3tica.

3rea de concentra3o: Institui3es Pol3ticas e Pol3tica Internacional

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Feres Faria

Coorientador: Prof. Dr. Lucas Pereira Rezende

Belo Horizonte

2024

320	Ribeiro, Túlio Jésus.
R484n	Neoconservadorismo no governo Bolsonaro (2019-2022)
2024	[manuscrito] : influência ideológica e formação de agenda nas
	políticas de diplomacia do conhecimento / Túlio Jésus Ribeiro. -
	2024.
	115 f. : il.
	Orientadora: Claudia Feres Faria.
	Coorientador: Lucas Pereira Rezende.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	1. Ciência política – Teses. 2. Diplomacia – Teses. 3. Carvalho,
	Olavo de. 4. Bolsonaro, Jair Messias, 1955-. I. Faria, Claudia
	Feres. II. Rezende, Lucas Pereira. III. Universidade Federal de
	Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

FAFICH - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - SECRETARIA

ATA 21ª/2024 DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO TÚLIO JÉSUS RIBEIRO

Realizou-se, no dia 30 de julho de 2024, às 09:00 horas, por videoconferência, a defesa da dissertação, intitulada "NEOCONSERVADORISMO NO GOVERNO BOLSONARO (2019-2022): Influência ideológica e formação de agenda nas políticas de diplomacia do conhecimento", elaborada e apresentada por TÚLIO JÉSUS RIBEIRO - número de registro 2022653720, graduado no curso de RELAÇÕES INTERNACIONAIS. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Profa. Claudia Feres Faria - Orientadora (DCP/UFMG), Prof. Lucas Pereira Rezende - Coorientador (DCP/UFMG), Prof. Guilherme Stolle Paixão e Casarões (FGV), Prof. Juarez Rocha Guimarães (DCP/UFMG). A Comissão considerou a dissertação APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 30 de julho de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Pereira Rezende, Professor do Magistério Superior**, em 30/07/2024, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Feres Faria, Chefe de departamento**, em 30/07/2024, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juarez Rocha Guimaraes, Professor do Magistério Superior**, em 28/08/2024, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Stolle Paixão e Casarões, Usuário Externo**, em 28/08/2024, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3412883** e o código CRC **D7F9BADF**.

A todas as pessoas que acreditam que ideias e palavras podem mudar o mundo.

AGRADECIMENTOS

Quando decidi me inscrever no processo seletivo do mestrado, em 2021, eu vivia um dos piores momentos da minha vida até então. Eu havia me formado há apenas um ano em Relações Internacionais, o governo Bolsonaro estava em seu auge, e junto dele vivi momentos terríveis enfrentando um processo depressivo, e uma internação por Covid-19. No entanto, durante a pandemia vivi duas experiências políticas maravilhosas com duas grandes amigas, que são cruciais nessa história: Laura e Lohanna. Todo o contexto brasileiro do período, somado às campanhas de 2020, me levaram a crer que talvez o meu caminho estaria na política. Ainda me lembro das primeiras conversas que tive com amigos sobre a possibilidade de me tornar um cientista político, e, a partir dali, entrar no mestrado em Ciência Política na UFMG se tornou o meu grande objetivo daquele 2021 tão turbulento.

Meus amigos são talvez a parte mais importante de todo esse processo. Foram eles que me motivaram a encarar o desafio do início ao fim, sempre me estimulando a não desistir, mesmo quando me ouviram reclamar dezenas de vezes por ter “dois empregos e um mestrado”. Um muito obrigado especial ao Henrique, pelo companheirismo desde que entregamos o projeto de mestrado, passando pelas aulas e pelo estágio, e porque, sem ele, essa dissertação nunca teria chegado ao fim. Um obrigado gigante também ao Bernardo, à Bia e à Luana, de quem me aproximei ao longo desses anos, e com quem pude compartilhar momentos caóticos, desesperadores, e, ao mesmo tempo, de uma amizade muito genuína.

Além deles, tenho a sorte de ser um adulto com um número de amigos maior que a média, e de conservar relações incríveis com todos eles. Fiz questão de relembrar alguns momentos em que cada um de vocês se fez presente nos meus últimos anos, e aqui cito nominalmente todos aqueles que fazem dos meus dias muito mais felizes: Ademir, por ser a única pessoa que toparia ir à posse de um ministro no Itamaraty comigo de novo; Anna, por ser, há tantos anos, a minha maior companheira de aprendizados da vida adulta; Baiano, por ser a pessoa que eu sei que posso ligar quando tudo dá errado; Bruna, por me lembrar de dividir meus chocolates; Bruno, por ter acidentalmente tuitado e vindo parar em BH; Brunno, pelo maior apoio psicológico que eu poderia ter tido nos últimos meses; Fran, por me fazer me sentir em casa em qualquer lugar, seja na Holanda ou em Meaípe; Galvão, por estar sempre no quarto ao lado; Gustavo Galvão, por ter feito momentos de isolamento na pandemia se tornarem memórias incríveis; Gustavo Giroto, por me lembrar do valor de amizades espontâneas, e por nunca me deixar esquecer do meu amor pelo cinema; Hanah, por ser a pessoa que lembra de me mandar mensagem sobre meu exame da autoescola, mesmo

estando do outro lado do mundo; Hernane, por nunca deixar de me fazer rir com a melhor piada na hora certa; Hugo, por cada discussão boba e plano mirabolante desde o primeiro dia de aula da faculdade; Igor, por todas as nossas aventuras desde 2018 (desculpe pelo hiato); Isabella, por ser tão minha amiga mesmo em momentos em que eu nem mereci (e pelo melhor fricassê do mundo); Luísa, por continuar minha amiga mesmo eu tendo perdido seu caderno na faculdade; Marcos, porque eu não teria 1% da minha maturidade atual sem toda a nossa amizade desde 2016; Olívia, porque há quase três anos não imagino a vida sem pensar: *preciso contar isso pra Olivia*; Salma, por sempre enxergar o melhor em tudo que eu faço (e por ir ao bloco cirúrgico do hospital comigo); e Tiago, pelas cervejas e amizade terapêutica de tantos anos.

Assim como em todas as outras partes da minha vida, esse mestrado também nunca teria acontecido sem o apoio dos meus pais, Elmo e Gorete, que foram essenciais na garantia de que mesmo nos momentos mais difíceis, eu não desistisse. Junto deles, agradeço ao meu irmão André, que talvez seja a pessoa que eu mais amo no mundo inteiro - apesar de eu nunca dizer isso pra ele. Tia Glorinha, Jean, Mary e Juju, obrigado a vocês por, desde criança, acreditarem em mim, me fazerem me orgulhar do que sou, e me dizerem, de diversas maneiras, que era sim possível ser corajoso e gentil mesmo quando o mundo não fosse assim comigo.

Além disso, eu estaria mentindo se não dissesse que o processo de escrita dessa dissertação foi tortuoso. Um obrigado à minha orientadora, Cláudia Faria, que teve uma paciência além do normal comigo e me ajudou em meio a muitas crises, e ao Prof. Lucas Rezende, que foi o primeiro a me dizer que o meu tema de pesquisa não era uma enorme loucura. Um obrigado também à Adriana por sempre me mostrar que procrastinar essa dissertação também era procrastinar meus sonhos. Ao Caio pelo conforto e parceria recentes, e à Camila, Gabi e Leidi por deixarem meu dia a dia muito mais leve e divertido.

Por fim, há uma frase de Robin Williams em *Sociedade dos Poetas Mortos* - um dos meus filmes favoritos - que resume muito bem diversos pensamentos que tive ao longo da escrita dessa dissertação: “ideias e palavras podem mudar o mundo”. Com isso, agradeço também a todos aqueles que se dedicam, de alguma forma, à mudança da realidade por meio de ideias e palavras, em especial aos professores e educadores, que foram, desde o primeiro momento, o maior porquê dos últimos anos.

“Às vezes, na hora do recreio, eu olho para o céu e, se consigo ver o sol, penso no fato de que ambos podemos ver o sol. Então, mesmo que a gente não esteja no mesmo lugar, e não estejamos mesmo juntos, nós meio que, de certa forma, estamos, sabe?”

(Charlotte Wells - Aftersun)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender se houve influência ideológica do neoconservadorismo de Olavo de Carvalho na agenda de diplomacia do conhecimento brasileira durante o governo Bolsonaro, especialmente no que diz respeito à agenda dos dois principais ministérios cujos ministros foram indicados por Carvalho: Itamaraty e MEC. A diplomacia do conhecimento parte da ideia do *soft power*, e diz respeito à capacidade de um país de gerar saberes que possam facilitar sua interação com outros Estados, promovendo cooperação a partir de estratégias e ações diplomáticas voltadas para a promoção de temas como ciência, tecnologia, cultura, inovação, desenvolvimento e educação. Com foco nos atores estatais da diplomacia do conhecimento, e, nesse sentido, a considerando como parte da política externa, tal análise se dá por meio da aplicação de modelos de análise de políticas públicas sobre a política externa: o Modelo de Kingdon e o Modelo de Coalizões de Defesa (MCD). Para investigar a formação de agenda e de uma coalizão de atores neoconservadores em torno desses ministérios, foi realizada a análise de documentos de diversos tipos, entre eles: atos internacionais do Brasil, proferimentos de autoridades e publicações em sites oficiais. Conclui-se que, apesar de identificados elementos da ideologia neoconservadora, como “marxismo cultural” ou “globalismo” em proferimentos de autoridades, e de conexões entre atores neoconservadores em torno dos ministérios, não é possível determinar, a partir dos documentos obtidos, se houve influência ideológica na agenda de diplomacia do conhecimento durante o governo Bolsonaro.

Palavras-chave: diplomacia do conhecimento; neoconservadorismo; Olavo de Carvalho; Bolsonaro; ideologia.

ABSTRACT

This study aims to understand whether there was an ideological influence of Olavo de Carvalho's neoconservatism on the Brazilian knowledge diplomacy agenda during the Bolsonaro administration, particularly regarding the agenda of the two main ministries whose ministers were appointed by Carvalho: Itamaraty and the Ministry of Education. Knowledge diplomacy is rooted in the concept of *soft power* and pertains to a country's ability to generate knowledge that can facilitate its interaction with other states, promoting cooperation through diplomatic strategies and actions focused on science, technology, culture, innovation, development, and education. Focusing on the state actors of knowledge diplomacy, and considering it as part of foreign policy, this analysis employs public policy analysis models on foreign policy: Kingdon's Model and the Advocacy Coalition Framework (ACF). To investigate the agenda-setting and coalition formation of neoconservative actors around these ministries, various types of documents were analyzed, including Brazilian international acts, statements from authorities, and publications on official websites. The conclusion is that, although elements of neoconservative ideology such as "cultural Marxism" or "globalism" were identified in statements by authorities, and connections between neoconservative actors around the ministries were found, it is not possible to determine, based on the documents obtained, whether there was ideological influence on the knowledge diplomacy agenda during the Bolsonaro administration.

Keywords: knowledge diplomacy; neoconservatism; Olavo de Carvalho; Bolsonaro; ideology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O Modelo de Kingdon	23
Figura 2 - O modelo de coalizões de defesa e os subsistemas	28
Figura 3 - Variáveis do desenho de pesquisa	72
Figura 4 - Nuvem de palavras dos termos dos atos internacionais nas áreas de diplomacia do conhecimento	76
Figura 5 - Dendrograma dos termos dos atos internacionais nas áreas de diplomacia do conhecimento	77
Figura 6 - Gráfico de similitude do termo “educação” nos atos internacionais	79
Figura 7 - Nuvem de palavras dos proferimentos de Ernesto Araújo	80
Figura 8 - Dendrograma dos proferimentos de Ernesto Araújo	82
Figura 9 - Nuvem de palavras dos proferimentos de Jair Bolsonaro	86
Figura 10 - Dendrograma dos proferimentos de Jair Bolsonaro	87
Figura 11 - Nuvem de palavras das publicações no site do MEC durante a gestão de Abraham Weintraub	91
Figura 12 - Gráfico de similitude das publicações no site do MEC durante a gestão de Abraham Weintraub	92
Figura 13 - Gráfico de similitude do termo “globalismo” nos documentos	94
Figura 14 - Gráfico de similitude do termo “marxismo cultural” nos proferimentos e publicações	95
Figura 15 - Atores da rede neoconservadora em torno do MEC e do MRE	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro conceitual para a diplomacia do conhecimento	38
Tabela 2 - Documentos analisados pela pesquisa	69
Tabela 3 - Categorias de análise segundo o modelo de Sabatier	73
Tabela 4 - Categorias do neoconservadorismo	74
Tabela 5 - Seleção de documentos da plataforma Concórdia do MRE	75
Tabela 6 - Seleção de proferimentos	80
Tabela 7 - Seleção de publicações no site do MEC	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ACT	<i>Advocacy Coalition Framework</i>
BPO	<i>Business Process Outsourcing</i>
COF	Curso Online de Filosofia
Covid-19	Coronavirus disease 2019
EPL	Estudantes Pela Liberdade
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IA	Instituto Atlântico
IEE	Instituto de Estudos Empresariais
IMIL	Instituto Millenium
IMB	Instituto Mises Brasil
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais+
Lide	Grupo de Líderes Empresariais
MBL	Movimento Brasil Livre
MCD	Modelo de Coalizões de Defesa
MEC	Ministério da Educação
MRE	Ministério das Relações Exteriores
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEB	Política Externa Brasileira
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RI	Relações Internacionais
UE	União Europeia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 POLÍTICAS PÚBLICAS E DIPLOMACIA DO CONHECIMENTO.....	19
1.1. A formação das políticas públicas.....	19
<i>1.1.1. Formação de agenda governamental e modelo de Kingdon.....</i>	<i>20</i>
<i>1.1.2. Modelo de coalizões de defesa.....</i>	<i>25</i>
1.2. Política externa é uma política pública?.....	29
1.3. O que é diplomacia do conhecimento?.....	34
2 NEOCONSERVADORISMO E GOVERNO BOLSONARO.....	42
2.1. Neoconservadorismo.....	42
<i>2.1.1. O pensamento conservador clássico.....</i>	<i>43</i>
<i>2.1.2. Histórico do movimento neoconservador nos EUA.....</i>	<i>45</i>
<i>2.1.3. Pilares filosóficos do neoconservadorismo estadunidense.....</i>	<i>48</i>
2.2. Neoconservadorismo no Brasil.....	53
<i>2.2.1. Direitas: conceitos e definições.....</i>	<i>58</i>
<i>2.2.2. Olavismo: um neoconservadorismo à brasileira?.....</i>	<i>59</i>
2.3. O olavismo e o governo Bolsonaro.....	63
3 O NEOCONSERVADORISMO VAI À DIPLOMACIA DO CONHECIMENTO?.....	67
3.1. Análise documental.....	68
<i>3.1.1. Iramuteq.....</i>	<i>70</i>
3.2. Desenho de pesquisa.....	71
3.3. Análise de atores e valores nas políticas de diplomacia do conhecimento do governo Bolsonaro.....	75
3.4. Resultados obtidos.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS.....	103

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil testemunhou um significativo deslocamento político, marcado pela ascensão de ideologias de extrema-direita, o que culminou na eleição de Jair Bolsonaro à presidência em 2018. Bolsonaro construiu sua campanha em torno da retórica *anti-establishment*, prometendo uma ruptura com as políticas dos governos anteriores. Sua ascensão foi acompanhada por uma crescente polarização política e social, refletindo um descontentamento generalizado da população com os governos anteriores do PT. Nesse contexto, Bolsonaro se destacou por vocalizar posições conservadoras em temas como direitos humanos, meio ambiente, e políticas sociais, alinhando-se frequentemente às agendas neoliberais e conservadoras.

No entanto, para além de Bolsonaro, houve um movimento - intrinsecamente ligado à figura e às ideias do escritor Olavo de Carvalho - que podemos denominar de olavismo. Carvalho, radicado nos Estados Unidos, se destacou por suas críticas ao marxismo cultural, ao globalismo e à esquerda em geral. Seu pensamento encontrou eco em diversos setores da sociedade brasileira, especialmente entre aqueles desiludidos com o *status quo*. Nesse sentido, o olavismo, como ficou conhecido, combinou elementos do neoconservadorismo americano com uma crítica incisiva às instituições e valores progressistas no Brasil, ressoando fortemente nos meios bolsonaristas.

Entre as figuras mais proeminentes no governo Bolsonaro influenciadas por Olavo de Carvalho estão Ernesto Araújo e Abraham Weintraub, ambos indicados pelo escritor para ocuparem seus respectivos cargos no governo. Araújo, nomeado Ministro das Relações Exteriores, trouxe para a diplomacia brasileira uma perspectiva fortemente centrada nas premissas de Olavo, como o combate ao globalismo e ao marxismo cultural. Weintraub, por sua vez, como Ministro da Educação, foi um defensor fervoroso do Escola Sem Partido e crítico declarado de Paulo Freire.

Nesse contexto, observa-se que os dois ministros indicados por Olavo de Carvalho ao governo Bolsonaro foram responsáveis, ao longo do governo, por diversos temas abordados por Knight (2021) na obra em que ela disserta sobre o conceito de diplomacia do conhecimento, especialmente questões referentes à educação a nível internacional. Com origem na noção de *soft power*, este conceito refere-se às práticas e estratégias utilizadas por países para promover a cooperação internacional, partindo do pressuposto de que uma pluralidade de atores podem contribuir para a política externa.

Considerando isso, pergunta-se: “houve influência da ideologia neoconservadora de Olavo de Carvalho na agenda de diplomacia do conhecimento do governo Bolsonaro? Se sim, como?”. O objetivo geral é analisar a formação de agenda e verificar a existência de uma coalizão de atores neoconservadores em torno dessa forma de diplomacia. Utilizaremos as teorias de formação de agenda de Kingdon (2003) e o Modelo de Coalizões de Defesa (MDC) de Sabatier (1988) para embasar nossa análise.

Como objetivos específicos, elencamos: (1) compreender se a política externa pode ser entendida como política pública, e, portanto, analisada segundo os modelos de análise de Kingdon e da Coalizões de Defesa; (2) analisar o fenômeno do olavismo e sua relação com o neoconservadorismo nos EUA e com o governo Bolsonaro no Brasil; (3) avaliar, a partir de análise documental, se é possível perceber impacto da coalizão neoconservadora na formação de agenda de diplomacia do conhecimento do governo em análise.

Tal pesquisa se justifica devido à necessidade de compreender como a ideologia neoconservadora influenciou a agenda de políticas públicas no contexto da diplomacia do conhecimento durante o governo Bolsonaro. Com a indicação de figuras influenciadas por Olavo de Carvalho para posições estratégicas, é crucial investigar se e como suas ideias foram traduzidas em políticas concretas que moldaram a agenda internacional do Brasil nos temas de diplomacia do conhecimento. Nossa hipótese é de que a ideologia neoconservadora influenciou a formação da agenda de diplomacia do conhecimento do governo Bolsonaro, especialmente nos Ministérios da Educação e das Relações Exteriores, por meio de uma coalizão de atores que buscaram incorporar essas ideias nas políticas públicas.

A pesquisa será conduzida através de uma análise documental, incluindo atos internacionais, proferimento de autoridades e publicações em sites oficiais. Utilizaremos o software Iramuteq para a análise qualitativa dos textos, permitindo identificar padrões e conexões relevantes. A metodologia permitirá avaliar a presença de termos e conceitos relacionados ao neoconservadorismo e mapear as interações entre os diferentes atores envolvidos.

O primeiro capítulo será dedicado à apresentação da fundamentação teórica, essencial para compreender a análise subsequente. Inicialmente, discutiremos a formação das políticas públicas, um campo vital que fornece as ferramentas e conceitos necessários para entender como as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas. Dentro deste contexto, exploraremos a ideia de que a política externa pode ser considerada uma política pública, argumentando que ela não apenas se enquadra nos mesmos princípios e processos que outras políticas públicas, mas também pode ser analisada através dos mesmos modelos teóricos. Para

embasar essa argumentação, aprofundaremos a discussão sobre os modelos de formação de agenda de Kingdon e o Modelo de Coalizões de Defesa de Sabatier. O modelo de Kingdon, com seu enfoque nos fluxos de problemas, políticas e política, será detalhado para mostrar como as questões chegam à agenda governamental. Em seguida, o modelo de Sabatier, que enfatiza a importância das coalizões de defesa na formação e mudança das políticas, será apresentado com foco em suas aplicações práticas e teóricas.

O segundo capítulo será dedicado à contextualização detalhada do neoconservadorismo no Brasil, uma corrente ideológica que ganhou destaque significativo durante o governo de Jair Bolsonaro. Iniciaremos compreendendo as raízes do neoconservadorismo no conservadorismo clássico, para, em seguida, entendermos os primeiros autores do neoconservadorismo dos EUA, assim como o contexto histórico em que eles estavam inseridos. Além disso, buscaremos compreender a formação do fenômeno do olavismo, assim como sua influência no governo Bolsonaro - particularmente através das nomeações de Ernesto Araújo e Abraham Weintraub.

No terceiro capítulo, detalharemos os resultados obtidos a partir da análise documental realizada ao longo da pesquisa. Este capítulo é crucial, pois nos permitirá compreender a profundidade e a extensão da presença de elementos ideológicos neoconservadores nos diversos documentos analisados, incluindo atos internacionais, discursos e publicações oficiais. A seleção de documentos se deu por meio de filtros relacionados às categorias da diplomacia do conhecimento propostas por Knight (2018), como ciência, tecnologia, cultura, inovação, desenvolvimento e educação. Inicialmente, discutiremos a influência de alguns elementos do neoconservadorismo nos documentos que dizem respeito a estes temas, identificando se há a presença de termos e conceitos que se alinham ao pensamento neoconservador, como, por exemplo, “marxismo cultural” e “globalismo”. Em seguida, avaliaremos os proferimentos de figuras-chave no governo, como do próprio Bolsonaro e de Ernesto Araújo, assim como publicações no site do MEC durante a gestão Weintraub. Analisaremos as nuances e o contexto em que esses termos foram utilizados, buscando entender se houve uma tentativa sistemática de moldar a diplomacia do conhecimento de acordo com esses valores.

Por fim, discutiremos a força e as limitações das coalizões de atores identificadas através da análise documental. Consideraremos a presença de redes de atores e a articulação entre eles, destacando as evidências de colaboração ou conflito. As limitações desta análise também serão abordadas, incluindo a dificuldade de estabelecer a relação entre a ideologia e a formação de agenda. Este capítulo, portanto, fornecerá uma visão abrangente sobre como os

elementos ideológicos neoconservadores foram expressos e potencialmente integrados nas políticas de diplomacia do conhecimento durante o governo Bolsonaro.

Espera-se que esta dissertação contribua para a compreensão de como influências ideológicas podem impactar o processo de formação de políticas públicas no Brasil, com um foco especial na área da diplomacia do conhecimento. Ao investigar a presença e a influência do neoconservadorismo, particularmente as ideias promovidas por Olavo de Carvalho, sobre o governo Bolsonaro, esta pesquisa pretende entender se essas ideologias se infiltraram e moldaram agendas governamentais a partir de uma coalizão de atores. Buscaremos aferir o alcance de tais ideias tanto em mobilizar uma coalizão de atores quanto em influenciar a agenda das políticas governamentais em uma subárea determinada: a diplomacia do conhecimento.

CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS E DIPLOMACIA DO CONHECIMENTO

Segundo Ingram e Fielderlein (1988) denomina-se política pública aquela preocupada com determinado conjunto de ações ou não-ações voltadas para problemas sociais. Os autores afirmam que existe uma certa negligência histórica dos estudiosos da área em incluir a política externa na mesma categoria das demais políticas públicas, mesmo que ela também possa ser definida a partir do mesmo conceito. Com isso, é argumentado que a maior parte da política externa também possui uma dimensão doméstica significativa que pode ser abordada segundo as teorias de políticas públicas.

Nesse sentido, o foco central deste capítulo é a ideia de que a política externa pode ser entendida como uma política pública. Considerando que a diplomacia do conhecimento é parte da política externa quando praticada por atores estatais (KNIGHT, 2022), argumentamos que seria possível analisá-la utilizando modelos de análise de políticas públicas, como a formação de agenda e as coalizões de defesa.

Inicialmente, será discutido o processo de formação das políticas públicas por meio da agenda governamental, segundo o modelo de Kingdon (2002), e do Modelo de Coalizões de Defesa (MDC) de Sabatier (1988), que pode ajudar a entender a formação da agenda de diplomacia do conhecimento durante o governo Bolsonaro a partir da interação entre atores estatais e externos ao Estado. Em seguida, abordaremos o entendimento da Política Externa Brasileira (PEB) como uma política pública, e avaliaremos suas possibilidades de análise por meio de *frameworks* teóricos tradicionais aplicados ao estudo das ações governamentais.

Além disso, será explorada a diplomacia do conhecimento em si, estabelecendo premissas básicas para a compreensão da cooperação internacional neste contexto. Serão discutidas as noções advindas das Relações Internacionais, como o *soft power*, e o contexto de diplomacia do conhecimento proposto por Jane Knight (2022). Dessa maneira, este capítulo pretende estabelecer uma base teórica sólida que permita, no capítulo subsequente, explorar o contexto brasileiro durante o governo Bolsonaro e, por fim, a suposta influência da ideologia neoconservadora nas políticas de diplomacia do conhecimento.

1.1. A formação das políticas públicas

Pressupondo que a formação da agenda é parte importante do ciclo de formulação e implementação de uma política pública, essa dissertação buscará avaliar a mobilização de ideias neoconservadoras em momento específico da política externa, qual seja, a diplomacia

do conhecimento do governo praticada por atores estatais no governo Bolsonaro. Para tanto, considera-se o texto de Kingdon (2003), para posteriormente adicionar contribuições de Capella (2005) sobre a formação da agenda governamental e as coalizões, como fonte secundária.

1.1.1. Formação de agenda governamental e modelo de Kingdon

Kingdon (2003) busca compreender o motivo pelo qual determinados problemas adquirem relevância para um governo, e como uma ideia se torna uma política pública na perspectiva dos formuladores de políticas. Para tanto, o autor discute a importância das *comunidades políticas* como uma das principais fontes da incorporação de um problema em uma agenda de política pública (KINGDON, 2003).

Com isso, Kingdon (2003) discute também quais os tipos centrais de atores que se fazem relevantes em uma análise de política pública. Ele aponta que, na maioria das vezes, quando analisamos tais comunidades, estudiosos os abordam enquanto empresas e indústrias que possuem algum tipo de *lobby* para influenciar uma política pública a se adequar aos seus interesses. No entanto, segundo Kingdon, existem outros tipos de atores coletivos a serem considerados, como organizações de trabalhadores, consumidores, ambientalistas, a mídia, partidos, outros membros estatais, opinião pública, etc (KINGDON, 2003).

Os variados tipos de grupos envolvidos também exercem diferentes atividades que influenciam as políticas públicas. Segundo Kingdon (2003):

Obviamente, a atividade dos grupos de interesse é variada. Parte disso afeta a agenda, outras atividades afetam as alternativas consideradas pelos decisores políticos. Algumas delas são positivas, promovendo novos rumos de ação governamental; outra atividade é negativa, buscando bloquear mudanças nas políticas públicas (KINGDON; 2003, p. 49)¹.

O autor afirma também que a pressão da comunidade política pode ter impacto direto na situação da agenda governamental. Isto porque um grupo que mobiliza apoio e estimula seus aliados a fazerem, pode influenciar o governo a prestar atenção às suas questões. Apesar disso, Kingdon (2003) chama a atenção para o fato de que ainda é difícil atribuir a responsabilidade das agendas de políticas públicas apenas a estes grupos. Em momento algum de seu texto é negligenciada a importância destes grupos, mas, segundo ele, vale-se atentar

¹ Tradução livre. Do original: *Obviously, interest group activity is varied. Some of it affects the agenda; other activity affects the alternatives considered by policy makers. Some of it is positive, promoting new courses of government action; other activity is negative, seeking to block changes in public policy.*

para a ideia de que as demandas advindas dos grupos de interesse recebem um *status* de consideração governamental séria a partir de diversos fatores, como interesses políticos e ideológicos do próprio governo, e não apenas a pressão vinda *de fora* (KINGDON, 2003).

Com isso, já buscando embasar o contexto político em que esta pesquisa se insere, percebe-se a importância de dois grupos destacados por Kingdon (2003), os *participantes relacionados com eleições* (*elections-related participants*) e a *opinião pública* (*public opinion*). Os *participantes relacionados com eleições* se fazem relevantes porque eleições possuem um “poderoso efeito indireto sobre as agendas políticas governamentais”, já que uma mudança na administração governamental pode alterar agendas, alternativas e abordagens para problemas políticos (KINGDON; 2003, p. 62). Já a *opinião pública* se faz importante porque ela é capaz de inserir alguns itens na agenda governamental, especialmente a partir do interesse político em obter votos deste segmento (KINGDON, 2003).

Em suma, o papel das comunidades políticas pode ser sintetizado a partir do que Capella e Brasil (2015) escrevem em sua revisão de literatura sobre modelos de análise de políticas públicas:

As comunidades são espaços importantes para a geração de ideias relativas a soluções e alternativas que podem ser desenvolvidas e adotadas como políticas públicas pelos tomadores de decisão. Muitos participantes apresentam em suas comunidades propostas sobre o que fazer sobre uma determinada questão. Algumas dessas propostas serão consideradas, enquanto outras serão descartadas pelo próprio grupo. Propostas viáveis tecnicamente e adequadas aos valores do grupo e do mundo político acabam alcançando consenso dentro de uma comunidade. Portanto, as comunidades representam um importante espaço de experimentação, debate e difusão de ideias (CAPELLA; BRASIL, 2015, p. 65).

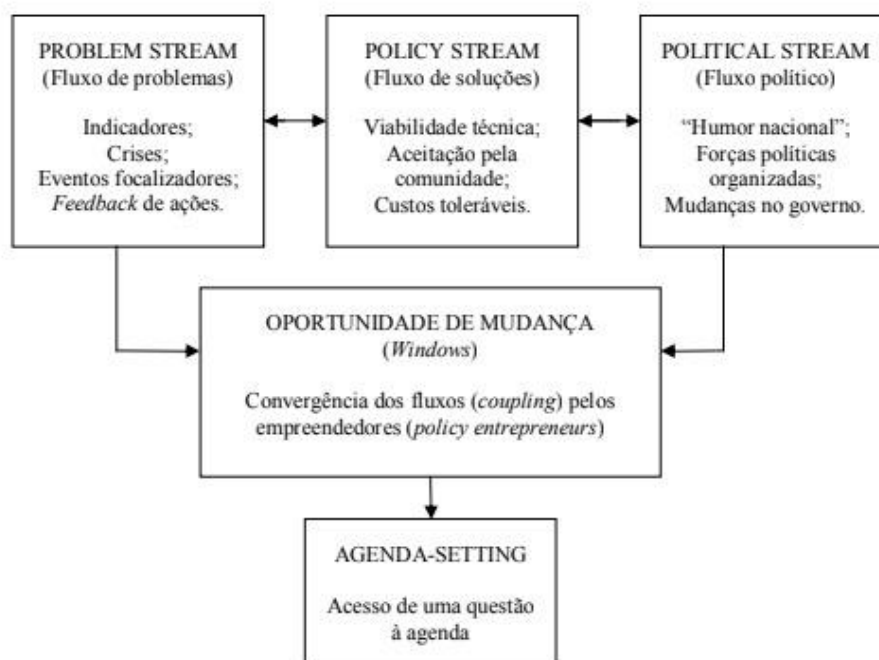
Considerando tais noções relacionadas às comunidades políticas, Kingdon (2003) propõe um conjunto de quatro processos definidores para a formulação de políticas públicas que envolvem desde a definição da agenda de políticas, a formulação de alternativas para escolha, a seleção da alternativa dominante e, por fim, a implementação da decisão. A partir daí, oferece o seu modelo de *múltiplos fluxos* (*multiple streams*), em que os dois primeiros estágios pré-decisórios - a formação da agenda e a especificação de alternativas - ganham centralidade (CAPELLA, 2005; KINGDON, 2003).

O modelo, originalmente desenvolvido para analisar políticas públicas no governo federal dos Estados Unidos, tornou-se uma referência nos estudos de formulação de políticas governamentais. O autor se concentra nos estágios pré-decisórios da formulação, investigando a agenda governamental como o conjunto de questões que recebem atenção dos formuladores

de políticas em determinado momento. Entretanto, devido à complexidade e quantidade de questões, apenas algumas se tornam parte da agenda decisória, um subconjunto que contempla questões prontas para serem ativamente decididas pelos formuladores de políticas (CAPELLA, 2005; KINGDON, 2003).

Kingdon (2003) descreve o governo federal estadunidense como uma *anarquia organizada*, em que três fluxos decisórios seguem seus caminhos relativamente independentes dentro da organização. Em momentos cruciais, esses fluxos convergem, resultando em mudanças na agenda governamental. O modelo considera que a mudança na agenda é impulsionada pela convergência entre três fluxos: problemas, soluções ou alternativas, que são compostos por problemas específicos de destaque na sociedade, por possíveis soluções para estes problemas e por atores políticos envolvidos no processo de formulação de políticas (KINGDON, 2003 apud CAPELLA, 2005). Este processo pode ser percebido no diagrama do Modelo de Kingdon apresentado pela autora (2005):

Figura 1 - O Modelo de Kingdon



Fonte: CAPELLA, 2005.

O modelo acima explora a dinâmica dos processos pré-decisórios de formulação de políticas governamentais, destacando, conforme mencionado, os três fluxos fundamentais. Em determinadas circunstâncias, esses três fluxos convergem, gerando uma oportunidade de mudança na agenda governamental. Essas oportunidades, conhecidas como *policy windows*, são influenciadas principalmente pelos fluxos de problemas e política. A formação da agenda ocorre quando um problema desperta a atenção dos formuladores de políticas, ou quando mudanças políticas criam oportunidades para a consideração de determinadas questões. As soluções propostas pelas *policy communities* têm acesso à agenda apenas quando problemas percebidos ou demandas políticas abrem oportunidades para essas ideias (CAPELLA, 2005)².

² No fluxo de problemas (1), Kingdon (2003) chama atenção para a importância da atuação da sociedade civil no sentido de pressionar para que as questões de seu interesse chamem atenção dos tomadores de decisão e ganhem proeminência na agenda governamental, sendo assim esse fluxo é dependente da atenção do público. No fluxo de alternativas (2), o autor destaca ainda mais essa atuação ao mostrar que as alternativas são geradas em comunidades políticas, que são compostas por especialistas – pesquisadores, analistas e acadêmicos – de determinada área de política pública, que compartilham ideias, propostas e descobertas empíricas uns com os outros. Quando esses atores investem sua energia no sentido de sensibilizar a comunidade política, os governantes e os atores governamentais para suas idéias, eles são denominados *policy entrepreneurs*. Kingdon (1984) destaca a existência de atores visíveis e invisíveis no processo de construção das políticas públicas. Os atores visíveis são os que detêm autoridade, manejam recursos institucionais e organizacionais e estão expostos à cobertura midiática, detendo forte capacidade de influência e, em alguns casos, de decisão sobre a agenda, como os presidentes, os que ocupam os altos escalões da burocracia, os membros do

O caráter transitório das *policy windows* é uma característica fundamental do modelo de Kingdon. Essas oportunidades de mudança não perduram por longos períodos, pois se fecham quando um dos fluxos se desarticula em relação aos demais. Mudanças de governo, reorganizações ministeriais e a resolução de problemas podem encerrar as oportunidades de acesso à agenda. A convergência dos três fluxos, chamada de *coupling*, ocorre quando as *policy windows* estão abertas. No entanto, para que esses momentos promovam mudanças na agenda, a atuação dos *policy entrepreneurs* é essencial. Esses atores investem recursos, como tempo, energia e reputação, para promover determinadas ideias em busca de benefícios futuros. Eles desempenham um papel crucial ao unir as soluções aos problemas, as propostas aos momentos políticos favoráveis e são persistentes na defesa de suas ideias, mantendo conexões políticas para levar suas concepções de problemas e propostas a diferentes fóruns. Sem os *policy entrepreneurs*, a ligação entre os fluxos pode não ocorrer, resultando em ideias não defendidas, problemas sem soluções e oportunidades políticas perdidas (CAPELLA, 2005).

Considerando estes exemplos e a descrição prévia, é possível dizer que o modelo de Kingdon busca compreender como determinadas questões ganham relevância e são consideradas pelos formuladores de políticas, identificando os fatores que contribuem para a ascensão de uma *questão* à agenda governamental, e como as políticas públicas se desenvolvem a partir dessa dinâmica complexa e interconectada entre os fluxos decisórios. Para o caso desta pesquisa, a *questão* de como as ideias influenciam o processo de formulação das políticas públicas pode ser traduzida na pergunta central deste trabalho que é se e como a *ideologia neoconservadora*, pensada em termos de ideias que são traduzidas em prática que podem redundar em políticas públicas, influenciam os processos decisórios acerca das políticas de diplomacia do conhecimento. Entre as críticas apresentadas ao Modelo de Múltiplos Fluxos encontram-se aquelas que acusam o modelo de não atentar para as possíveis mudanças no interior dos fluxos e, conseqüentemente, das políticas (CAPELLA, 2007). Dentre elas, destaca-se as contribuições de Sabatier e Jenkins-Smith (1993) que, ao formularem o Modelo de Coalizões de Defesa, buscam avançar o debate em relação às mudanças na agenda dos governos.

Poder Legislativo, os partidos políticos. Os “atores invisíveis” correspondem às *policy communities* onde são geradas e circulam as ideias relacionadas às alternativas e soluções (CAPELLA, 2007).

1.1.2. Modelo de coalizões de defesa

O Modelo de Coalizões de Defesa de Sabatier (1988) analisa as interações entre os tomadores de decisão e entre eles e os atores sociais no processo de formação e mudança de agenda ao longo do tempo. O autor postula que o que afeta a produção de políticas públicas em cada subsistema de política³ é o tipo de interação existente entre burocratas, atores sociais e políticos. No caso em tela, supomos que as políticas de diplomacia do conhecimento se formam a partir da coalizão de diferentes atores governamentais, requerendo assim ampliar o quadro analítico, incorporando o Modelo de Coalizões de Defesa.

O modelo tem sua análise focada nos processos pelos quais as políticas públicas mudam ao longo do tempo, além de explorar a formação e atuação das coalizões de defesa. Segundo o autor, uma coalizão de defesa é composta por indivíduos de diferentes posições, como representantes eleitos, funcionários públicos, líderes de grupos de interesse, pesquisadores e intelectuais, que compartilham um conjunto de crenças e demonstram um grau não trivial de ações coordenadas ao longo do tempo (SABATIER, 1988).

O autor inicia seu artigo apresentando três premissas básicas para a compreensão da estrutura de coalizão proposta por ele:

Primeiro, que a compreensão do processo de mudança política – e o papel que nele desempenha a aprendizagem orientada para as políticas – requer uma perspectiva temporal de uma década ou mais. Em segundo lugar, que a forma mais útil de pensar sobre a mudança política durante esse período é através do foco em 'subsistemas políticos', ou seja, a interação de atores de diferentes instituições interessado numa área política. Terceiro, que as políticas públicas (ou programas) podem ser conceituados da mesma maneira que os sistemas de crenças, ou seja, como conjuntos de valores, prioridades e suposições causais sobre como realizá-las (SABATIER, 1988, p. 131, tradução nossa)⁴.

³ “Por subsistemas de política, Sabatier (1993) se refere à interação de atores de diferentes instituições, ativamente envolvidos com um problema de política, e que buscam influenciar as decisões governamentais em uma arena específica. Esse conceito amplia as noções tradicionais do “triângulo de ferro” para designar os atores envolvidos no processo das políticas públicas - agências administrativas, legislativo e grupos de interesse - para incluir uma dimensão intergovernamental, e particularmente, os geradores e disseminadores de ideias” (MENICUCCI, BRASIL, 2006: p.5).

⁴ Tradução livre. Do original: *First, that understanding the process of policy change -- and the role of policy-oriented learning therein requires a time perspective of a decade or more. Second, that the most useful way to think about policy change over such a timespan is through a focus on 'policy subsystems,' i.e. the interaction of actors from different institutions interested in a policy area. Third, that public policies (or programs) can be conceptualized in the same manner as belief systems, i.e. as sets of value priorities and causal assumptions about how to realize them.*

Com base nestas premissas, Sabatier (1988) disserta sobre o que ele chama de *subsistemas políticos*, dentro dos quais, segundo ele, presume-se que diferentes *stakeholders* políticos estejam agregados em coalizões de defesa compostas por atores que compartilhem um conjunto de crenças normativas. O autor aponta para ideia de que em cada subsistema as coalizões podem adotar estratégias distintas para promoção de seus objetivos políticos, as quais podem acabar conflitando com as estratégias de outros subsistemas (SABATIER, 1988).

Além disso, Sabatier (1988) também discorre sobre a influência de fatores externos nos subsistemas, os distinguindo em dois grupos: os *parâmetros relativamente estáveis do sistema*, e os *eventos externos mais dinâmicos*. Os *parâmetros relativamente estáveis do sistema* referem-se a atributos fundamentais da área de política pública, como a distribuição de recursos naturais, os valores socioculturais e a estrutura social, bem como as regras constitucionais do sistema político. Já os *eventos externos* incluem mudanças socioeconômicas, variações na opinião pública, mudanças nas coalizões governamentais, decisões políticas e impactos de outros subsistemas. Esses fatores externos exercem influência sobre o subsistema de políticas públicas, mediados pelo consenso necessário para mudanças e pelas restrições e recursos dos atores envolvidos (SABATIER, 1988).

Sabatier (1988) ainda demonstra em seu modelo o papel do *aprendizado orientado à política pública*⁵, como fator essencial para a dinâmica interna de um subsistema de políticas públicas. Esse aprendizado é influenciado pela produção de pesquisa aplicada e pelo debate técnico sobre aspectos críticos das políticas públicas. O conhecimento técnico do problema e a experiência prática permitem revisões nos objetivos da política pública e alterações nos pensamentos e comportamentos dos atores envolvidos (SABATIER, 1988).

Dentro do subsistema, os eventos internos são responsáveis pela geração dos *resultados políticos*⁶, que frequentemente incorporam princípios defendidos por diferentes coalizões. As políticas resultam das interações entre as coalizões, advindas das mudanças nas regras institucionais e de alocação de recursos impostas pela coalizão vencedora. Nesse contexto, as coalizões empregam diversos instrumentos para tentar influenciar decisões, o que pode gerar conflitos devido à incompatibilidade de ideias e crenças entre as coalizões concorrentes. Para resolvê-los, há a mediação de um terceiro grupo de atores, o qual ele denomina *corretores de políticas*, que visa justamente reduzir conflitos intensos entre os subsistemas. O resultado disso são resultados políticos e impactos variados para a resolução

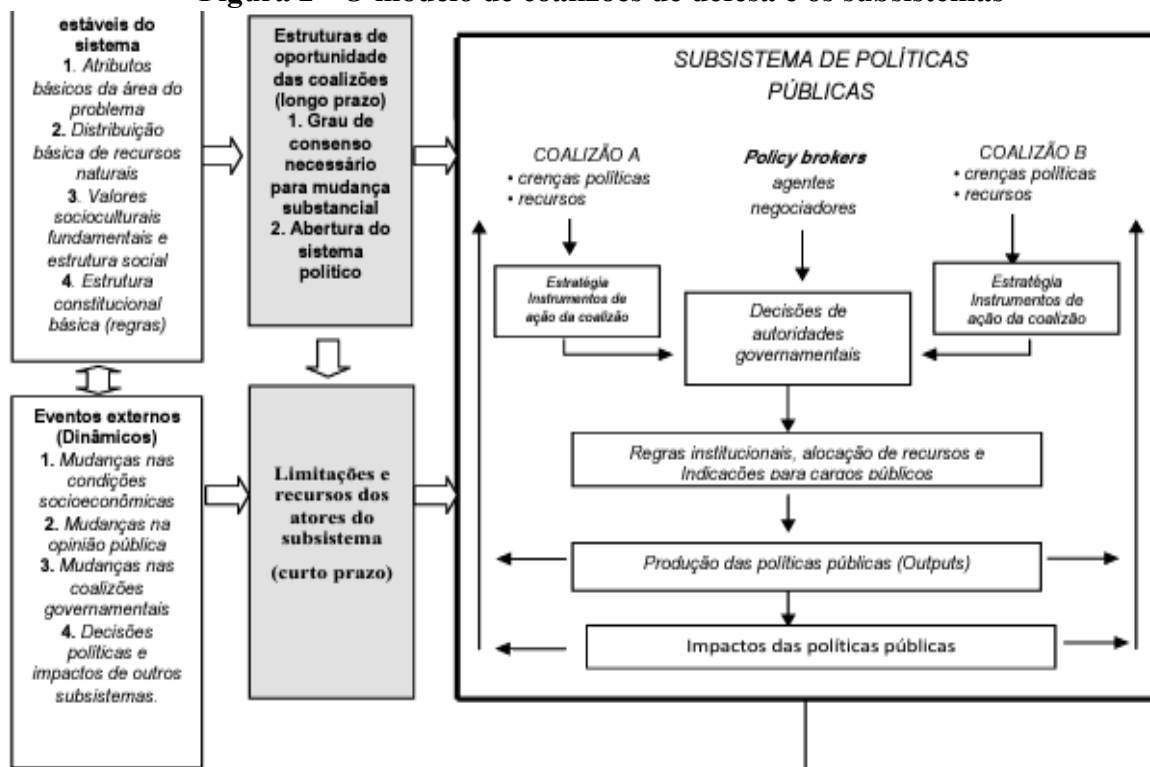
⁵ Tradução livre. Do original: *policy-oriented learning*.

⁶ Tradução livre. Do original: *policy outputs*.

de problemas específicos de políticas públicas, assim como efeitos colaterais para estes mesmos problemas (SABATIER, 1988).

A figura a seguir foi adaptada de Weible et al (2009) por Vicente (2015), em ensaio que buscou estudar as contribuições do MCD para nossa compreensão dos padrões de mudança institucional, especialmente em um contexto em que as políticas públicas são cada vez mais multifuncionais, intersetoriais e transversais. Do lado esquerdo, estão os elementos externos aos subsistemas políticos. Já do lado direito, são apresentados os componentes internos do subsistema político, onde ocorre a dinâmica do *aprendizado orientado à política pública*. A mudança na política pública é vista como uma função tanto da competição dentro do subsistema quanto da influência dos eventos externos (VICENTE, 2015).

Figura 2 - O modelo de coalizões de defesa e os subsistemas



Fonte: VICENTE, 2015.

Inspirado pelo modelo proposto, sugere-se neste trabalho que a mudança na coalizão governamental, formada com base em um conjunto de crenças conservadoras compartilhadas, constitui forte indutor de mudança no padrão de ação no subsistema de política externa, notadamente na área em análise, a diplomacia do conhecimento.

Ripberger *et al* (2014), ao discorrerem sobre o papel das crenças no MCD, as quais alegam se tratar de um conceito importante, mas até então não especificado, no âmbito das coalizões, afirmam, com base na Teoria Cultural de Douglas (1970) sobre a formação de preferências, que as crenças são fundamentais, porque formam base em torno das quais as coalizões de defesa se formam e se fragmentam. Além disso, elas influenciam como os atores percebem e interagem com o mundo, afetando a busca, o processamento e a avaliação de informações, o que pode impactar a estabilidade das coalizões, seu comportamento, o aprendizado orientado para políticas e, finalmente, a mudança de políticas (RIPBERGER *et al*, 2014).

Em suma, o MCD oferece uma estrutura analítica abrangente para entender os complexos processos de formulação e mudança de políticas públicas, permitindo identificar as interações entre os diversos atores e fatores que moldam as políticas ao longo do tempo

(VICENTE, 2015). Tal estrutura analítica será base para que, nas sessões subsequentes, possamos adentrar nas discussões acerca de se a política externa é uma política pública, e da diplomacia do conhecimento - que virá a ser analisada, segundo os modelos apresentados.

1.2. Política externa é uma política pública?

Conforme mencionado no começo do capítulo, Ingram e Fiederlein (1988) argumentam que a política externa pode ser entendida como política pública, apesar da histórica negligência do campo com ela. Nesse sentido, Milani e Pinheiro (2013), afirmam que a política externa tem como única especificidade o fato de ser implementada fora das fronteiras do Estado. Com isso, ela poderia ser compreendida por meio do processo de incorporação de problemas na agenda dos governos, considerado o principal ponto de partida para a elaboração de políticas públicas, ou da formação de coalizões de atores.

Além disso, Milani e Pinheiro (2013) afirmam que, para o Brasil e outras potências emergentes, temas como cultura, educação, cooperação para o desenvolvimento e capacidade de negociação diplomática “têm desempenhado papel importante na projeção de poder regional e global” (MILANI; PINHEIRO, 2013, p. 12). Trata-se de uma premissa importante para esta pesquisa como um todo, que visa analisar justamente as formas de projeção internacional do Brasil por meio da diplomacia do conhecimento durante o governo Bolsonaro. A partir disso, a noção de que “a política externa começa onde a política doméstica termina” se mostra ineficiente para refletir a complexidade atual do campo (MILANI; PINHEIRO, 2013, p. 12).

As últimas duas décadas do século XX foram importantes para que novas possibilidades de atuação internacional dos Estados surgissem, principalmente decorrentes do fim da Guerra Fria, da diversificação de coalizões no plano internacional, da globalização e da liberalização econômica (MILANI; PINHEIRO, 2013). Com isso, os autores afirmam que:

Esse diagnóstico complexo e paradoxal decorre da constatação de que as relações internacionais, na atualidade, não apenas englobam um leque mais amplo de questões (meio ambiente, direitos humanos, migrações, pobreza, internacionalização da educação, da saúde e da cultura, cooperação para o desenvolvimento etc.) que demandam conhecimentos e expertises particulares, como também implicam, de forma cada vez mais densa e institucionalizada, uma diversidade de atores agora envolvidos em inúmeros assuntos internacionais (MILANI; PINHEIRO, 2013, p. 15).

Com isso, os autores indicam que atores estatais antes não considerados na análise da política externa passam a ter mais relevância, incluindo, no caso do Brasil, órgãos que desafiam o suposto monopólio do Ministério de Relações Exteriores (MRE) sobre a política externa, como outros ministérios e agências. Também é destacado o papel de entidades não-estatais que defendam interesses públicos, como associações, movimentos sociais e empresas (MILANI; PINHEIRO, 2013).

O debate sobre o monopólio do Itamaraty sobre a política externa também é apresentado por Faria (2012), o qual aponta fatores como a redemocratização do Brasil, o enfraquecimento do modelo de desenvolvimento por substituição de importações e o aumento da politização da política externa brasileira, derivada de uma maior participação de *stakeholders* (partes interessadas) do plano doméstico a nível externo, no que ele chama de “horizontalização da política externa brasileira” (FARIA, 2012, p.322). Além disso, o autor também menciona que a estrutura do governo para a implementação da política externa parte de um arranjo organizacional complexo, que envolve “organizações e funcionários que têm posições, percepções, interesses e incentivos muitas vezes distintos” (FARIA, 2012, p. 327). Portanto, é factível pensar que, nesse contexto, existem outros atores que também participam de forma ativa da política externa brasileira.

O processo histórico de descentralização mencionado também pode ser bem ilustrado pela pesquisa de Sanchez *et al* (2006), que, assim como os demais autores, discutem que “(...) há grandes desafios no isolamento da política externa como uma política distinta e com autonomia em relação às demais, quando se considera a intensificação dos fluxos de interação entre os ambientes interno e internacional” (SANCHEZ et al, 2006, p. 125-126). Ainda que com foco restrito no papel do Estado na formulação da política externa, os autores baseiam-se na proposta de Milner (1997), que propõe uma abordagem em dois níveis para entender as relações entre as políticas interna, externa e internacional, tratando-as como um *continuum*, e na teoria da interdependência, que destaca a importância das relações políticas e sociais entre Estados e outros atores não-estatais na política internacional. Os autores buscam defender a tese de que a política externa possui processos decisórios integrados com os outros níveis, e não possui diferenças fundamentais em relação às políticas domésticas (SANCHEZ et al, 2006).

Para tanto, são examinadas as competências constitucionais para a condução da política externa nas Constituições de 1967 e de 1988. Os autores comparam as diferenças presentes nas atribuições de cada poder nos seguintes temas de política externa: celebrar tratados; declarar guerra e celebrar a paz e manter relações com outros Estados e participar de

organizações internacionais. Segundo a análise, não existem variações expressivas entre as duas Constituições em relação às atribuições de cada um dos poderes nesses temas, sendo o poder Executivo identificado como central na formulação e decisão da política externa, enquanto o Legislativo assume um papel de co-decisão. O Judiciário possui mais restrições em sua atuação, mas pode atuar em questões de implementação e avaliação (SANCHEZ et al, 2006).

As conclusões desta pesquisa, apesar do foco estritamente estatal, permitem diálogos com outras considerações de Milani e Pinheiro (2013), especialmente em relação à percepção de que novos atores podem estar envolvidos na formulação de política externa para além do Itamaraty. Conforme mencionado, os autores afirmam que recentemente o campo de Análise de Política Externa (APE) passou a evidenciar o papel do Legislativo e de outras agências estatais na política externa, e apontam que, a partir disso, há convergência na área acerca do entendimento de política externa enquanto uma política pública (MILANI; PINHEIRO, 2013).

Nesse sentido, Milani e Pinheiro (2013) se afastam da análise recorrente no campo das RI, reconhecendo que a política externa é moldada por interesses diversos, não apenas os considerados *nacionais*, e questionando a noção de interesse nacional como uma simplificação das relações sociais. É argumentado que a política externa é uma política pública sujeita à dinâmica política, não um domínio à parte, imune a influências. Segundo os autores, a politização da política externa é vista como resultado desse alargamento da participação ministerial e da inclusão de temas externos na agenda dos ministérios domésticos (MILANI; PINHEIRO, 2013).

Diante dessas considerações, a ideia de que a política externa também está sujeita à dinâmica política doméstica torna-se central para o esforço compreensivo desta pesquisa que busca avaliar a influência de outros elementos políticos, como as ideologias, neste campo. Levi (1970), ao estudar a relação entre ideologia e política externa, define ideologia como:

A ideologia, para os fins desta discussão, é concebida como um conjunto de valores normativos e crenças relativamente duradouras. Os valores referem-se a ideias sobre o que deveria ser. Mas fazem-no, quando fazem parte de uma ideologia, de uma forma geral. Não se referem, como fazem os interesses, a objetivos benéficos específicos. As crenças referem-se a ideias sobre o que é a realidade (LEVI; 1970, p. 4)⁷.

⁷ Tradução livre. Do original: *Ideology, for the purposes of this discussion, is conceived of as a set of normative values and relatively enduring beliefs. The values refer to ideas about what ought to be. But they do so, when part of an ideology, in a general way. They do not refer, as do interests, to specific beneficial goals. The beliefs refer to ideas about what reality is.*

Considerando esta definição, Nincic e Ramos (2010) exploram a dinâmica entre ideologia e política externa, mas vão no sentido contrário ao de ressaltar a importância da ideologia para ela. Os autores alegam que interesses e necessidades concretas dos Estados tendem a dominar as decisões dos líderes políticos. Segundo eles, embora as ideologias forneçam um conjunto de valores e crenças que favorecem a capacidade política de moldar a percepção do mundo, elas geralmente desempenham um papel secundário na formulação de políticas externas, em detrimento dos interesses nacionais, segurança e necessidades imediatas que conduzem as ações dos Estados no cenário internacional (NINCIC; RAMOS, 2010).

São mencionados alguns exemplos históricos para comprovar esta tese, como o de Woodrow Wilson, que foi desacreditado como aliado durante a Conferência de Versalhes devido ao seu idealismo, enquanto os Estados Unidos cooperaram com a União Soviética até que seus interesses nacionais fossem ameaçados. Isso sugere que, embora a ideologia possa influenciar indiretamente as políticas externas, ela é frequentemente usada para justificar ações já decididas com base em interesses concretos (NINCIC; RAMOS, 2010).

Nesse sentido, o texto também aponta como as ideologias são flexíveis e podem ser adaptadas para servir aos objetivos políticos de um estado. Os líderes políticos muitas vezes reinterpretam ou ajustam valores e crenças ideológicas para justificar suas ações no cenário internacional. Isso destaca a natureza pragmática da política externa, onde os estados escolhem partes da ideologia que são convenientes para seus interesses, enquanto descartam ou ignoram aquelas que não se alinham com seus objetivos (NINCIC; RAMOS, 2010).

No entanto, Levi (1970), ao discutir a influência da ideologia e dos interesses na elaboração da política externa, diz em sua conclusão que as ideologias servem para “racionalizar interesses egoístas” no processo de formação da política externa, podendo ser descoberta através da análise de diversos fatores neste processo, como o estudo da natureza de uma ideologia; dos interesses dominantes em jogo na política externa; do sistema político internacional; e do próprio processo de formulação de políticas públicas de um país (LEVI; 1970, p. 30).

Por fim, buscamos alguns exemplos que ilustram as maneiras por meio das quais a política externa pode ser compreendida enquanto política pública. Silva e Braga (2014), por exemplo, utilizam o modelo de Kingdon em prol de uma análise da Política Externa de Direitos Humanos (PEDH) dos primeiros governos Lula (2003-2010). Os autores demonstram em seu artigo de que forma a PEDH reflete certa influência de grupos domésticos inseridos no próprio governo, assim como está sujeita também às disputas desses mesmos atores políticos.

No caso, são mencionadas as parcerias econômicas brasileiras com países violadores de direitos humanos, que foram questionadas durante os governos Lula tanto por membros do próprio Estado, quanto por organizações da sociedade civil que defendem a pauta. Tal questionamento é apenas um exemplo das disputas desses grupos que podem existir em torno da condução de um tema de política externa, pautando, até mesmo, uma possível mudança na agenda desta política (SILVA; BRAGA, 2014).

Em outro exemplo, Batezelli (2022), utiliza o modelo de Kingdon para explorar a articulação entre a agenda de política externa e as políticas de combate à fome nos governos Lula (2003-2010). Com menos foco na questão das disputas dos grupos de interesse, mas enfatizando a maneira pela qual uma ideia acessa os fluxos de Kingdon (2003), a autora destaca a chegada de Lula à Presidência como o momento que possibilitou a abertura da janela de oportunidade, na qual houve a convergência de um cenário político favorável, junto a atores que compartilhavam ideias em comum, originando soluções para os problemas percebidos tanto na política externa, quanto nas políticas de combate à fome (BATEZELLI, 2022).

Outros autores exploraram o MCD de forma a extrapolar com suas interpretações o que foi originalmente escrito por Sabatier (1988). Zahariadis (1998) sugere que, no MCD, o nível de unidade de análise mais útil é o grupo. Segundo ele, o mais importante, no modelo, é a compreensão de como as coalizões se formam, como adquirem recursos e desenvolvem crenças políticas, e como elas tentam influenciar as decisões de autoridades soberanas. Hermann (1990), também explora o modelo, e defende a necessidade de uma perspectiva que visualize a mudança na política externa não como uma resposta determinística às grandes forças em atividade no sistema internacional, mas como parte de um processo decisório.

Além deles, Haar e Pierce (2021) também discutem a mudança na política externa por meio do MCD. Segundo os autores, ele não somente amplia o entendimento teórico da formulação da política externa, mas também oferece uma ferramenta prática para analisar e prever como diferentes coalizões podem influenciar suas decisões. Nesse sentido, o modelo é capaz de conectar subsistemas de política doméstica com unidades do sistema internacional, como a Organização das Nações Unidas (ONU) ou a União Europeia (UE), deslocando o foco da tomada de decisões para a defesa de interesses, o que favorece análises que levem em conta os interesses como predominantes na política externa (HAAR; PIERCE, 2021).

Diante disso, reforça-se que a ideia de que a política externa também está sujeita à dinâmica política doméstica é central para esta pesquisa, na medida em que ela busca avaliar a influência de outros elementos políticos, como as ideologias, neste campo. Portanto,

compreende-se que a política externa pode ser considerada uma política pública, sujeita a dinâmicas políticas e influências, envolvendo múltiplos atores e interesses, tanto estatais quanto não-estatais, e, com isso, podendo ser analisada também por meio de modelos de análise de políticas públicas.

1.3. O que é diplomacia do conhecimento?

Visando iniciar a exploração do elemento central desta pesquisa, a diplomacia do conhecimento, faz-se necessária a introdução do debate acerca da cooperação nas Relações Internacionais. Isto porque, segundo Lopes (2020), o conceito de cooperação “refere-se à capacidade nacional de geração de saberes que reforcem as colaborações entre os países e sirvam como recurso para o enfrentamento dos enormes desafios sociais e econômicos existentes”, estando muito relacionado à ideia de diplomacia do conhecimento de Knight (2022) (LOPES, 2020, s.p.).

Nesse sentido, Sato (2010) aponta que a disseminação da industrialização e da modernidade para diversos países desde o final do século XIX, formando uma sociedade globalizada, resultou na expansão da cooperação internacional como uma prática institucionalizada pelos governos. Tanto nações ricas quanto pobres passaram a integrar uma complexa rede de instituições voltadas para a cooperação em áreas como comércio, finanças, segurança, meio ambiente, educação e saúde. A cooperação internacional não se restringe à ajuda mútua, mas envolve o desenvolvimento de padrões comuns e a formulação de programas conjuntos entre estes países (SATO, 2010).

Este processo contribuiu para que questões antes tratadas como nacionais adquirissem dimensões internacionais. Questões como a porosidade das fronteiras e interdependência econômica ganharam destaque e, embora inicialmente associada a mercados financeiros integrados, a globalização passou a abranger todas as dimensões das relações humanas, facilitada por avanços nos meios de transporte e comunicação (SATO, 2010). Um exemplo de fácil compreensão recente do que o autor discute é a cooperação em torno da pandemia de Covid-19, que envolveu organizações internacionais, Estados e atores não-estatais em prol da gestão do combate ao vírus e da produção de vacinas.

No entanto, Frieden (2020) destaca que, em um contexto contemporâneo em que governantes assumem uma postura populista, há um declínio da relevância da cooperação internacional na agenda dos governos. Mudde e Kaltwasser (2017) definem populismo como:

[...] uma ideologia superficial que considera a sociedade, em última análise, separada em dois campos homogêneos e antagônicos, “o povo puro” versus “a elite corrupta”, que argumenta que a política deve ser uma expressão da *volonté générale* (vontade geral) das pessoas (MUDDE; KALTWASSER, 2017, p. 6).

Considerando esta definição, o texto de Frieden (2020) analisa o contexto interno dos EUA para tratar do assunto, e aponta a crise financeira de 2007-2008 como um momento em que as autoridades econômicas e financeiras trabalharam juntas para evitar uma catástrofe ainda maior. No entanto, destaca que a emergência do populismo, tanto de direita quanto de esquerda, desafiou essa tendência, exemplificando isto a partir do surgimento de movimentos como o *Tea Party* e a retórica de Donald Trump e Bernie Sanders contra a globalização e o livre comércio (FRIEDEN, 2020).

Além disso, para compreensão do conceito de diplomacia do conhecimento é importante reconhecer que, além do fato de ele ocorrer em um contexto de cooperação internacional, ele também parte do conceito já tradicional nas RI de *soft power*. Partindo da ideia de *poder* nas RI - definido por Nye (1990) como a capacidade de um ator de fazer ou resistir a mudanças, ou de obter o que se deseja - o *soft power* destaca a importância das formas não coercivas de influência na política mundial contemporânea. Em contraste com o *hard power*, que se baseia na capacidade de forçar outros países a agir de acordo com os desejos de um Estado, o *soft power* é a habilidade de um Estado de moldar as preferências e interesses dos outros para que estejam de acordo com os seus próprios desejos. Em um contexto em que questões transnacionais, como mudanças climáticas, saúde pública e terrorismo, exigem cooperação internacional, o *soft power* estaria se tornando cada vez mais relevante (NYE, 1990).

Nye (1990) argumenta que o *soft power* é composto por recursos intangíveis, como *cultura, ideologia e instituições internacionais*, que são capazes de atrair e influenciar outros países. Ele menciona a influência da cultura americana, transmitida por meio de filmes, música e outros produtos culturais, como um exemplo de *soft power* eficaz. No entanto, o autor reconhece que o *soft power* não substitui completamente o *hard power*, e que os dois podem ser complementares. Ele sugere que, para os Estados Unidos, manter e fortalecer seu *soft power* é crucial para garantir sua liderança global no século XXI (NYE, 1990).

Além disso, o autor também discute a inserção de atores não estatais no debate sobre o poder no sistema internacional. É o caso de corporações e multinacionais, que possuem vastos recursos econômicos e, segundo ele, podem influenciar significativamente os resultados dos jogos de poder. Ele destaca também a importância crescente da interdependência econômica e

aponta para a necessidade de uma abordagem mais ampla da segurança nacional, que agora abrange questões econômicas e ecológicas, além das militares, bem como para a necessidade de cooperação dos Estados nesses temas (NYE, 1990).

A partir do exposto, Knight (2022) traça uma diferenciação entre política externa e diplomacia, afirmando que a política externa é desenvolvida pelo governo e envolve a formulação de prioridades e diretrizes para o engajamento internacional, enquanto a diplomacia é a implementação dessas políticas, executada através de atores específicos e processos como comunicação, negociação e representação. Desse modo, a autora afirma que a diplomacia operacionaliza a política externa de um país, sendo considerada também uma parte dessa mesma política externa (KNIGHT, 2022).

Além disso, a evolução da diplomacia contemporânea é caracterizada pela presença de novos atores, questões e funções, bem como por uma crescente ênfase no *soft power*. O tradicional enfoque estatal da diplomacia, centrado em ministérios de relações exteriores e diplomatas profissionais, deu lugar a uma abordagem multi-atores, na qual organizações governamentais, instituições de ensino superior, organizações da sociedade civil, empresas multinacionais e redes de especialistas desempenham papéis de destaque nas relações diplomáticas (KNIGHT, 2022).

Segundo ela, a educação superior internacional e a pesquisa são consideradas fontes de *soft power*, pois permitem que um país influencie outros por meio do compartilhamento de conhecimento e valores. Além de sua relevância política e diplomática, a educação superior como instrumento de poder suave está ligada ao desenvolvimento econômico e à construção de uma sociedade baseada no conhecimento. Ao investir em educação e pesquisa de qualidade, um país fortalece sua posição global, atraindo talentos e recursos estrangeiros e promovendo seus interesses nacionais. Com isso, o conceito de diplomacia do conhecimento diz respeito à capacidade de um país de gerar saberes que possam facilitar sua interação com os demais Estados, a partir de estratégias e ações diplomáticas voltadas para a promoção da ciência, tecnologia, cultura, inovação, desenvolvimento e educação (KNIGHT, 2022).

A autora destaca as características centrais desse tipo de diplomacia, afirmando que ela se baseia nas funções fundamentais do ensino superior, como ensino/aprendizagem, pesquisa, produção de conhecimento, inovação e serviço à sociedade. Além disso, envolve uma diversidade de atores, incluindo universidades, centros de excelência nacionais, regionais ou internacionais, instituições de pesquisa, fundações, grupos de reflexão, associações profissionais, organizações não governamentais e órgãos governamentais (KNIGHT, 2022).

A diplomacia do conhecimento também reconhece as diferentes necessidades e utilizações coletivas de recursos, respeitando e negociando os pontos fortes e oportunidades de cada parceiro, e promove a reciprocidade, com diferentes benefícios para os atores envolvidos, guiados pelo princípio de negociação e resolução de conflitos. Ademais, ela visa construir e fortalecer relações positivas e produtivas nos e entre países, além das contribuições feitas por acordos bilaterais e multilaterais entre instituições de ensino superior, buscando enfrentar questões globais urgentes que afetam todos os países (KNIGHT, 2020).

Para sintetização dos diversos conceitos que compõem a diplomacia do conhecimento, Knight (2021) propõe a Tabela 1 exposta abaixo:

Tabela 1 - Quadro conceitual para a diplomacia do conhecimento

INTENÇÕES, PROPÓSITO OU JUSTIFICATIVAS DE CONDUÇÃO 1	MÚLTIPLOS ATORES E PARCEIROS 2	PRINCÍPIOS E VALORES SUBJACENTES 3	MODOS PRIMÁRIOS OU ABORDAGENS USADAS 4	ATIVIDADES OU INSTRUMENTOS 5
<p>Construir/ fortalecer relações entre países através da educação superior internacional, pesquisa e inovação (IHERI)</p> <p>Usar a IHERI para ajudar a lidar com desafios globais e promover paz e prosperidade.</p> <p>Fortalecer a IHERI através de relações aprimoradas entre os países.</p>	<p>Departamentos governamentais e agências relacionadas a educação, ciência, tecnologia e inovação em todos os níveis.</p> <p>Agências intergovernamentais relacionadas a IHERI</p> <p>ONGs relacionadas a ESIPI</p> <p>Centros de pesquisa de educação superior, <i>Think Tanks</i>, Centros de excelência, redes de pesquisa, fundações, centros de inovação, experts</p> <p>Setor privado - Corporações multinacionais</p>	<p>Reciprocidade Mutualidade Cooperação Base comum Troca Pontos comuns Parcerias Bem comum Interdisciplinidade Multi-setores Transparência</p>	<p>Negociação Comunicação Representação Resolução de conflito Comprometimento Colaboração Mediação Conciliação Desenvolvimento de confiança Diálogo</p>	<p>Genéricas: Projetos conjuntos em rede Conferências Cúpulas Coalizões <i>Track Two Agreements</i> Grupos de trabalho Desenvolvimento institucional</p> <p>IHERI específicas: Universidades internacionais em conjunto Intercâmbio de estudantes e acadêmicos Redes de pesquisa Hubs de educação/ conhecimento Bolsas Projetos ODA Programas geminados e em conjunto</p>

Fonte: KNIGHT, 2021.

O quadro conceitual proposto por Knight na Tabela 1 explora o fenômeno ou processo da diplomacia do conhecimento, e não em suas políticas ou teorias. Ele se estrutura em cinco pilares fundamentais: 1) intenções, propósitos ou justificativas; 2) múltiplos atores e parceiros; 3) princípios e valores subjacentes; 4) modos principais ou abordagens utilizadas; e 5) atividades ou instrumentos (KNIGHT, 2021).

Na coluna de *intenções, propósitos ou justificativas*, a autora aborda a ideia de que a diplomacia do conhecimento visa construir e fortalecer as relações entre países para enfrentar desafios globais, promovendo relações produtivas e positivas entre nações. Essas parcerias, inevitavelmente, geram tensões devido às diferentes necessidades e prioridades dos envolvidos. Portanto, segundo ela, é crucial respeitar, negociar e mediar essas diferenças para

otimizar as forças e oportunidades de cada parceiro, de modo a estabelecer um relacionamento horizontal e colaborativo, que reconheça justificativas coletivas e necessidades compartilhadas (KNIGHT, 2021).

Já na sessão de *múltiplos atores e parceiros*, Knight (2021) destaca a já mencionada variedade de atores que compõem a diplomacia do conhecimento, incluindo: instituições de pesquisa, fundações, *think tanks*, associações profissionais, empresas, ONGs, *hubs* de educação, cidades e diferentes setores governamentais, departamentos e agências. Segundo ela, “a diplomacia do conhecimento inclui atores e parceiros trabalhando juntos em acordos bi/multilaterais nos níveis nacionais, regionais e internacionais objetivando construir relações fortes entre os países” (KNIGHT, 2021, p. 25).

A terceira coluna apresenta os *princípios e valores subjacentes* da diplomacia do conhecimento. Segundo a autora, princípios e valores “são uma parte integral da democracia e da política externa”, e a diplomacia do conhecimento se baseia principalmente nos princípios de: “reciprocidade; mutualidade; cooperação; base comum; troca; pontos comuns; parcerias; bem comum; interdisciplinaridade; multi-setores; transparência” (KNIGHT, 2021, p. 25).

Na sessão de *modos primários ou abordagens usadas*, ela aponta que a diplomacia do conhecimento é fundamentada em relações horizontais entre os principais atores e países, enfatizando a colaboração, negociação e compromisso para garantir que os objetivos sejam alcançados de maneira benéfica para todos. Apesar de essas abordagens não minarem completamente as divergências entre os *stakeholders* interessados, a diplomacia do conhecimento busca utilizar a negociação e a resolução de conflitos para alcançar consensos (KNIGHT, 2021).

Por fim, na coluna de *atividades ou instrumentos* a autora se debruça sobre a ideia de que há atividades da diplomacia do conhecimento que a diferenciam de outros tipos de diplomacia, especialmente devido à centralidade conferida por ela à pesquisa e à educação. Ela menciona que atividades como intercâmbios e bolsas de estudo são relevantes para a construção de parcerias internacionais, mas que inovações recentes nas iniciativas de internacionalização da educação também devem ser levadas em conta pela diplomacia do conhecimento. São elas: parcerias universitárias internacionais, redes de pesquisa, *hubs* de educação, centros regionais de excelência, campi internacionais, entre outros (KNIGHT, 2021).

Além disso, destaca-se que a diplomacia do conhecimento difere de outras formas de diplomacia, como a educacional, científica, cultural ou pública. Esses termos são mais limitados e não abarcam a abrangência da diplomacia do conhecimento. A diplomacia

educacional, por exemplo, não inclui a pesquisa e a inovação, enquanto a diplomacia científica geralmente está relacionada às ciências naturais. Já a diplomacia cultural tem um escopo mais amplo, englobando arte, esportes, alimentação, educação e arquitetura, entre outros aspectos. Desse modo, a diplomacia do conhecimento adota uma abordagem mais inclusiva, baseada em uma perspectiva multidimensional que reconhece a soma desses elementos (KNIGHT, 2018).

Diante do conceito exposto, faz-se relevante também perceber o contexto da diplomacia do conhecimento no Brasil dos últimos anos. Lopes (2020) afirma que apesar de esse tipo de diplomacia ser um caminho promissor e acessível para o Brasil, ele não tem sido explorado. Segundo ele, um relatório intitulado *U21: Ranking of National Higher Education Systems 2020*, apresentou o Brasil na 41ª posição de um ranking de 50 sistemas nacionais de educação superior e pesquisa, aparecendo no 47º lugar na avaliação do critério de *conectividade*, o que é um indicador da “baixa qualidade da diplomacia do conhecimento praticada pelo Brasil” (LOPES, 2020, s.p.).

O autor apresenta ainda outros dados alarmantes sobre o quadro da diplomacia do conhecimento no país. Segundo a Unesco, as universidades argentinas atraíram mais de 75 mil estudantes internacionais em 2017, enquanto o Brasil não ultrapassou 20 mil. Além disso, as pesquisas acadêmicas brasileiras têm baixa penetração no chamado *mercado de ideias*, tendo um impacto inferior às produções de países como Colômbia, Chile e Argentina. Outro dado preocupante diz respeito à aquisição de habilidades para o trabalho no mundo contemporâneo - adaptabilidade, proficiência em idiomas e diálogo intercultural - em que o Brasil também fica abaixo de países asiáticos e africanos (LOPES, 2020).

Ademais, apesar de reconhecer a abordagem multi-atores da diplomacia do conhecimento, reforça-se que esta dissertação se dedicará a analisar seus elementos institucionais, a entendendo enquanto um tema de política externa, e, portanto, de política pública. Serão consideradas especialmente as ações de duas pastas do governo federal durante a gestão Bolsonaro, que dialogam bem com as temáticas centrais desse tipo de diplomacia: o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Educação (MEC).

Para tanto, buscamos também outras pesquisas prévias que tenham realizado esforço semelhante. Perrotta e Sharpe (2020) estudaram a internacionalização da educação superior da Argentina e do Brasil, assim como a inserção desse tema em suas respectivas políticas externas. Os autores analisaram acordos estabelecidos por agências estatais de ambos os países - especialmente o MEC, no caso do Brasil - e demonstram, em suas conclusões, que a

consideração dos atores estatais envolvidos neste tipo de diplomacia é viável cientificamente (PERROTTA; SHARPE, 2020).

Por fim, conclui-se, neste capítulo, que a política externa pode ser tratada enquanto política pública, sendo passível de análise pelos modelos de análise de políticas públicas apresentados, e que, considerando a diplomacia como uma parte da política externa (KNIGHT, 2022), é possível analisar as políticas de diplomacia do conhecimento considerando seus atores estatais por meio dos modelos de análise de políticas públicas.

Considerando que o neoconservadorismo no Brasil - representado pelas ideias de Olavo de Carvalho - investiu fortemente em colocar suas visões sobre alguns dos principais temas discutidos por Knight (2022) na diplomacia do conhecimento - em especial, a educação - o próximo capítulo será dedicado à compreensão do neoconservadorismo e sua relação com o governo Bolsonaro no Brasil, a fim de posteriormente analisarmos sua relação com as políticas de diplomacia do conhecimento.

CAPÍTULO 2 - NEOCONSERVADORISMO E GOVERNO BOLSONARO

Considerando o que foi apresentado acerca das políticas públicas, resgatamos o que Levi (1970) afirma sobre o papel da ideologia na formulação de política externa, de que ela se trata de “um conjunto de valores normativos e crenças relativamente duradouras”, e que estes valores, nesses processos, serviriam ao intuito de “racionalizar interesses egoístas” (LEVI; 1970, p. 30). Com isso, este capítulo se dedicará a compreensão do processo histórico de formação do neoconservadorismo, o qual hipotetizamos que pode ter influenciado a agenda de políticas de diplomacia do conhecimento do governo Bolsonaro.

Diante disso, introduziremos o pensamento movimento neoconservador na seção abaixo (2.1), mobilizando tanto o histórico do seu pensamento, quanto seus pilares filosóficos. Em seguida, na sessão 2.2, pretende-se explorar o neoconservadorismo no Brasil, com ênfase especial no *olavismo*, por entendermos se tratar do principal movimento que reproduz valores neoconservadores no Brasil contemporâneo.

Em um segundo momento, será explorada a relação do olavismo com o governo Bolsonaro. Com isso, acreditamos que as bases para que se compreenda qual a ideologia que, na lógica desta pesquisa, influenciaria as políticas de diplomacia do conhecimento do governo Bolsonaro, além do contexto em que ela se insere.

2.1. Neoconservadorismo

Segundo Lacerda (2018), o “neoconservadorismo designa um *movimento* e também o *modo de pensamento* ou o *conjunto de preferências* que resulta desse movimento” (BROWN, 2006 apud LACERDA; 2018, p. 27). A citação é curta, mas já indica, de forma resumida, que o termo *neoconservadorismo* pode se referir a questões distintas, que serão exploradas ao longo desta sessão.

Considerando o aspecto polissêmico do termo e sua importância para o problema desta pesquisa, busca-se compreender todo o processo de surgimento e formação da ideologia neoconservadora - que necessariamente envolve um conjunto de atores e práticas sociais. Para tanto, faremos uma breve revisão acerca do pensamento conservador clássico, visando o entendimento das raízes do neoconservadorismo.

2.1.1. O pensamento conservador clássico

O pensamento conservador tem sua origem convencionalmente demarcada na obra de Edmund Burke (2018), *Reflexões sobre a revolução em França*, publicada pela primeira vez em 1790. A obra traz em si a definição do que era o pensamento conservador à época: um movimento contrarrevolucionário, que criticava severamente as insurreições pautadas nos ideais iluministas que a França vivia no período (BURKE, 2018).

Segundo Souza (2016), a principal contribuição que a obra de 1790 pode trazer para os dias de hoje reside na sua concepção da ideia de *revolução*. Para Burke, “a revolução não significa a transformação radical de uma sociedade”, sendo, na realidade, um “momento de decadência e degradação, no qual a ordem estabelecida é destruída e as tradições, rebaixadas”. Este entendimento busca criar uma imagem da *revolução* enquanto “um processo substanciado por um fanatismo laico e dogmático, inimigo da pacífica continuidade e das mudanças contingentes da sociedade” (SOUZA; 2016, p. 363).

Burke alegava em sua obra que os eventos de 1789 representaram um ataque ao mais elevado nível de civilização que a humanidade havia alcançado até então: as instituições e tradições do antigo regime. Para provar este ponto, o autor estabelece um comparativo entre a *Revolução Gloriosa*, de 1688, na Inglaterra, e a *Revolução Francesa*, de 1789. A primeira é tratada por Burke como um modelo *revolucionário* ideal, e se caracterizou por uma transição pacífica, através da conciliação de interesses. Segundo Burke, a maneira pela qual a transição de poder se deu na *Revolução Gloriosa* garantiu a continuidade, pelo menos formalmente, da institucionalidade política já estabelecida. Já a revolução na França teria causado uma ruptura abrupta, desnecessária e violenta com as heranças da tradição. A partir de interesses que Burke afirma serem de classes específicas da sociedade francesa, a revolução teria violentado e devastado as estruturas institucionais do país (SOUZA, 2016).

Dito isso, o principal objetivo de Burke era a preservação das instituições políticas britânicas. Em *Reflexões*, Burke critica os valores, ideais e princípios que nortearam a Revolução Francesa, oriundos do Iluminismo, e os descreve pejorativamente como meras *abstrações* desprovidas de significado objetivo. Dessa forma, conceitos como igualdade, direitos do homem, razão, antropocentrismo, liberdade individual e soberania popular seriam, para ele, ideias perigosas para a ordem estabelecida, corrosivas para toda a herança cultural e patrimonial das tradições europeias. A rejeição das *abstrações* em favor de um empirismo pronunciado é um princípio que o conservadorismo desenvolvido na segunda metade do

século XX adota, incorpora e amplia, e é aproveitado também pelo neoconservadorismo nos EUA, que será explorado a seguir (SOUZA, 2016).

Além disso, como parte de sua oposição ao ideário iluminista, o pensamento de Burke também é marcado por uma forte tendência irracionalista. Ao associar a racionalidade e a teoria com a formulação desacreditada de princípios abstratos, desconectados das circunstâncias imediatas, Burke elabora um pilar duradouro do conservadorismo: a negação da razão e a promoção de uma concepção pragmática e imediatista de ação e pensamento. (SOUZA, 2016).

Em uma perspectiva elitista, Burke acreditava que as mudanças políticas na França deveriam ser conduzidas pela nobreza e pelas elites dominantes, e não pelos setores subalternos da sociedade, e, com isso, o tema da alegada *inveja dos ricos pelos pobres* e um certo desprezo pelas formas de vida e cultura das classes dominadas são introduzidos no debate conservador. Burke deriva da condição de origem humilde dos deputados da Assembleia francesa, fossem eles clérigos ou não, todas as maldades que ele percebia como síntese da degeneração daquela instituição. A propriedade, objeto dessa suposta inveja, deveria, conforme as indicações conservadoras, ser preservada e protegida pelo Estado (SOUZA, 2016).

Esse tipo de culpabilização pela *degradação da sociedade* às características de certos indivíduos, classes ou grupos, com base em sua origem, condição socioeconômica ou bases ideológicas, quando analisada historicamente foi posteriormente incorporado pelo movimento neoconservador nos EUA. Ao adotar essa ideia como critério definidor das dificuldades de uma sociedade, surge frequentemente no cenário político a tendência ao estabelecimento de perseguições políticas, ideológicas, xenofóbicas e religiosas. Essas perseguições são justificadas pelo discurso do *interesse nacional* e em defesa da *pureza* e do *expurgo* dos elementos considerados nocivos à sociedade. Além disso, o autor critica ainda veementemente a ideia dos *direitos do homem* promovida pelos jusnaturalistas, especialmente Rousseau. Para ele, o jusnaturalismo representa um perigoso veículo para a disseminação de conceitos antinaturais e *abstrações* sem fundamento, como igualdade, democracia e direitos inalienáveis (SOUZA, 2016).

Diversos elementos presentes no conservadorismo clássico de Burke se manifestaram posteriormente no *movimento neoconservador* estadunidense, e que, mais tarde, viria a influenciar também o olavismo no Brasil. Entre eles, as ideias de Irving Kristol de reação à expansão das políticas de bem-estar social e aos movimentos sociais podem ser lidas como profundamente influenciadas pela culpabilização de Burke da *degradação da sociedade* às

características de determinados grupos (KRISTOL, 1995). Para sustentar tal leitura, exploraremos nas sessões subsequentes o movimento neoconservador e os pilares filosóficos do neoconservadorismo.

2.1.2. *Histórico do movimento neoconservador nos EUA*

De acordo com Almeida (2018), os autores conservadores clássicos têm em comum a “defesa de valores e instituições tradicionais diante da ameaça trazida pelas revoluções liberais”, além de se basear na oposição ao cientificismo e ao racionalismo (ALMEIDA; 2018, s.p.). Já em relação aos neoconservadores, o ministro afirma que:

O neoconservadorismo estrutura-se como reação ao *welfare state* [Estado do bem-estar social], à contracultura e à nova esquerda, fenômenos atrelados ao pós-Segunda Guerra Mundial e ao advento do regime de acumulação fordista. Para os neoconservadores, a crise econômica que atingiu o capitalismo no final dos anos 1960 era antes de tudo uma crise moral, ocasionada pelo abandono dos valores tradicionais que governam a sociedade desde os primórdios da civilização, feito em nome de um igualitarismo artificialmente criado pela intervenção estatal. A crise, conforme esta leitura de mundo, não era do *welfare state*; para os novos conservadores o intervencionismo característico do *welfares tate* era o principal motivo da crise (ALMEIDA; 2018, s.p.).

Além disso, ele destaca a alegação neoconservadora de que o apagamento das diferenças naturais existentes entre os indivíduos causou uma ruptura com as bases que permitiram o desenvolvimento da civilização humana ocidental. Segundo os neoconservadores:

Diferenças de classe, entre os sexos e até mesmo as raciais sempre fizeram parte da ordem social; abandonar essas diferenças em prol de uma ilusória *sociedade sem classes* levaria a uma degradação cultural sem precedentes. A prova disso estaria, segundo o pensamento neoconservador, na *infestação* de hippies, sindicalistas, estudantes, comunistas, negros e feministas, grupos que ganharam força em razão da permissividade e do assistencialismo estatal. Assim, a pauta neoconservadora é basicamente a de restauração da autoridade da lei, do restabelecimento da ordem e da implantação de um Estado mínimo que não embarace a liberdade individual e a livre iniciativa (ALMEIDA; 2018, s.p.).

Partindo para o contexto histórico, segundo Lacerda (2018), o termo *movimento neoconservador* designa tanto um movimento intelectual quanto um movimento político. Inicialmente, o movimento intelectual surgiu nos anos 1950, caracterizado pela produção de

acadêmicos que defendiam o liberalismo econômico e eram anticomunistas. Posteriormente, desenvolveu-se o movimento político, representado pela coalizão neoconservadora que viabilizou a eleição de Ronald Reagan como presidente dos EUA em 1980 (LACERDA, 2018).

O movimento intelectual do neoconservadorismo se baseou por anos na oposição ao conceito de *grande sociedade*, termo popularizado pelo ex-presidente dos EUA Lyndon B. Johnson⁸, que versa sobre sua visão de um país com maior igualdade e oportunidades para todos os cidadãos. No entanto, para os primeiros neoconservadores, a *grande sociedade* representava uma abordagem excessivamente intervencionista do governo na economia e na vida das pessoas, o que consideravam como uma ameaça às liberdades individuais e ao livre mercado, e motivou a consolidação de um movimento (MOLL NETO, 2021).

Nesse sentido, o governo de Richard Nixon, que sucedeu Lyndon Johnson abriu espaço para as ideias neoconservadoras no cenário político estadunidense. Apesar de ainda não estarem efetivamente no governo, foi durante seu mandato que os neoconservadores encontraram uma plataforma para promover suas ideias e influenciar políticas públicas, já que, no final da década de 1960, a iminente derrota dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, juntamente com a persistência de bolsões de pobreza e a recuperação econômica do Japão e da Europa, impuseram limites à hegemonia norte-americana. A derrota no Vietnã acarretou custos consideráveis, tanto em termos financeiros quanto sociais. Além disso, os esforços empreendidos para combater a pobreza por meio da Guerra contra a Pobreza revelaram-se ineficazes, resultando em uma crise econômica e social. Paralelamente, a recuperação econômica do Japão e da Alemanha intensificou a competição global e exacerbou a contradição entre a necessidade de expandir o consumo e a obrigação de reduzir os custos de produção (MOLL NETO, 2021).

Nesse período, Lacerda (2018) identifica que as correntes de pensamento liberal dos EUA evoluíram para incorporar demandas da *nova esquerda* - vinculada aos movimentos pelos direitos civis - enquanto os intelectuais neoconservadores adotaram uma posição mais conservadora ou à direita, conforme mencionado. A partir disso, a ascensão dos movimentos estudantil, *black power* e feminista gerou preocupações de que as demandas por maior igualdade poderiam se descontrolar. Os neoconservadores, portanto, passaram a se opor a um *liberalismo alterado* que desafiava o *status quo* em apoio à *grande sociedade*, e a combater as

⁸ Lyndon B. Johnson presidiu os EUA entre os anos de 1963 e 1969, sendo sucedido por Richard Nixon (MOLL NETO, 2021).

reivindicações dos movimentos pelos direitos civis, especialmente contra a guerra do Vietnã, os direitos das mulheres e pelas cotas e ações afirmativas (LACERDA, 2018).

Irving Kristol, dentre outros intelectuais, foi pioneiro na formação do movimento neoconservador em sua dimensão política, como uma resposta aos desafios enfrentados pelos Estados Unidos. Kristol desempenhou um papel de liderança na revista *The Public Interest*, onde desenvolveu uma abordagem política que reagia à expansão das políticas de bem-estar social, aos movimentos sociais e à política externa de distensão. Os neoconservadores sustentavam que a expansão do bem-estar social gerava inflação, desestimulava o trabalho e a inovação, e minava a segurança econômica (MOLL NETO, 2021).

Com a publicação da revista, as ideias neoconservadoras alcançaram um grau de difusão relevante pelos Estados Unidos da América, apesar de nunca terem se tornado um grupo de pensamento hegemônico. Destaca-se aqui a relevância das *Organizações Político Empresariais* neste processo, já que as chamadas BPOs⁹ passaram a financiar programas de televisão, jornais e revistas que se aliaram ao movimento neoconservador e passaram a propagar as críticas ao pensamento progressista (MOLL NETO, 2021).

Destaca-se também a participação da chamada *direita religiosa* na difusão dos ideais neoconservadores. No contexto do neoconservadorismo, a direita religiosa contribuiu para a defesa de pautas tradicionalistas e antiprogressistas, além de reforçar a ideia de que o bem-estar social não deveria vir do Estado, e sim do indivíduo e da sua relação com Deus. Assim, a conexão entre a direita religiosa e o movimento neoconservador reside na busca por uma ordem social e política que enfatize os valores tradicionais e a moralidade baseada em fundamentos religiosos (MOLL NETO, 2021).

O governo Nixon terminou com sua renúncia em 1974, após o escândalo de *Watergate*, evento político que envolveu uma série de atividades ilegais cometidas pela administração do presidente durante a campanha presidencial de 1972. Em junho daquele ano, cinco homens ligados ao Partido Republicano foram presos após serem pegos tentando invadir a sede do Comitê Nacional Democrata no edifício Watergate, em Washington, D.C. As investigações posteriores revelaram que essa ação fazia parte de uma operação de espionagem e sabotagem política coordenada pelo governo Nixon para obter informações sobre seus oponentes políticos e garantir sua reeleição. Nesse contexto, houve também um esforço dos neoconservadores de se afastarem do governo Nixon, já que o escândalo poderia “manchar” a imagem do movimento (MOLL NETO, 2021).

⁹ Business Round Table, American Enterprise Institute, Heritage Foundation e Hoover Institution são as principais BPOs vinculadas ao movimento neoconservador nos EUA (MOLL NETO, 2021).

Nesse cenário, os intelectuais neoconservadores, inicialmente associados à ala direita do Partido Democrata, romperam com este e se uniram à direita secular do Partido Republicano e à direita religiosa. A resistência aos movimentos reivindicatórios resultou na formação da aliança neoconservadora – também denominada nova direita –, que se consolidou com a eleição de Ronald Reagan à presidência dos Estados Unidos em 1981, permitindo ao Partido Republicano controlar o Senado pela primeira vez desde 1952. Reagan, ao assumir o poder, adotou medidas tipicamente defendidas pelos ideais neoconservadores, como a redução dos gastos públicos e a desregulamentação da economia (LACERDA; 2018, MOLL NETO; 2021).

Considerando tais aspectos históricos da formação do pensamento e do movimento neoconservador, esta pesquisa buscará também compreender os princípios filosóficos por trás do neoconservadorismo. Com isso, espera-se compreender os elementos que constituem a ideologia neoconservadora, para que se possa, posteriormente, analisar a presença destes elementos na coalizão que geriu as políticas de diplomacia do conhecimento do governo Bolsonaro no Brasil.

2.1.3. Pilares filosóficos do neoconservadorismo estadunidense

Irving Kristol (1995) é considerado o pai do pensamento neoconservador estadunidense. Em sua obra de 1995, *Neoconservatism: the autobiography of an idea*, o autor alega que a ideia do *estado de bem-estar social* nos EUA teve “a melhor das intenções, mas o pior dos resultados” (KRISTOL; 1995, p. 43)¹⁰. Para sustentar este argumento, Kristol (1995) retoma a obra de Alexis de Tocqueville - de orientação liberal, mas que já apresentava elementos conservadores - que em 1835 publicou um artigo buscando compreender o seguinte paradoxo: por que a nação mais rica do mundo naquele período - a Inglaterra - teve tantos problemas com a pobreza? Tocqueville concede duas respostas a esta pergunta:

Primeiro, a urbanização e a industrialização tornaram os pobres mais dependentes da caridade pública por um período mínimo nível de subsistência. Numa economia agrária, foi apenas em raros períodos da fome que o trabalhador rural mais pobre não conseguia o suficiente para comer - *suficiente* significa aqui simplesmente uma dieta que evitaria a fome. Em contraste, os pobres numa cidade moderna não têm essa garantia mínima normal; portanto, necessitam frequentemente de assistência pública, se eles

¹⁰ Tradução livre. Do original: *The Best of Intentions, the Worst of Results*.

devem manter corpo e alma juntos. Em segundo lugar, numa sociedade *opulenta*, a própria ideia de pobreza sofre uma redefinição contínua. Os pobres experimentam não apenas a necessidade de um mínimo garantido; eles também sofrem com o que um sociólogo moderno chamaria de *privação relativa* (KRISTOL; 1995, p.43-44)¹¹.

Sob tais respostas acerca da pobreza na Inglaterra, Tocqueville alegava que a assistência pública e a *pobreza* mantinham uma relação simbiótica, prevendo que ambas se nutrem mutuamente e crescem inevitavelmente. Segundo ele, existem dois incentivos para o ser humano trabalhar: a necessidade de sobrevivência e o desejo de melhorar as condições de vida, e ele afirma que a experiência humana demonstrou que a maioria dos indivíduos seria suficientemente motivada para trabalhar apenas pelo primeiro desses incentivos, sendo o segundo eficaz apenas para uma pequena minoria. Assim, uma legislação que concede a todos os pobres o direito à assistência pública, independentemente da origem de sua pobreza, enfraqueceria ou destruiria o primeiro incentivo e deixaria intacto o segundo (KRISTOL, 1995).

Kristol (1995) reforça esta tese, e diz que, com a assistência social, torna-se irracional para uma família pobre tentar subir um nível ou dois ao longo da escala de renda. Dessa forma, a assistência social geraria dependência e muitas pessoas que preferiam não trabalhar estariam abandonando a força de trabalho. Essa população dependente teria sido rapidamente corrompida e desmoralizada por sua própria dependência, e, com isso, os programas de assistência social teriam aberto um caminho para o autoritarismo, já que estes indivíduos estariam presos em uma armadilha de pobreza e, sem alternativas institucionais, passavam a demandar ainda mais assistência do Estado (KRISTOL, 1995).

No decorrer de seu livro, o autor busca legitimar o argumento de Tocqueville de que haveria uma correlação entre o bem-estar social e a pobreza. Segundo ele, o estado de bem-estar social sustentava uma *nova classe* que buscava benefícios próprios e ameaçava a civilização ocidental em nome de um igualitarismo distorcido e conceitos errôneos de justiça, igualdade e sociedade. Ele resgata críticas do seu passado trotskista à burocratização do Estado e também reflete a filosofia política neoliberal, além de aplicar a Teoria da Escolha Pública, que vê os agentes do Estado como indivíduos racionais que buscam maximizar sua

¹¹ Tradução livre. Do original: *First, urbanization and industrialization made the poor more dependent on public charity for a minimum level of subsistence. In an agrarian economy, it was only in rare periods of famine that the poorest rural laborer could not get enough to eat — "enough" meaning here simply a diet that would avert starvation. In contrast, the poor in a modern city have no such normal, minimum.*

própria utilidade com recursos públicos para manter suas posições e atender a interesses pessoais, para explicar a emergência da suposta *nova classe* (KRISTOL, 1995).

Ele também afirma que, nos EUA, essa *nova classe* emergiu com a expansão do ensino superior, embora carecesse de verdadeira competência intelectual. Esses jovens, ocupando a maioria dos recursos públicos, trabalhavam como professores, assistentes sociais, advogados, médicos, nutricionistas e diversos servidores que atendiam a *população que não trabalha*. Dessa forma, a *nova classe* fomentou a expansão do estado de bem-estar social através da Guerra contra a Pobreza, tentando resolver a desigualdade que ela própria gerava. Kristol, de maneira contundente, dividia a *nova classe* entre aqueles que sucumbiam a overdoses e aqueles que buscavam poder em nome da igualdade. Ele ainda enfatiza um caráter conspiracionista em sua tese sobre a *nova classe*, alegando que ela estaria supostamente envolvida em uma luta contra a comunidade empresarial, sob o pretexto de promover a igualdade, mas na verdade buscava apenas poder e prestígio (KRISTOL, 1995).

Para esta pesquisa, é ainda interessante destacar que, segundo Kristol, a agenda dessa *nova classe*, especialmente no âmbito educacional, visava inculcar o multiculturalismo, fomentar o conflito étnico-racial e implantar uma mentalidade de *terceiro-mundista* nos estudantes dos EUA. O autor acusou a classe dos educadores de orientar o espírito reformista das décadas de 1960 e 1970, com o objetivo de incitar divisões entre os americanos, e “destruir a civilização ocidental”¹² (KRISTOL; 1995, p.170).

Com isso, a *nova classe* teria se incorporado oficialmente aos movimentos sociais e à contracultura dentro do Estado, impulsionando inovações políticas destinadas a promover uma igualdade crescente e solucionar todos os problemas sociais. No entanto, isso não aconteceu, e a *nova Classe* apenas sobrecarregou economicamente os governos nos quais estavam integrados. Kristol ainda alega que a *nova classe* acredita possuir a verdadeira definição de justiça distributiva, e a acusa de favorecer o totalitarismo do Estado por meio de seu desejo inevitável de ver a sociedade moldada à imagem dessas crenças (KRISTOL, 1995).

Além disso, em uma lógica semelhante à do conservadorismo clássico com a *revolução*, Kristol argumentou que os programas de assistência social minaram as instituições tradicionais da sociedade, particularmente a família, promovendo o multiculturalismo. Segundo ele, o estado de bem-estar social fazia com que os indivíduos se vissem liberados das antigas instituições sociais que reprimiam comportamentos inadequados, como crime, vício, promiscuidade e divórcio. Ele ainda afirma que o estado de bem-estar social subtraía a função

¹² Tradução livre. Do original: *destroy western civilization*.

econômica da família, especialmente do chefe de família, e resultando na desintegração da instituição familiar, o que incentivava o divórcio e a promiscuidade (KRISTOL, 1995).

É destacada ainda a relação entre o estado de bem-estar social e a religião. No caso, o *welfare* permitiria que os indivíduos tratassem a religiosidade como um consumo privado, uma atividade individual ou uma moda passageira, o que enfraqueceria os laços comunitários que se formavam em torno das igrejas, induzindo crises identitárias que ameaçariam a civilização ocidental (KRISTOL, 1995).

Kristol identifica especificamente negros e mulheres como grupos fortemente associados à dependência e às patologias sociais e espirituais, os quais, em sua visão, poderiam eventualmente conduzir os Estados Unidos a um estado de servidão. Para ele, os negros não possuíam ambição, aceitavam a dependência, e estavam socialmente e espiritualmente debilitados, contribuindo significativamente para a decadência dos EUA, além de acusá-los de liderarem uma coalizão que incluía feministas radicais, gays, lésbicas e alguns demagogos, que promoviam o multiculturalismo nos campi universitários (KRISTOL, 1995).

Sobre as mulheres, Kristol ainda alega que o estado de bem-estar social pós-Segunda Guerra possuía características essencialmente - segundo ele - *femininas*, buscando manter seus filhos seguros dos perigos do mundo e dependentes por toda a vida. Ele ainda associa esse caráter protetor do bem-estar social à entrada de mulheres no mercado de trabalho e nas universidades, e se coloca favorável a um bem-estar social que destacasse atributos *masculinos*, criando pessoas confiantes e prontas para encarar o mundo (KRISTOL, 2011).

O bem-estar social também teria relegado os investimentos em defesa militar a um segundo plano e enfraquecido o espírito nacionalista e patriótico, o que teria transformado o verdadeiro patriotismo em uma noção extremista. Além disso, a *nova classe*, que dirigia o sistema de bem-estar social, teria se empenhado em convencer o público, sobretudo os estudantes, de que os EUA oprimiam e exploravam outros povos, em uma suposta guerra contra o ocidente (KRISTOL, 2011).

No que diz respeito à política externa, destaca-se também o que é afirmado por John Ehrman (1995) em seu livro *The Rise of Neoconservatism: Intellectuals and Foreign Affairs*. Segundo ele, os neoconservadores interpretaram, no contexto da Guerra Fria, que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas possuía uma forte aspiração expansionista, e buscava minar as vantagens dos Estados Unidos e buscar hegemonia global. Além disso, eles perceberam que a elite intelectual responsável pela formulação da política externa americana havia supostamente perdido sua legitimidade e objetividade, especialmente ao assumir compromissos inalcançáveis com a igualdade e o desenvolvimento econômico do Terceiro

Mundo. Tal postura gerava instabilidade e reforçava a necessidade de manter a ordem internacional. (EHRMAN, 1995).

Com isso, os intelectuais neoconservadores Laqueur e Tucker conferiram ao neoconservadorismo uma análise atualizada do panorama global, evidenciando que tanto a ameaça representada pela URSS e pelo comunismo quanto outros perigos, como a falta de preparo das elites responsáveis pela política externa dos EUA e a crescente influência dos países do Terceiro Mundo, demandavam uma nova abordagem. Além disso, eles estabeleceram entre os neoconservadores uma compreensão interligada entre política interna e externa, alertando que a crítica da *nova esquerda* à política externa americana representava uma ameaça à democracia, uma vez que posturas de distensão, isolacionismo ou compromisso exclusivo com o desenvolvimento global poderiam levar ao fracasso dos EUA e ao fortalecimento da URSS (EHRMAN, 1995).

Por fim, é necessário ainda compreender o pensamento neoconservador nos campos da direita. Retomando Lacerda (2018), o “movimento neoconservador é uma coalizão de atores e valores políticos” (LACERDA; 2018, p. 35). Nesse sentido, Wendy Brown (2006), argumenta que o neoconservadorismo representa uma *coligação secular* formada pela convergência de interesses entre cristãos evangélicos; seguidores de Leo Strauss; judeus; defensores da Guerra Fria; adeptos da família nuclear; intelectuais e *liberais convertidos*, como Irving Kristol. Além disso, Greg Grandin (2006) identifica no neoconservadorismo uma *coalizão tripartite* entre idealismo punitivo, fundamentalismo do livre mercado e mobilização da direita cristã, que concedeu a Reagan autoridade para perseguir objetivos anticomunistas, restaurar a moral tradicional e diminuir significativamente o Estado de bem-estar (BROWN; 2006, GRANDIN; 2006).

Além disso, Lacerda (2018) afirma, sob a luz dos diversos autores que estudaram o cenário político europeu, americano e brasileiro, que o neoconservadorismo é identificado como um movimento político de orientação direitista. Nesse sentido, o neoconservadorismo enfatiza a intervenção estatal no reequilíbrio das contas públicas em detrimento dos investimentos sociais; propõe um papel mais ativo do Estado como agente repressor, com possíveis impactos desproporcionais sobre os estratos socioeconômicos menos favorecidos; rejeita a legalização do aborto e a equiparação de direitos para indivíduos LGBT+; demonstra simpatia por regimes militares. Assim, pode-se dizer que o neoconservadorismo dá prioridade à segurança nacional em detrimento dos direitos humanos, alinhando-se a uma abordagem de direita para os países periféricos (LACERDA, 2018, p.38).

Observa-se também que é essencial reconhecer o neoconservadorismo, como o conservadorismo, enquanto um pensamento que reage a um ambiente marcado por intensos conflitos políticos e sociais percebidos como ameaças às instituições estabelecidas. No entanto, é importante ressaltar que esses conceitos não são absolutos, pois o conservadorismo e o direitismo podem variar de acordo com o contexto histórico e social (LACERDA, 2018).

Nesse sentido, Sara Diamond (1995), em seu livro *Roads to Dominion: Right-Wing Movements and Political Power in the United States*, sugere que a distinção entre o neoconservadorismo e outros movimentos posicionados no espectro político de direita reside na sua ênfase nas questões relacionadas à sexualidade e à reprodução. Para essas autoras, os temas ligados à sexualidade, reprodução e família constituem o cerne do programa político da coalizão neoconservadora, diferenciando-a das demais (DIAMOND, 1995 apud LACERDA, 2018). No Brasil, esta mesma lógica pode ser posteriormente encontrada nas coalizões que levaram Jair Bolsonaro ao poder, conforme será discutido a seguir.

Com isso, a autora sustenta que o neoconservadorismo, portanto, representa uma ideologia conservadora e de orientação direitista, cuja característica distintiva é a importância dada às questões relacionadas à família, à sexualidade, à reprodução e aos princípios cristãos (LACERDA, 2018). Considerando tais princípios filosóficos, busca-se, na seção a seguir, estabelecer as manifestações do neoconservadorismo no Brasil contemporâneo.

2.2. Neoconservadorismo no Brasil

Após a apresentação dos pilares filosóficos do neoconservadorismo, vale-se afirmar, a partir daqui, que esta dissertação entende o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro como influenciado pela ideologia neoconservadora em diversas áreas. Nesse sentido, diversos autores sustentam que o caminho até a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro se deu por meio de uma aliança entre liberais e conservadores, relação profundamente associada à lógica do neoconservadorismo, mas também ao conceito de *nova direita*. Nesse sentido, a *nova direita* e o neoconservadorismo no Brasil podem ser percebidos como profundamente atrelados (CEPÊDA, 2018).

De acordo com Silva (2021) em seu texto *Liberal na economia e conservador nos costumes*, a eleição de Bolsonaro no Brasil foi fruto de um amálgama liberal-conservador. Trabalhando com o conceito de *nova direita*, o autor afirma que o *slogan* que intitula o trabalho serve como um estímulo para uma reflexão sobre os fundamentos ideológicos do arranjo político em questão, considerado tanto por seus participantes quanto por muitos

analistas como uma combinação de ideias liberais e conservadoras. A partir dessa premissa, surge uma contradição intrínseca ao arranjo, que resulta em tensões contínuas entre a rigidez do mercado e os princípios conservadores (SILVA, 2021).

A emergência de movimentos políticos identificados com a direita no século XXI não se limita ao contexto brasileiro, mas representa um fenômeno global que é resultado de uma reorganização política e ideológica decorrente da crise estrutural do neoliberalismo desde 2008. No Brasil, após um extenso processo de construção de uma hegemonia discursiva de direita em várias esferas da sociedade civil e em meio a uma crise abrangente - econômica, política e institucional - a nova direita encontrou, em 2018, na coalizão liderada pelo então deputado Jair Bolsonaro, não apenas sua expressão institucional, mas também a forma pela qual sua hegemonia ideológica foi convertida em capital político (SILVA, 2021).

Além disso, a combinação de cinco características fundamenta a novidade desses grupos políticos: a estratégia de enfatizar a disputa cultural como um passo crucial para alcançar o poder político; o anti-intelectualismo, caracterizado por uma desconfiança em relação às instituições tradicionais que produzem e legitimam conhecimento; o antielitismo, que valoriza a ética, estética e epistemologia do homem comum e do senso comum em contraposição a narrativas conservadoras tradicionais; a adoção de uma retórica performática e disruptiva baseada na ideia de politicamente incorreto; e a fusão entre conservadorismo moral e defesa do livre mercado (SILVA, 2021).

Nesse sentido, Casimiro (2018) sustenta que o surgimento de uma *nova direita* no Brasil se deve a um processo de reorganização das classes dominantes que vem desde a década de 1980, em que segmentos da burguesia carioca e intelectuais ligados à Fundação Getúlio Vargas (FGV) e influenciados pela Escola Monetarista de Chicago, buscaram o desenvolvimento de uma nova estratégia de ação política e ideológica. Inspirados pelo projeto do empresário britânico Anthony Fisher, que fundou em Londres o Institute of Economic Affairs (IEA) a partir de uma sugestão de Friedrich Hayek, eles estabeleceram, em 1983, o Instituto Liberal (IL), que teve como objetivo a difusão do liberalismo (CASIMIRO, 2018).

Em 1984, foi estabelecido o Instituto de Estudos Empresariais (IEE) em Porto Alegre, marcando a criação de um eixo de difusão do pensamento conservador entre as regiões Sudeste e Sul do Brasil. Este eixo desempenhou um papel crucial na organização de um dos eventos mais significativos da agenda da direita no país: o Fórum da Liberdade. Este evento atraiu liberais de todo o mundo e conta com a presença de representantes de importantes entidades, como a Sociedade Mont Pelerin e a Atlas Network. Atualmente, o Fórum da Liberdade é reconhecido como uma vitrine proeminente para a apresentação pública de

diversos aparelhos ideológicos, servindo como um espaço de visibilidade e influência para o pensamento conservador no Brasil (CASIMIRO, 2018).

No início dos anos 1990, observa-se um fenômeno caracterizado pela privatização de funções sociais tradicionalmente desempenhadas pelo Estado, um processo que podemos denominar de *empresariamento* dessas funções. Nesse contexto, surgiram organizações como o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, ambas sediadas em São Paulo. Essas entidades desempenharam um papel fundamental na articulação e definição de diretrizes de ação para organizações não governamentais (ONGs), bem como para fundações e associações sem fins lucrativos. O objetivo dessas organizações foi dar uma estrutura mais organizada e coesa a determinadas formas de atuação coletiva, e buscavam construir um consenso em torno de sua visão de mundo, facilitando a implementação de objetivos com forte conteúdo político e ideológico (CASIMIRO, 2018).

O autor destaca que, ainda nos anos 90, grandes grupos econômicos industriais se organizaram em poderosas entidades que mobilizaram considerável capital econômico e simbólico para promover o consenso em torno de reformas neoliberais. Entre essas organizações, destacam-se o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), fundado em São Paulo em 1989, e o Instituto Atlântico (IA), fundado em 1993. Essas entidades buscavam desenvolver e implementar um projeto de poder a longo prazo. Embora seus discursos fossem baseados nos valores da economia de mercado, seus projetos de nação estavam profundamente enraizados na estrutura institucional do Estado. O Instituto Atlântico, por exemplo, é aliado de outras organizações influentes como o Instituto Millenium e, sobretudo, o Grupo de Líderes Empresariais (Lide). O Lide, chamado de *clube dos milionários*, foi fundado em São Paulo em 2003 por João Dória Júnior, empresário do ramo de comunicações e político filiado ao PSDB. Assim como o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), o Lide não é uma organização aberta; ela estabelece critérios de exclusividade para admissão. Até 2015, a adesão ao Lide era restrita a empresas brasileiras e multinacionais com faturamento anual igual ou superior a 200 milhões de reais (CASIMIRO, 2018).

Como exemplo desse projeto de nação enraizado na estrutura institucional do Estado, destaca-se que o Lide desenvolveu estratégias para propor políticas públicas e naturalizar certos valores, além de desempenhar um papel prático significativo ao coordenar esforços e recursos para a atuação política de empresários. Segundo Casimiro (2018), esse papel foi especialmente evidente nas campanhas político-eleitorais do próprio presidente do grupo, João Dória Júnior. Dessa forma, o Lide também se revela como um ator relevante na

articulação política formal. Essa atuação contribuiu de maneira fundamental para a vitória de Dória, apadrinhado por Geraldo Alckmin, no primeiro turno das eleições para a prefeitura de São Paulo em 2016. Isso demonstra como o Lide não só influencia debates políticos e econômicos, mas também impacta diretamente o cenário político ao facilitar a ascensão de seus membros ao poder (CASIMIRO, 2018).

O autor também destaca que, a partir dos anos 2000, observou-se uma amplificação e radicalização do discurso da direita no Brasil, anteriormente refém de certo *constrangimento* que mantinha as manifestações mais extremadas em silêncio. No entanto, esse cenário mudou, com tais manifestações se tornando uma característica do avanço da direita no país. A expansão desse tipo de concepção foi amplamente facilitada pelos novos meios de comunicação digital e pelas redes sociais. Essa plataforma permitiu não apenas a maior disseminação do pensamento liberal-conservador, mas também a propagação de narrativas revisionistas e *fake news*, que redimiam certos discursos de ódio anteriormente considerados inaceitáveis e repulsivos pela maioria da sociedade (CASIMIRO, 2018).

Casimiro destaca que um marco importante nesse contexto foi o lançamento do Instituto Millenium no XIX Fórum da Liberdade em Porto Alegre, em abril de 2006. Com uma retórica que glorificava o mercado como um espaço para a realização humana, o Millenium rapidamente conquistou uma forte presença entre os círculos liberais no Brasil. Entre seus membros notáveis estão jornalistas e empresários influentes como Pedro Bial, Rodrigo Constantino, Antônio Carlos Pereira, Luiz Eduardo Vasconcelos, Giancarlo Civita, e João Roberto Marinho. Muitos desses membros têm ligações estreitas com diversas universidades brasileiras e com importantes veículos de comunicação da grande mídia, seja como colunistas, redatores ou dirigentes (CASIMIRO, 2018).

Outro aliado significativo do IMIL é o Instituto Mises Brasil (IMB), lançado na edição de 2010 do Fórum da Liberdade. O IMB representa uma fração mais ortodoxa do neoliberalismo, inspirada na doutrina austríaca e no libertarianismo de Murray Rothbard. Este instituto promove um desprezo por tudo que é público e valoriza a economia de mercado como condição essencial para a liberdade individual. Ele se posiciona como um aparelho privado fundamentalista do mercado e do conservadorismo cultural, estabelecendo concepções moralistas que tentam legitimar uma ideologia elitista e preconceituosa sob o manto da *ciência* e da *crítica social* (CASIMIRO, 2018).

Além disso, em 2012, durante o Fórum da Liberdade, foi lançado o *Estudantes pela Liberdade* (EPL), focado especificamente no público jovem e universitário. O EPL tem vínculos com organizações tradicionais de caráter doutrinário e foi fundado por figuras como

Fábio Ostermann, Anthony Ling e Juliano Torres. Este grupo é a versão brasileira do Students for Liberty e está ligado ao influente think tank Atlas Network. Ele também organiza e financia ações através de seu braço político e ideológico, o Movimento Brasil Livre (MBL). O MBL se destaca, a partir de então, como um movimento que difunde narrativas revisionistas; ataca movimentos sociais; profere discursos de ódio de classe e contra minorias; cria e dissemina *fake news*; promove manifestações reacionárias e apoia a candidatura política de seus integrantes alinhados a partidos tradicionais de direita (CASIMIRO, 2018).

Apesar de toda esta trajetória da *nova direita* no Brasil soar coesa entre si, é importante destacar, segundo Casimiro, que:

A *nova direita* brasileira não possui uma homogeneidade ideológica, mas comporta distintas orientações, desde a influência monetarista da Escola de Chicago, o neoliberalismo austríaco ou mesmo vertentes mais fundamentalistas, como o libertarianismo. Apesar de expressar contradições e conflitos interburgueses, a *nova direita* assegura o essencial para a garantia dos seus interesses de acumulação de capital. A partir dos anos de 1990 e, principalmente, dos anos 2000, observa-se a paulatina substituição de uma postura mais contida e técnica por um discurso bem mais agressivo, com uma forte pauta moralista. Em parte, o modelo original dos anos 1980 foi ultrapassado pela agressividade de seus próprios filhotes, como o IMIL, o IMB e EPL/MBL (CASIMIRO, 2018, s.p.).

Ainda no contexto da *nova direita*, se a trajetória descrita por Casimiro ressalta especialmente o lado *liberal* do amálgama descrito por Silva (2021), Cepêda (2018), apoiando-se em Chaloub e Perlatto (2016), destacam outra característica relevante desse fenômeno: o papel cada vez mais forte de intelectuais como *ideólogos* dos movimentos de direita no país. Para isso, os autores apresentam diferentes hipóteses:

1. Coerência com o cenário internacional, entendendo a nova direita enquanto um fenômeno mundial; 2. o distanciamento do momento epocal da ditadura, que oblitera e distorce a percepção clara sobre os riscos e vícios do autoritarismo implantado a partir de 1964 (...); 3. as mudanças tecnológicas e funcionais da indústria cultural (...); 4. a criação de locus institucionalizados para produção e difusão do pensamento liberal ou de direita; 5. a emergência de governos de esquerda no país, incluindo seus sucessos e fracassos, capazes de geração de polarização; e 6. a crise do sistema partidário (e que podemos estender para a crise do padrão de representação democrática e o surgimento de manifestações demofóbicas e do ódio à democracia) (CHALOUB; PERLATTO, 2016 apud CEPÊDA, 2018, p.51).

Nesse contexto, Silva (2021), valendo-se do conceito *gramsciano* de *intelectual*, aponta que os intelectuais são uma categoria social caracterizada por seu papel

primordialmente ideológico, encarregada de construir e disseminar as representações e interpretações que contribuem para consolidar uma determinada visão de mundo. Isso inclui escritores, artistas, juristas, teólogos, jornalistas, pensadores, entre outros. A partir disso, um intelectual em particular se destacou como principal responsável por oferecer uma interpretação da realidade que serviu de base para unificar ideologicamente diferentes grupos políticos e sociais: o escritor Olavo de Carvalho (SILVA, 2021).

2.2.1. Direitas: conceitos e definições

O campo político da direita abrange uma diversidade de correntes ideológicas que, apesar de compartilharem certos valores fundamentais, apresentam diferenças significativas em suas abordagens e objetivos. Nesse sentido, faz-se importante a diferenciação de alguns de seus conceitos para o escopo desta pesquisa.

Uma das diferenciações centrais nessa questão é a entre os termos neoconservadorismo e reacionarismo. Conforme já mencionado no começo deste capítulo, o neoconservadorismo se trata de um movimento e também de um modo de pensamento “ou o conjunto de preferências que resulta desse movimento” (BROWN, 2006 apud LACERDA; 2018, p. 27). Em contraponto, o reacionarismo, segundo Chaloub (2022) pode ser entendido como uma linguagem política que é central para a própria definição de conservadorismo, tendo como elementos incontornável a reação.

Durante o processo de ascensão de Bolsonaro ao poder, incorporou-se à literatura de ciência política brasileira os termos bolsonarismo e olavismo. O bolsonarismo refere-se ao conjunto de práticas e discursos políticos associados ao presidente Jair Bolsonaro, marcado por um estilo de liderança populista, nacionalista e autoritário, com forte apelo às pautas conservadoras, à segurança pública e ao antissistema (SALGADO et al, 2023). Já o olavismo tem suas raízes nas ideias de Olavo de Carvalho, e Chaloub (2022), o classifica como “uma obra entre o reacionarismo e o conservadorismo”. Suas visões conspiracionistas, anti-globalistas e de combate ao “marxismo cultural” moldaram a formação ideológica de parte do eleitorado e da elite política bolsonarista, conforme explicitado nas seções subsequentes.

Para o contexto dessa pesquisa, apesar de se questionar a influência do neoconservadorismo nas políticas de diplomacia do conhecimento, e entendendo-se o olavismo como uma corrente de pensamento com forte influência neoconservadora, vale-se

mencionar que isso não é definitivo, sendo pertinente considerar a influência de todas esses conceitos nas análises do governo Bolsonaro.

2.2.2. Olavismo: um neoconservadorismo à brasileira?

Nas últimas décadas, o olavismo emergiu como um fenômeno político e ideológico proeminente no país nas últimas décadas, exercendo influência significativa no debate público e nas políticas governamentais. Sua figura central é Olavo de Carvalho, ensaísta e influenciador digital que desempenhou um relevante papel na disseminação das ideias e na influência política dessa corrente no Brasil. Nascido em Campinas, São Paulo, em 1947, Carvalho se tornou famoso por seus livros, como o *best-seller Tudo que você precisa saber para não ser um idiota* e seu estilo polêmico de comunicação, conquistando diversos seguidores e críticos, e consolidando sua posição como uma das vozes mais proeminentes da direita brasileira contemporânea (CARVALHO, 2020).

O escritor João Cezar de Castro Rocha, em seu livro *Guerra Cultural e Retórica do Ódio*, expõe quatro fatores que, segundo ele, justificam a ascensão da direita no Brasil nas últimas décadas:

1. A atuação inicialmente favorável de Olavo de Carvalho na década de 1990, que ampliou o repertório bibliográfico e fortaleceu a base ideológica da direita através de polêmicas estratégicas contra figuras proeminentes da esquerda;
2. Uma divisão geracional que escapou à previsão da esquerda em geral, e do Partido dos Trabalhadores em particular. As quatro vitórias consecutivas nas eleições presidenciais, legitimamente conquistadas pelo PT, resultaram na associação automática, embora inédita, entre o establishment, o sistema político e o campo da esquerda; assim, pela primeira vez na história republicana brasileira, tornou-se possível identificar-se como oposição por ser de direita;
3. O conflito geracional foi agravado pela disseminação da tecnologia digital e sua adoção criativa e irreverente por uma juventude de direita em ascensão, cuja presença nas redes sociais se materializou nas massivas manifestações em apoio ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff;
4. Por último, a partir de 2013, inicialmente de forma discreta, mas tornando-se cada vez mais evidente em 2015, a direita começou a rivalizar nas ruas com o campo da esquerda, um desenvolvimento surpreendente para os analistas, uma vez que as ruas

pareciam ser simbolicamente controladas pelos que estavam fora do poder, ou seja, antes do sucesso eleitoral do PT, predominantemente pela esquerda (CARVALHO, 2020).

Além disso, o autor apresenta aquilo que denomina de *retórica do ódio*, a qual se manifesta por meio da negação do reconhecimento e trata-se de, simbolicamente, eliminar o outro. O uso excessivo e repetitivo de palavras ofensivas desempenha o mesmo papel de desqualificar completamente o oponente, transformando-o em um inimigo cuja aniquilação é facilitada pelo tratamento prévio. Isso estabelece um ciclo vicioso prejudicial do qual a sociedade brasileira tem dificuldade em se libertar. O resultado dessa estratégia, disseminada por Olavo de Carvalho através de cursos *online* ou simplesmente pelo consumo de uma grande variedade de vídeos disponíveis na internet, é a recusa em considerar qualquer perspectiva que não corresponda às próprias convicções, que tendem a ser radicais e, conseqüentemente, inclinadas à resolução violenta de conflitos (ROCHA, 2021).

Primeiramente, ele publicou uma trilogia de obras que fundamentam sua argumentação contra a esquerda. Em segundo lugar, ele ampliou significativamente o repertório bibliográfico disponível no Brasil, introduzindo e promovendo autores conservadores e liberais, o que enriqueceu o debate intelectual. Por fim, Carvalho empreendeu uma campanha agressiva e estratégica contra os principais líderes da esquerda brasileira, muitos dos quais ocupavam posições de destaque nas universidades públicas (ROCHA, 2021).

Durante esse período, a retórica de Carvalho não apresentava ainda as características que se tornariam marcantes nos anos seguintes, como o uso frequente de linguagem vulgar e a repetição obsessiva de temas sexuais. Essas características se destacaram mais nos últimos quinze anos de sua atuação pública. Em um vídeo de 5 de dezembro de 2012, no último episódio de seu programa de rádio *True Outspeak*, Olavo de Carvalho explicou sua preferência por essa forma de comunicação de uma maneira que ele considerou educativa. Esta abordagem multifacetada de Carvalho, combinando produção literária, ampliação bibliográfica e ataques estratégicos a figuras da esquerda, delineia uma fase inicial de sua estratégia, que evoluiu com o tempo para incluir elementos de retórica mais provocativa e direta (ROCHA, 2021).

Além disso, o autor enfatiza que a contundência e a hostilidade sempre foram características distintivas de Olavo de Carvalho desde sua entrada no vasto mundo das redes sociais. Inicialmente, ele se destacou por meio do programa de rádio já mencionado e,

posteriormente, pelo Curso Online de Filosofia (COF), iniciado em março de 2009. Essas plataformas foram seguidas por seu canal no *YouTube*, que possui mais de 1 milhão de inscritos, seu perfil no Facebook, com aproximadamente 600 mil seguidores, e sua conta no Twitter, que reúne quase 450 mil pessoas (ROCHA, 2021).

O autor argumenta que não seria correto afirmar que Olavo de Carvalho se transformou ao ingressar no mundo digital. Em vez disso, sua inclinação para polêmicas e sua predileção pela agressividade verbal como forma peculiar de argumentação já estavam plenamente desenvolvidas anteriormente, como evidencia o título de seu livro *O Imbecil Coletivo* (1996). Esta característica agressiva e provocativa foi mantida e intensificada em suas plataformas digitais, refletida também no título de outra obra, *O Dever de Insultar* (2016), demonstrando que sua abordagem polêmica é uma constante em sua trajetória. Este comportamento agressivo e provocador não apenas definiu sua presença nas redes sociais, mas também consolidou sua influência no debate público, utilizando a hostilidade como uma ferramenta para atrair atenção e engajar seu público (ROCHA, 2021).

O autor sugere a existência de um sistema de crenças associado a Olavo de Carvalho, caracterizado principalmente por um anti-intelectualismo pronunciado. Esse sistema é fundamental para a “disseminação de uma retórica de ódio como forma de desqualificar adversários”, utilizando linguagem vulgar para legitimar argumentos. Além disso, envolve uma reinterpretação revisionista da história do regime militar brasileiro e caracteriza o comunismo como um inimigo constante a ser combatido. O sistema de crenças também pressupõe uma visão ultrapassada e elitista de cultura, demonstra uma inclinação filosófica singular, valoriza o estudo do latim, e negligência conscientemente o grego clássico (ROCHA; 2021, p.63).

Adicionalmente, este sistema elabora complexas teorias conspiratórias sobre o domínio global e adere a um conjunto de princípios que são muitas vezes inconsistentes. Um aspecto distintivo é o uso sistemático de uma linguagem vulgar e ofensiva como estilo de comunicação. Esse conjunto de crenças e práticas molda a retórica e as ações de Olavo de Carvalho e seus seguidores, influenciando a forma como se posicionam no debate público e utilizando a confrontação e a vulgaridade como ferramentas estratégicas (ROCHA, 2021).

Neste contexto, esta dissertação recorre ao trabalho de Jorge Chaloub (2022), intitulado *Uma obra entre o reacionarismo e o conservadorismo: o pensamento de Olavo de Carvalho*. Chaloub (2022) destaca que Olavo de Carvalho, assim como parte significativa da extrema direita contemporânea, não enfrenta o desafio da reconciliação entre conceitos antagônicos. Reproduzindo a lógica neoconservadora de Kristol (1995) Carvalho

explicitamente rejeita noções como totalidade social e sistema, as quais são prontamente associadas a explicações materialistas da realidade, tidas como inerentemente ligadas a regimes autoritários contrários à verdade e à liberdade. O autor observa que Olavo de Carvalho demonstra uma forte aversão a qualquer tentativa de coesão baseada nos princípios das disciplinas humanas modernas (CHALOUB, 2022).

Destaca-se ainda que os acadêmicos ocupam uma posição central na obra de Olavo de Carvalho. Em contraposição às análises que sugeriam o declínio desse grupo, Carvalho apresenta uma visão política na qual os acadêmicos exercem uma influência significativa na transformação e na configuração da realidade. A partir de uma linha de pensamento já presente em suas obras da década de 1990, ele estabelece uma conexão entre a importância da informação na formação do poder no mundo contemporâneo, e o surgimento de novas elites acadêmicas, que substituiriam a burguesia como a classe dominante nas estruturas do capitalismo moderno. No entanto, em uma abordagem elitista, Carvalho também aponta para uma deterioração das universidades e dos debates acadêmicos globais, atribuindo esse fenômeno à disseminação em massa do ensino (CHALOUB, 2022).

Carvalho, então, enfatiza a capacidade das *facções de esquerda* em compreender a situação de declínio das formas tradicionais de diálogo público e em adotar uma abordagem inspirada em Antonio Gramsci, que enfatiza a supremacia intelectual sobre os métodos revolucionários convencionais. Isso resultou em uma dominância do discurso público por parte da esquerda. Essa mudança reflete uma convergência entre as transformações nas estruturas de dominação capitalista, influenciadas pelo movimento materialista e anti-espiritualista da era moderna, e uma nova estratégia global adotada pelos intelectuais de orientação esquerdista. No contexto brasileiro, essa dinâmica seria, segundo Carvalho ainda mais preocupante devido à escassez de capital cultural no país, o que o torna particularmente vulnerável às influências do intelectual coletivo (CHALOUB, 2022).

Com base nas ideias do próprio Olavo de Carvalho, dentre os elementos que constituem o neoconservadorismo olavista destacam-se para esta pesquisa: o combate ao marxismo cultural; a agenda pró-família tradicional; as ideias do Escola Sem Partido (ESP); o combate a Paulo Freire nas escolas e a crítica ao suposto globalismo. Tais temas serão investigados na análise documental do capítulo subsequente.

Conclui-se, a partir disso, que o olavismo se trata de uma corrente ideológica que possui fortes interseções com a ideologia neoconservadora. Dito isso, vale-se também a análise das conexões entre o olavismo e a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder.

2.3. O olavismo e o governo Bolsonaro

Segundo Rennó (2022), o bolsonarismo se configura como um alinhamento ideológico de direita, fundamentado nos posicionamentos políticos de seu líder, Jair Bolsonaro. Destaca-se que esse alinhamento ideológico é altamente consistente com sua base central, que corresponde a cerca de 20% da população brasileira. Dito isso, Bolsonaro atraiu apoio por meio de uma retórica crítica à esquerda e de um projeto conservador, focado na defesa de princípios tradicionais como família, pátria e propriedade. Através dessas abordagens, o presidente conquistou o apoio de eleitores descontentes com os partidos que governaram o país nas últimas décadas, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT) (RENNÓ, 2022).

O autor afirma ainda que Jair Bolsonaro não é apenas um produto de estratégias de publicidade ou marketing político, como foi o caso de Fernando Collor de Melo no passado, mas sim um líder que galvaniza e legitima posições sobre questões políticas importantes. O bolsonarismo se caracteriza por diversas características distintivas, tais como: rejeição cultural aos avanços sociais progressistas relacionados aos direitos de gênero e da comunidade LGBT+; defesa de políticas rígidas de combate ao crime e à corrupção; crítica às políticas sociais voltadas para reduzir desigualdades através de ações afirmativas. Além disso, Bolsonaro articula essas propostas com outras associadas à direita no Brasil e na América Latina, como a diminuição da intervenção estatal na economia, expressa na defesa das privatizações, e a ideia de que os indivíduos são responsáveis pelo seu próprio sucesso pessoal (RENNÓ, 2022).

No decorrer de sua trajetória política, Bolsonaro tem mantido consistentemente suas posições, emergindo como líder de um movimento que busca restaurar e reforçar valores conservadores de direita, uma tendência que foi apoiada por vários intelectuais proeminentes, como Rodrigo Constantino, Diego Mainardi, Reinaldo Azevedo e, principalmente, Olavo de Carvalho. Esse movimento conta com o apoio de uma parte significativa da população brasileira e se caracteriza como um esforço coletivo de construção, com líderes identificáveis, buscando impulsionar um projeto político para o país. Para Rennó (2022), o que muitas vezes é interpretado como falta de governança, na verdade consiste em ações deliberadas de desestabilização institucional em áreas específicas, visando reverter políticas implementadas por governos anteriores (RENNÓ, 2022).

A partir disso, destaca-se a relação entre Bolsonaro e Olavo de Carvalho, que, segundo Costa e Ghiretto (2018), começou seis anos antes de Bolsonaro se eleger: “(...) quando Flávio,

entusiasta da produção literária do professor Olavo, foi até a Virgínia entregar-lhe a Medalha Tiradentes” (COSTA; GHIROTTI, 2018, p. 46). Mattos (2020), afirma que Olavo de Carvalho conferiu ao bolsonarismo uma espécie de *filosofia*, no sentido de uma visão mais elaborada e abrangente, que dá significado à sua ação política (MATTOS, 2020).

Além disso, Calil (2021) destaca que foi a ideologia olavista que possibilitou ao bolsonarismo se inserir nas manifestações contra o governo de Dilma Rousseff em 2015 e 2016, competindo com setores liberal-conservadores pela direção e interpretação desses eventos, e se consolidando como uma alternativa política viável (CALIL, 2021). Nesse contexto, Bianchi resume de forma concisa a contribuição de Carvalho para a unificação dos diferentes grupos de direita: “o discurso fortemente anticomunista, a criminalização de movimentos sociais, o negacionismo climático, o questionamento aos direitos humanos e o ataque às mulheres, à população negra e LGBT” (BIANCHI, 2018, s.p.).

Ainda segundo Calil (2021), uma vez que Bolsonaro foi eleito, seu governo foi palco de numerosos embates entre diferentes grupos, com particular destaque para os olavistas, os ultraliberais e os militares. Entretanto, a terminologia difundida pelos principais meios de comunicação rotula os olavistas como a chamada *ala ideológica* do governo. No início da formação do governo, Olavo de Carvalho teria influenciado diretamente na indicação de dois ministros (CALIL, 2021), ambos tidos por esta pesquisa como os principais membros da coalizão que origina a diplomacia do conhecimento do governo Bolsonaro.

O primeiro deles foi Ernesto Araújo, nomeado como Ministro das Relações Exteriores, cuja atuação se pautou pela defesa de uma política externa marcada pela submissão incondicional aos Estados Unidos, em especial a Donald Trump. Araújo também se destacou por denunciar o globalismo como uma estratégia de dominação comunista, além de manifestar uma obsessão por críticas e provocação contra a China, particularmente durante a pandemia, chegando a denominar o Covid-19 como *comunavírus* (CALIL, 2021).

No entanto, Araújo foi demitido em 29 de março de 2021, em meio a crescentes conflitos com o Congresso Nacional e o Poder Judiciário. As posições de Araújo encontravam eco na atuação de Filipe Martins, inicialmente Assessor Adjunto para Assuntos Internacionais, até junho de 2020, e posteriormente Assessor Chefe para Assuntos Internacionais, até maio de 2021. Martins, que também difundia críticas ao globalismo como membro do governo, foi demitido em abril de 2021, após a repercussão negativa de gestos racistas durante uma sessão no Congresso Nacional (CALIL, 2021).

O outro principal ministério que foi ocupado por indicações de Olavo de Carvalho foi o Ministério da Educação (MEC), refletindo sua ênfase na suposta *guerra cultural*,

impulsionada pelo já mencionado antagonismo de Olavo em relação à universidade. Calil (2021) destaca que seus ataques às instituições universitárias foram justificados em nome da suposta valorização do Brasil *legítimo*, articulando uma oposição entre as pessoas comuns e os intelectuais, argumentando que o povo brasileiro sabe do que precisa (CALIL, 2021).

O primeiro ministro indicado por Carvalho, Ricardo Vélez Rodriguez, teve uma gestão tumultuada, marcada por alegados conflitos entre militares e olavistas, culminando em sua demissão após críticas públicas de Carvalho. Seu substituto, Abraham Weintraub, outro olavista indicado por Carvalho, liderou uma política agressiva de desestruturação das universidades federais, através da redução de verbas de custeio e cortes em bolsas de pós-graduação, além de implementar uma política de intervenção direta nas instituições de ensino superior, nomeando candidatos menos votados para as reitorias. Weintraub foi demitido em junho de 2020, após realizar ataques públicos ao Supremo Tribunal Federal (STF) (CALIL, 2021).

Durante os dois primeiros anos do governo Bolsonaro, Olavo de Carvalho defendeu uma postura mais radical, respaldando a subversão das instituições democráticas por meio de ataques diretos aos poderes constituídos e críticas aos grupos considerados moderados, especialmente aos militares. Essa postura foi refletida nos discursos dos filhos do presidente e, em muitas ocasiões, também nas próprias declarações do presidente, que frequentemente atacavam outras instituições e ameaçavam uma ruptura institucional. No contexto da pandemia, a posição negacionista adotada pelo governo Bolsonaro foi vigorosamente defendida por Olavo de Carvalho, o que reforça sua afinidade ideológica com o clã Bolsonaro (CALIL, 2021).

Por fim, destaca-se a complexidade da relação entre Olavo de Carvalho e o governo Bolsonaro. Embora compartilhem uma identidade ideológica, Carvalho não hesitou em criticar o governo, especialmente a ala militar, demandando uma postura mais radical. Essas críticas, embora recorrentes, não implicam necessariamente um rompimento definitivo com o governo, mas refletem sua defesa por uma perspectiva extremista, ao mesmo tempo que reforçam sua imagem de autonomia (CALIL, 2021).

Um exemplo marcante dessas críticas ocorreu em junho de 2020, quando Carvalho, em meio a uma ação judicial, acusou Bolsonaro de inércia e ameaçou derrubar seu governo. No entanto, mesmo após tais declarações, manifestações de apoio foram registradas nos dias seguintes, sugerindo que as críticas de Carvalho podem ser entendidas no contexto de uma disputa por espaço no governo. Um exemplo concreto desse jogo de poder é observado quando, um dia após as críticas de Carvalho, o governo Bolsonaro aumentou os poderes do

olavista Filipe Martins, conferindo-lhe mais autonomia e autoridade em sua função de Assessor Chefe para Assuntos Internacionais. Esses episódios evidenciam a dinâmica intrincada e fluida das relações políticas no contexto do governo Bolsonaro, em que as críticas de aliados podem coexistir com demonstrações subsequentes de apoio e reconhecimento por parte do governo (CALIL, 2021).

A partir da relação constituída ao longo deste capítulo entre o conservadorismo clássico, o neoconservadorismo, o olavismo e o governo Bolsonaro, buscamos enfatizar o peso destas ideias na coalizão que sustentou o governo JB. No capítulo subsequente, buscaremos identificar estas mesmas ideias - neoconservadorismo brasileiro e olavismo - nas políticas de diplomacia do conhecimento do governo Bolsonaro, assim como os atores que as mobilizaram. No processo, esperamos verificar a presença destes elementos em discursos proferidos pelas autoridades olavistas presentes no governo Bolsonaro, em especial os ministros das Relações Exteriores e da Educação, mencionados nesta seção. Com isso, o esforço descritivo realizado ao longo deste capítulo serve especialmente à consolidação das categorias de análise da pesquisa, que também serão descritas a seguir.

CAPÍTULO 3 - O NEOCONSERVADORISMO VAI À DIPLOMACIA DO CONHECIMENTO?

A investigação delineada nos dois capítulos anteriores demonstrou que a política externa pode ser compreendida como uma política pública, suscetível de análise através das teorias de formação de agenda e de coalizões de defesa, podendo assim sofrer interferências ideológicas segundo a capacidade de influência dos membros das coalizões envolvidas. Ademais, verificou-se que o neoconservadorismo, originado nos Estados Unidos, manifesta-se no Brasil por meio do olavismo, que exerceu influência direta no governo Bolsonaro através da indicação de dois ministros: Ernesto Araújo, no MRE, e Abraham Weintraub, no MEC.

Dessa forma, considera-se que a política externa de Bolsonaro pode ter sido impactada por influências neoconservadoras, especialmente ao se considerar o histórico de proximidade dos ministros com as ideias de Olavo de Carvalho. Isso sugere que os dois principais Ministérios responsáveis pela agenda de diplomacia do conhecimento foram liderados, durante um determinado período do governo Bolsonaro, por ministros com uma forte tendência neoconservadora, o que pode ter influenciado a condução de suas políticas nessas áreas.

Assim como a cooperação educacional, a diplomacia do conhecimento é entendida como um componente de uma agenda positiva da relação entre os países, e como ferramenta de *soft power*, sendo, portanto, pertinente a análise destas áreas com o intuito de aferir se e em que medida elas foram afetadas pela ação desta nova coalizão no governo federal (BRASIL, 2022; KNIGHT, 2022). O objetivo deste capítulo é, primeiramente, investigar se os atores previamente descritos podem ser percebidos como uma coalizão em torno do MEC e do Itamaraty e, em seguida, avaliar se estes atores promoveram a inserção das ideias e valores neoconservadores na agenda das políticas de diplomacia do conhecimento. Para atingir esse objetivo, na seção 3.1 faremos uma breve explicação sobre a análise documental, técnica de pesquisa utilizada, seguida da exposição do desenho de pesquisa (seção 3.2).

3.1. Análise documental

Esta pesquisa se trata de um estudo qualitativo e descritivo, e, com isso, percebe-se a análise documental como pertinente para a execução de ambos os objetivos deste capítulo.

De acordo com Sabatier e Jenkins-Smith (1993), a análise de conteúdo de documentos públicos tem sido frequentemente negligenciada pelos pesquisadores, resultando na perda de uma importante fonte de dados para examinar a presença de atores e valores em determinados subsistemas políticos ao longo do tempo. Os autores do ACF argumentam que a análise de conteúdo desses documentos oferece uma via promissora para explorar as crenças, interesses e posições políticas de um grande número de atores ao longo de períodos que podem se estender por décadas (SABATIER, JENKINS-SMITH; 1993).

Devido às limitações inerentes ao desenho de pesquisa, esta dissertação restringiu-se a investigar a presença e a frequência de atores que compartilham valores neoconservadores ao longo das documentações avaliadas. A escolha por essa delimitação metodológica se deu a partir da lógica de que, se atores neoconservadores tiveram destaque no governo Bolsonaro, e os ministros das pastas do MRE e do MEC, indicados por Olavo de Carvalho - compartilham das ideias e valores neoconservadoras, supõe-se a aparição desses atores e suas ideias nos documentos das políticas de diplomacia do conhecimento do governo.

Além disso, na lógica do modelo de Kingdon (2003), os documentos desempenham um papel fundamental na compreensão dos fluxos e das agendas políticas, funcionando como fontes valiosas para a análise de como determinadas questões são priorizadas e desenvolvidas ao longo do tempo. Ele argumenta que os documentos não apenas registram eventos e decisões, mas também refletem e manifestam as ideologias subjacentes dos atores políticos envolvidos. Através de uma análise cuidadosa desses documentos, é possível identificar os valores, crenças e prioridades que influenciam a formação e a implementação das políticas públicas. Nesse sentido, os documentos atuam como um meio pelo qual as ideologias são codificadas e transmitidas, oferecendo uma janela para entender como determinadas visões de mundo são incorporadas e promovidas dentro do processo político (KINGDON, 2003).

Para a presente análise, foram examinados um total de 98 documentos, abrangendo uma variedade de tipos e formatos, conforme a Tabela 2:

Tabela 2 - Documentos analisados pela pesquisa

Atos internacionais do Brasil nos temas de diplomacia do conhecimento	54
Proferimentos de Ernesto Araújo nos temas de diplomacia do conhecimento	23
Proferimentos de Jair Bolsonaro nos temas de diplomacia do conhecimento	5
Publicações no site do MEC durante a gestão de Abraham Weintraub	16

Fonte: elaboração própria.

A seleção dos atos internacionais foi realizada por meio da identificação de palavras-chave nos textos dos documentos, que estão disponíveis na Plataforma Concórdia do MRE. Inicialmente, apenas três atos relacionados às políticas de cooperação educacional foram encontrados, e, por isso, ampliamos os filtros para incluir outras categorias da diplomacia do conhecimento. A busca final se deu pelos termos “educação OU desenvolvimento OU tecnologia OU inovação OU pesquisa OU cultura”, tanto no corpo do texto, quanto nos títulos dos atos.

Os proferimentos de Ernesto Araújo e Jair Bolsonaro relativos aos temas da diplomacia do conhecimento foram incluídos na análise, em conformidade com Suano (2005), que argumenta que discursos e declarações são componentes essenciais da política externa e, portanto, devem ser considerados na análise. Já as publicações no site do MEC foram escolhidas devido à ausência de discursos completos do ministro. A busca nesses documentos levou em conta os mesmos termos apresentados previamente, além da inserção da categoria “internacional” para a busca de publicações no site do MEC e para proferimentos de Jair Bolsonaro, visando filtrar os momentos em que o tema da educação era tratado no nível internacional e de política externa em ambos os casos. Foram também consideradas quaisquer participações relevantes de outros membros do governo Bolsonaro em eventos internacionais pertinentes aos temas de diplomacia do conhecimento. Todos os resultados obtidos a partir da busca pelos termos em todos os tipos de documento foram considerados evidências diretas ou indiretas de envolvimento dos dois ministérios com as temáticas de diplomacia do conhecimento.

Além disso, visando identificar documentos de diversos tipos que demonstrem os vínculos entre os diferentes atores de uma rede em prol do neoconservadorismo na agenda de

diplomacia do conhecimento, realizou-se a pesquisa pelos nomes desses atores nos sites dos Ministérios durante o período da gestão de Ernesto Araújo e Abraham Weintraub. Destacam-se a pesquisa em atores, movimentos, jornais, *think tank* como: “Escola Sem Partido”; “Olavo de Carvalho”; “Brasil Paralelo”; “Instituto Millenium”; “Movimento Brasil Livre”, entre outros.

3.1.1. Iramuteq

Visando o processamento empírico dos documentos escolhidos, esta pesquisa utilizará o *software* Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), que permite a operacionalização de grandes volumes de texto nele, a partir da importação, organização e análise de diferentes tipos de texto. O programa funciona com base na linguagem de programação R, e pode extrair dos documentos informações importantes para a análise, como palavras-chave relacionadas ao neoconservadorismo, os atores da coalizão presentes, entre outros (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Para a análise documental, o Iramuteq se mostra particularmente útil devido às suas capacidades avançadas de análise estatística e visualização de dados. O *software* facilita a identificação de tendências, padrões e relações entre diferentes documentos políticos, proporcionando uma compreensão mais profunda dos textos analisados (CAMARGO; JUSTO, 2013).

A análise estatística com o uso do Iramuteq permite explorar a relação entre a frequência dos termos e o número de unidades lexicais nos textos analisados. Essa abordagem ajuda a identificar os termos mais frequentemente utilizados, destacando os tópicos e temas mais relevantes. A ferramenta de nuvem de palavras organiza visualmente os termos, variando o tamanho das palavras conforme sua frequência no corpus textual. Palavras maiores indicam maior frequência, o que facilita a identificação rápida dos termos mais centrais e importantes (GÓES et al, 2021).

A análise de similitude, baseada na teoria dos grafos, não apenas mostra a ocorrência dos termos, mas também as conexões entre eles. Isso é fundamental para entender a estrutura do conteúdo lexical e as interconexões semânticas entre os elementos textuais. Visualizar como as palavras centrais se ramificam para outras palavras ajuda a compreender os tópicos presentes em diferentes partes do discurso (GÓES et al, 2021).

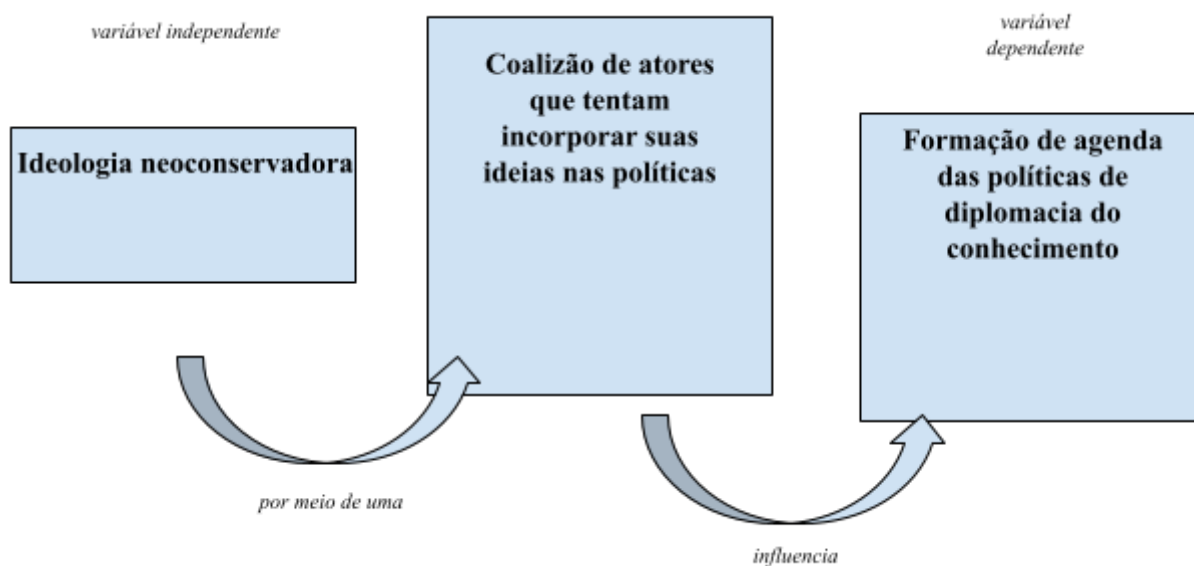
Para identificar os atores envolvidos em cada documento, utilizamos dendrogramas, que são gráficos em forma de árvore representando a estrutura hierárquica de agrupamento

dos dados. Elementos semelhantes são agrupados em clusters com base em suas características compartilhadas. O Iramuteq gera dendrogramas que classificam segmentos de texto conforme seus vocabulários, criando classes que apresentam vocabulário similar entre si e distinto de outras classes. As ramificações no dendrograma mostram as relações entre essas classes, oferecendo insights sobre a estrutura hierárquica dos textos (GÓES et al, 2021).

3.2. Desenho de pesquisa

O desenho de pesquisa dessa dissertação é orientado pelos dois marcos teóricos centrais apresentados no primeiro capítulo: a formação de agenda, conforme Kingdon (2003) e o Modelo de Coalizões de Defesa de Sabatier (1988). A partir dos fundamentos teóricos e do objeto de pesquisa, investigamos se a ideologia neoconservadora influenciou as políticas de diplomacia do conhecimento no governo Bolsonaro. Caso afirmativo, buscamos compreender de que maneira essa influência se manifestou. Nossa hipótese sugere que a ideologia neoconservadora teve um papel significativo na definição da agenda de diplomacia do conhecimento, através da colaboração de diferentes atores que promoveram essas ideias nos Ministérios da Educação e das Relações Exteriores. Detalhamos a operacionalização das variáveis associadas a essa hipótese na Figura 3 apresentada abaixo.

Figura 3 - Variáveis do desenho de pesquisa



Fonte: elaboração própria do autor.

A pesquisa adota como variável independente a ideologia neoconservadora, argumentando que, por meio de uma coalizão, ela exerceu influência significativa sobre a formação de agenda no contexto das políticas de diplomacia do conhecimento do governo Bolsonaro. A formação de agenda, por sua vez, é tratada como variável dependente nesse estudo. Além disso, entre as hipóteses rivais cogitadas está a proposição de que a política externa de Bolsonaro pode ser caracterizada por um discurso assertivo, mas com uma implementação efetiva limitada, conforme Lopes, Carvalho e Santos (2022).

A partir dessas premissas teóricas, o modelo de coalizões de defesa e a análise aprofundada do neoconservadorismo nos permitem identificar diversas categorias de análise relevantes para compreender o fenômeno estudado. Entre essas categorias, incluem-se a caracterização dos atores envolvidos na coalizão neoconservadora, suas estratégias de influência e os mecanismos pelos quais essas ideias teriam sido incorporadas às políticas dos Ministérios. Nesse sentido, na Tabela 3 apresentamos as categorias de análise do modelo de coalizões de defesa.

Quadro 3 - Categorias de análise segundo o modelo de Sabatier

CATEGORIA	SIGNIFICADO
Parâmetros relativamente estáveis	Atributos básicos do problema (bem); Distribuição dos recursos naturais; Valores socioculturais fundamentais; Estrutura constitucional básica (regras).
Eventos externos	Mudanças nas condições socioeconômicas; Mudança na coalizão da governabilidade; Decisões da política e impactos de outros subsistemas.
Constrangimentos e recursos dos atores do subsistema	Constrangimentos e recursos dos atores do subsistema; Grau de consenso necessário para mudanças maiores na política;
Subsistema da política	Antagonismo entre coalizões, suas crenças e recursos; Decisões pelas regras institucionais soberanas, alocação dos recursos e compromissos; Resultados da política; Impactos da política.

Fonte: elaboração própria do autor com base no quadro de Oliveira e Sanches (2022, apud Jenkins-Smith et al, 2018).

Para atingir os objetivos deste trabalho, adaptamos nossa abordagem teórica para focar em duas categorias principais que serão examinadas nos resultados gerados pela análise computacional com o *software* Iramuteq. A primeira categoria é a identificação dos atores envolvidos nos documentos das políticas de diplomacia do conhecimento. Isso inclui identificar quem são esses atores, assim como suas relações com os ministros em questão.

A segunda categoria diz respeito aos valores que esses atores propagam. Aqui, vamos examinar quais são os princípios e ideologias que esses indivíduos ou grupos defendem, com especial atenção para a ideologia neoconservadora. Buscaremos entender se esses valores são refletidos nos discursos, documentos e ações políticas analisados. Nesse sentido, percebemos suas categorias a partir dos elementos do neoconservadorismo no Brasil conforme definidos no capítulo 2 da pesquisa e elencados na Tabela 4.

Tabela 4 - Categorias do neoconservadorismo

CATEGORIA	SIGNIFICADO
Combate ao marxismo cultural	Oposição a ideologias e práticas progressistas que se acredita estarem infiltradas na cultura e instituições, subvertendo valores tradicionais (SILVA, 2020).
Agenda pró-família tradicional	Defesa de valores familiares convencionais, incluindo o casamento heterossexual e a unidade familiar nuclear, como essenciais para a estabilidade social e moral (MELLO, 2021).
Escola sem partido	Combate ao que considera ser a doutrinação ideológica nas escolas, promovendo uma educação supostamente neutra e livre de viés político (FRIGOTTO, 2017).
Combate a Paulo Freire	Oposição às suas ideias pedagógicas, vistas como marxistas e doutrinárias, também em favor de uma educação supostamente neutra (BECK; SANTOS, 2024).
Globalismo	Crítica a uma suposta agenda que ameaça a soberania nacional ao promover interesses internacionais e um <i>governo mundial</i> tomado pelos ideais progressistas e de esquerda (CARVALHO, 2009).

Fonte: elaboração própria do autor.

Os dois quadros de análise acima serão utilizados para observar na análise documental os atores e valores presentes, assim como as categorias do neoconservadorismo. Logo, a investigação acontecerá a partir da seleção de documentos, que em seguida terão seus trechos destacados a partir das categorias mencionadas, e, por fim, buscaremos constatar se há a presença dos atores vinculados ao neoconservadorismo no Brasil e dos elementos do neoconservadorismo.

A análise computacional do Iramuteq permitirá a visualização dos elementos em questão e em que medida aparecem nos documentos. A presença destes elementos, bem como de quem os profere, pode indicar a existência ou não da coalizão neoconservadora que visa influenciar a agenda de políticas no MEC e no MRE durante o governo Bolsonaro.

3.3. Análise de atores e valores nas políticas de diplomacia do conhecimento do governo Bolsonaro

Começando a análise dos documentos obtidos para a análise da diplomacia do conhecimento, a pesquisa empírica teve início com os atos internacionais brasileiros na área, por acreditarmos que, ao tratarmos políticas de diplomacia do conhecimento como parte da política externa, esta é a principal amostra que podemos obter para a análise desta política. A Tabela 5 mostra o procedimento de seleção dos documentos, e é importante destacar que o marco temporal se deu por meio do período em que Ernesto Araújo se manteve como ministro do MRE.

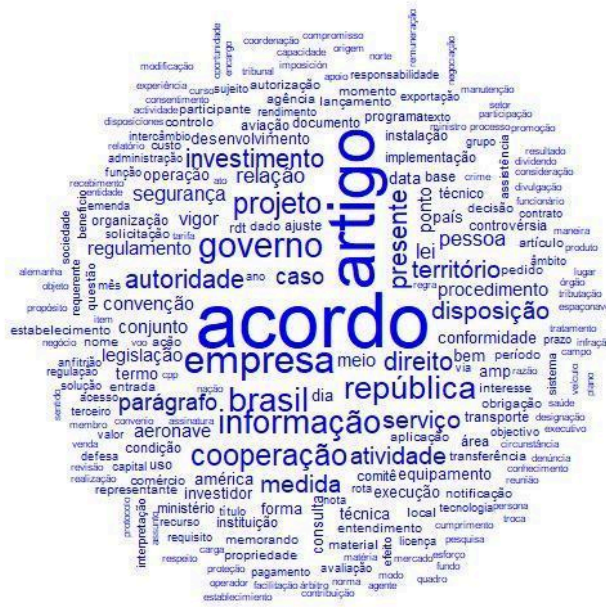
Tabela 5 - Seleção de documentos da plataforma Concórdia do MRE

Órgão	Marco temporal	Filtros	Nº de documentos
Ministério das Relações Exteriores	01/01/2019 - 30/03/2021	Educação; Desenvolvimento; Pesquisa; Inovação; Tecnologia; Cultura	54
TOTAL			54

Fonte: elaboração própria do autor.

Isto posto, visando compreender inicialmente os principais termos que aparecem nos acordos, produziu-se a nuvem de palavras da Figura 4:

Figura 4 - Nuvem de palavras dos termos dos atos internacionais nas áreas de diplomacia do conhecimento



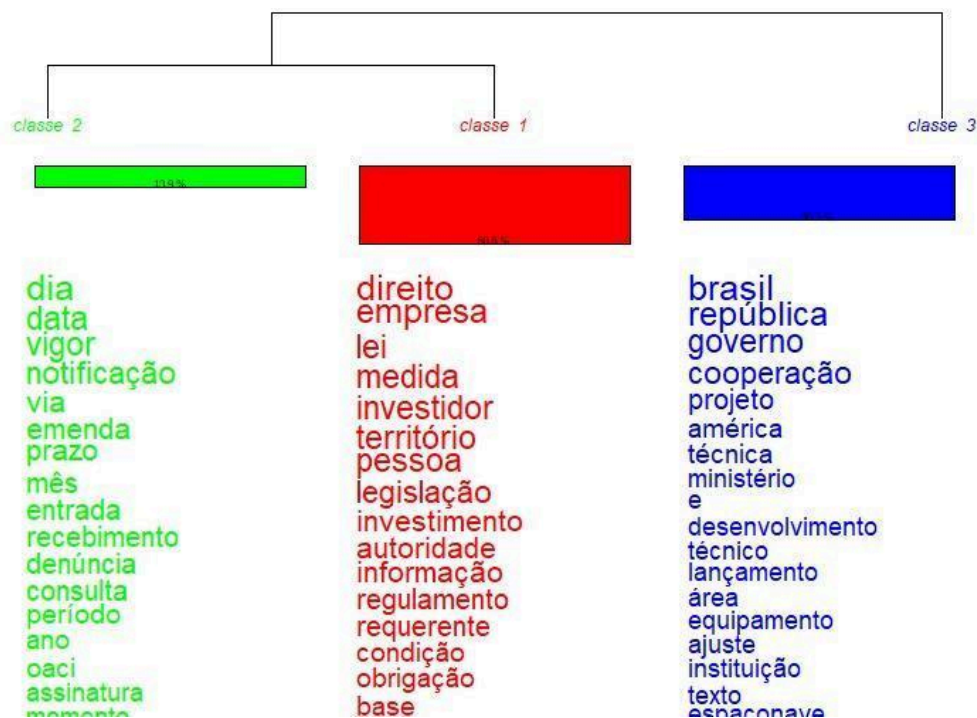
Fonte: Elaboração própria com o uso do Iramuteq.

A palavra “acordo” se destaca como o termo mais proeminente, evidenciando o fato de que atos internacionais frequentemente envolvem a formalização de acordos bilaterais, trilaterais ou multilaterais. Isso é corroborado pela presença marcante de termos como “artigo” e “cooperação”, indicando que muitos desses acordos estão centrados na cooperação técnica. Outros termos de destaque incluem “governo”, “informação”, “projeto”, “investimento” e “desenvolvimento”, que sugerem uma forte ênfase em projetos de desenvolvimento e investimentos em tecnologia e inovação, elementos chave na diplomacia do conhecimento. A presença de “lei”, “regulamento” e “legislação” indica a existência de um quadro legal robusto para facilitar esses acordos. Estes termos evidenciam a natureza formal e estruturada da diplomacia brasileira como um todo, não somente nestes temas, além de um foco claro na criação de pactos internacionais para promover a cooperação educacional e tecnológica.

Esses resultados indicam que os textos analisados estão focados em aspectos formais e operacionais das políticas de diplomacia do conhecimento, sem evidenciar explicitamente elementos ideológicos neoconservadores ou a presença de atores específicos. A ausência de termos diretamente associados a ideologias políticas, como neoconservadorismo, e a falta de menções a atores chave, sugere que os documentos mantêm um padrão institucional e tecnocrático. Portanto, a nuvem de palavras, por si só, não permite identificar com clareza

influências ideológicas ou atores em uma coalizão, mas investimos em uma análise por meio do dendrograma da Figura 5, a fim de destrincharmos mais a fundo a questão.

Figura 5 - Dendrograma dos termos dos atos internacionais nas áreas de diplomacia do conhecimento



Fonte: Elaboração própria com o uso do Iramuteq.

A análise do dendrograma revela uma segmentação clara dos acordos em três classes distintas, cada uma com um conjunto específico de termos associados. A Classe 1, representada pela cor vermelha, agrupa termos como “direito”, “empresa”, “lei”, “medida”, “investidor”, “território”, “pessoa”, “legislação”, “investimento”, “autoridade”, “informação”, “regulamento”, “requerente”, “condição”, “obrigação” e “base”. Estes termos indicam um foco predominantemente legal e corporativo, destacando aspectos regulatórios, de governança corporativa e de direitos individuais e empresariais. Este agrupamento sugere uma ênfase nas estruturas formais e jurídicas, essenciais para a implementação de políticas de cooperação e investimentos internacionais.

A Classe 2, em verde, inclui termos como “dia”, “data”, “vigor”, “notificação”, “via”, “emenda”, “prazo”, “mês”, “entrada”, “recebimento”, “denúncia”, “consulta”, “período”, “ano”, “assinatura” e “marcante”. Esta classe é orientada para aspectos processuais e temporais dos atos internacionais, refletindo a importância das cronologias, prazos e

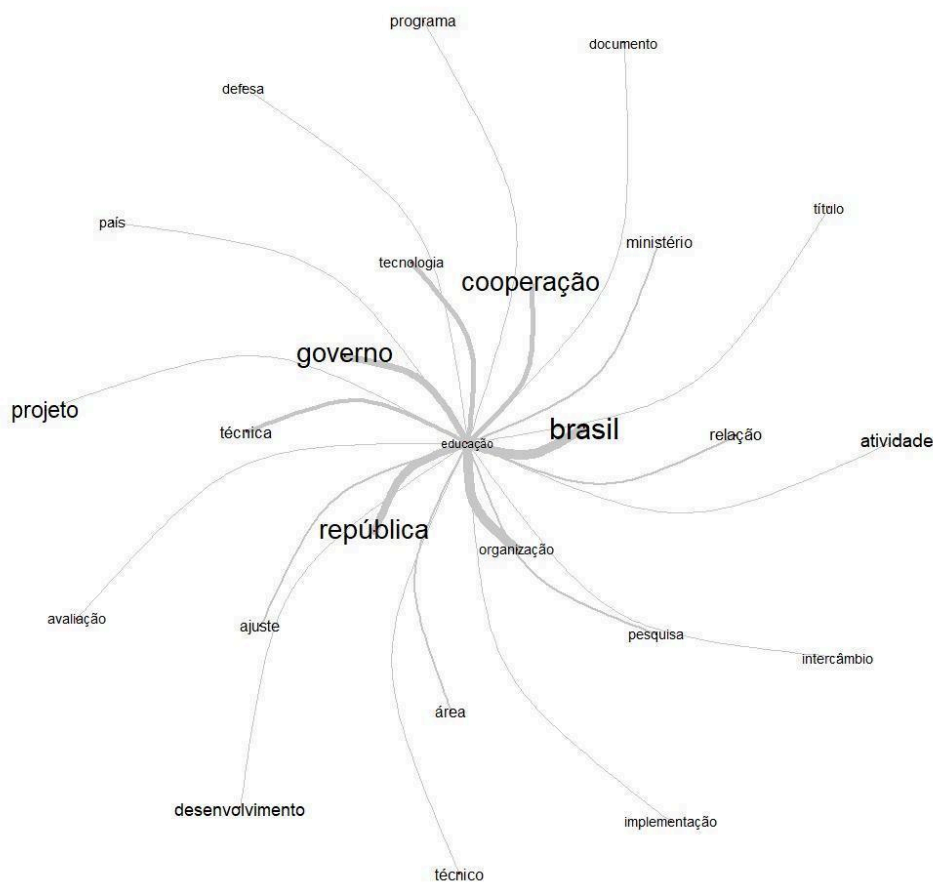
formalidades processuais nas atividades diplomáticas. A ênfase aqui está nos procedimentos burocráticos e administrativos que sustentam os acordos internacionais.

A Classe 3, identificada pela cor azul, abrange termos como “Brasil”, “república”, “governo”, “cooperação”, “projeto”, “América”, “técnica”, “ministério”, “desenvolvimento”, “técnico”, “lançamento”, “área”, “equipamento”, “ajuste”, “instituição”, “texto” e “espaço”. Esta classe se concentra nos atores institucionais e nos contextos geopolíticos mais amplos, além de termos associados ao desenvolvimento e à cooperação técnica. Aqui, vemos uma clara referência aos atores governamentais e às iniciativas de cooperação que envolvem múltiplos países e instituições.

Em relação à presença ou ausência de elementos ideológicos neoconservadores, o dendrograma também não evidencia explicitamente termos que se relacionem diretamente com essa ideologia. Não encontramos referências diretas aos conceitos neoconservadores específicos que buscamos na pesquisa, como “marxismo cultural”, “família tradicional”, “escola sem partido”, questões relacionadas a agenda anti Paulo Freire na educação ou “globalismo”. A ausência destes termos sugere que, pelo menos na superfície dos textos analisados, os documentos mantêm um enfoque técnico e administrativo, sem evidenciar claramente a agenda ideológica neoconservadora. Além disso, a análise do dendrograma não revela a presença explícita de atores específicos, como ministros ou instituições da sociedade civil, como atores influentes nesses acordos, o que corrobora a observação anterior de que os textos mantêm um tom institucional e formal, sem personalizar ou destacar indivíduos específicos. Nesse sentido, enquanto o dendrograma oferece uma visão detalhada das categorias e dos focos principais dos atos internacionais brasileiros em diplomacia do conhecimento durante o governo Bolsonaro, ele não fornece evidências diretas de influências ideológicas neoconservadoras ou da presença de atores específicos nos textos analisados.

Por fim, mesmo considerando a falta de evidências de elementos neoconservadores ou de atores nos acordos, elaboramos o gráfico de similitude da Figura 6, a fim de compreender como o termo “educação”, em especial, se conecta com outros termos nos acordos.

Figura 6 - Gráfico de similitude do termo “educação” nos atos internacionais



Fonte: Elaboração própria com o uso do Iramuteq.

A análise do gráfico de similitude revela uma forte associação do termo “educação” com outros termos chave, como “cooperação”, “governo”, “república”, “projeto”, “desenvolvimento”, “atividade” e “ministério”. Essa conexão evidencia a centralidade da educação na agenda de políticas de diplomacia do conhecimento, destacando a interdependência entre educação e cooperação internacional, além de sublinhar o papel essencial das instituições governamentais e projetos de desenvolvimento na promoção dessas políticas. A forte conexão com “cooperação” e “desenvolvimento” indica um enfoque cooperativo voltado para a área, visando a construção de alianças internacionais na pauta. Termos como “técnica”, “tecnologia” e “pesquisa” também aparecem, sugerindo um interesse em promover a inovação e o avanço tecnológico através de programas educacionais.

Dado que a identificação de atores e valores relevantes para a percepção da formação (ou não) de uma coalizão e da sua agenda nos atos internacionais não foi satisfatória, foi

necessário avançar para a análise dos proferimentos de Ernesto Araújo e Jair Bolsonaro. Esses proferimentos, que estão detalhadamente apresentados na Tabela 6, representam uma fonte crucial de informações para compreendermos as nuances ideológicas e as estratégias políticas empregadas durante o governo Bolsonaro. Ao examinar esses proferimentos, buscamos evidências mais claras da presença de elementos neoconservadores e de atores que possam ter influenciado as políticas de diplomacia do conhecimento.

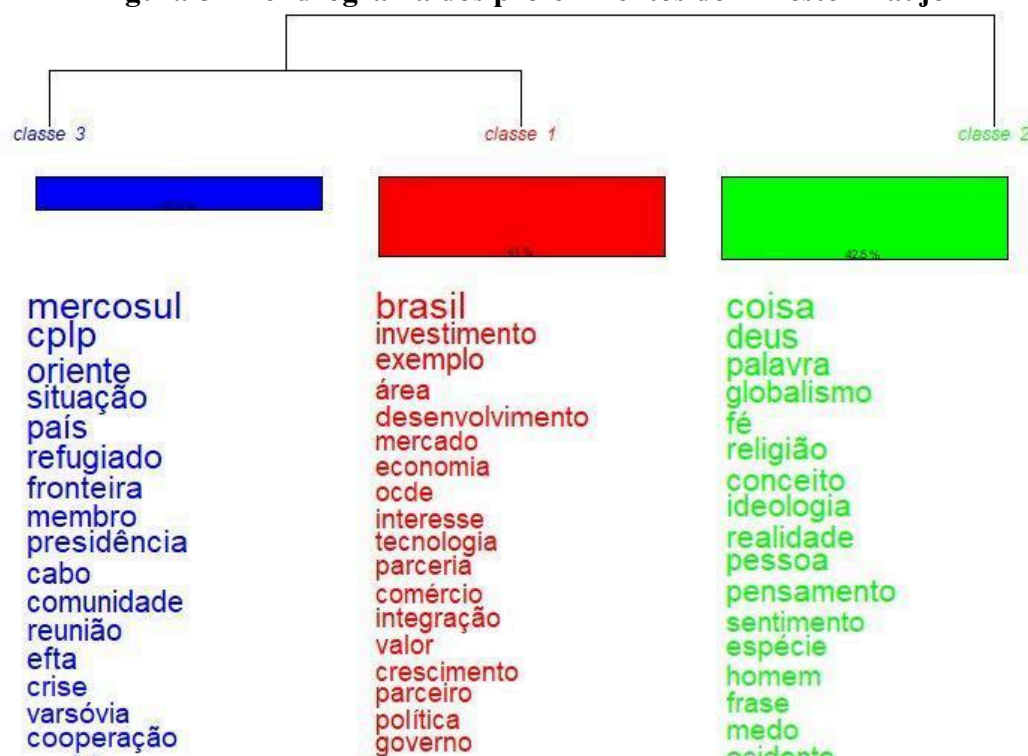
Tabela 6 - Seleção de proferimentos

Indivíduo	Cargo	Marco temporal	Filtro	Nº de proferimentos
Ernesto Araújo	Ministro das Relações Exteriores	01/01/2019 - 30/03/2021	Educação; Desenvolvimento; Pesquisa; Inovação; Tecnologia; Cultura	23
Jair Bolsonaro	Presidente da República	01/01/2019 - 31/12/2022	Educação; Desenvolvimento; Pesquisa; Inovação; Tecnologia; Cultura; Internacional	5
TOTAL				28

Fonte: elaboração própria do autor.

Nesse sentido, realizamos o mesmo procedimento feito com os atos internacionais, iniciando pela formação da nuvem de palavras da Figura 7, que demonstra quais foram as palavras mais utilizadas por Araújo nos proferimentos que dizem respeito à política externa para esses temas.

Figura 8 - Dendrograma dos proferimentos de Ernesto Araújo



Fonte: Elaboração própria com o uso do Iramuteq.

O dendrograma dos proferimentos de Ernesto Araújo revela a estrutura hierárquica e a segmentação de termos utilizados em suas falas nas áreas de diplomacia do conhecimento durante o governo Bolsonaro. A classe 1, destacada em vermelho, concentra termos como “Brasil”, “investimento”, “desenvolvimento”, “mercado” e “governo”, que indicam uma ênfase significativa em questões econômicas e de desenvolvimento nacional. Essa classe sugere que os discursos de Araújo frequentemente abordam a importância do crescimento econômico e da inserção do Brasil no mercado global, refletindo uma visão que valoriza o investimento e a integração econômica como pilares para o desenvolvimento do país.

A classe 2, em verde, inclui termos como “coisa”, “deus”, “globalismo”, “fé”, “religião” e “ideologia”, indicando uma forte presença de elementos ideológicos e religiosos em seus discursos. A inclusão de “globalismo” aponta um dos elementos presentes na narrativa neoconservadores, assim como a presença de termos religiosos como “deus” e “fé” denota uma tentativa de conectar questões políticas e econômicas com valores morais e espirituais, alinhando-se mais uma vez com a narrativa neoconservadora que mistura política com valores tradicionais e religiosos.

A classe 3, destacada em azul, contém termos como “mercosul”, “cplp”, “refugiado”, “fronteira”, e “cooperação”, que indicam uma preocupação com temas regionais e internacionais. A inclusão de “mercosul” e “cplp” sugere um foco nas relações do Brasil com

outras nações da América Latina e países de língua portuguesa, enquanto “refugiado” e “fronteira” indicam uma abordagem em questões de migração e segurança. Essa classe destaca a atenção de Araújo em temas de cooperação regional e integração, embora os termos utilizados não demonstrem claramente um alinhamento ideológico específico.

Em conjunto, o dendrograma sugere que os discursos de Ernesto Araújo combinam elementos pragmáticos de política econômica com uma carga ideológica e moral, presente na agenda neoconservadora do governo Bolsonaro. Nota-se, no entanto, que hierarquicamente, questões importantes para a diplomacia do conhecimento, como a educação, não aparecem de forma centralizada no conjunto de proferimentos. Com isso, separamos algumas citações diretas que simbolizam a postura de Araújo em relação a esses outros temas.

Porque eu acho que, justamente, esse deserto de ideias em que o Brasil viveu, durante muito tempo, não deu certo. O país tem uma economia que está estagnada há, talvez, quinze anos, com um crescimento médio de praticamente zero; educação em colapso; desindustrialização – os senhores dirão melhor que eu, mas tenho a impressão de que é um processo de, pelo menos, enormes desafios à indústria, com atraso tecnológico, claro, com muitas exceções (ARAÚJO; 2019, s.p.).

Nos últimos vinte anos, o Brasil realizou 677 projetos de cooperação técnica com os mais diversos países africanos, destacadamente nas áreas de saúde, agricultura, pecuária, pesca, educação e formação profissional. Notabiliza-se o trabalho da Agência Brasileira de Cooperação, a ABC, que, desde 1987, presta cooperação técnica como instrumento de desenvolvimento de países-irmãos – entre eles, muito especialmente, os países africanos (ARAÚJO, 2019, s.p.).

Por exemplo, quando você tem um sistema educacional *que produz material anticapitalista e um ministério da educação, e um Ministro da educação que vai contra isso e que tenta modificar isso, estranhamente é essa reação desse ministério que é chamada de ideológica* (ARAÚJO, 2019, s.p.).

Entre as múltiplas esferas da nossa promissora sinergia entre o Brasil e a Coreia, temos particular interesse em fortalecer a cooperação bilateral nos temas deste evento: educação e inovação. A Coreia tem um histórico notável de desenvolvimento em ambos esses setores e, por essa razão (e não outra, eu acredito), é hoje um dos países mais prósperos do mundo e um dos mais avançados na área de ciência, tecnologia e inovação. O Brasil, portanto, tem muito a aprender com a Coreia, um país que tanto admiramos. Porque nós sabemos que, também, por trás desse avanço tecnológico, desse avanço na educação, por trás da qualidade dos seus produtos, está a coragem do seu povo. *O povo coreano é um povo orgulhoso, lutador, um povo que valoriza suas tradições, ao mesmo tempo em que se abre ao mundo com tanta eficiência. Uma nação que se organiza e compete no mundo a partir da sua própria identidade*, e não apesar dela. Como eu dizia, inclusive, no vídeo, isso é uma fonte de inspiração permanente para nós (ARAÚJO, 2019, s.p.).

Então, eu vejo mais o *globalismo* assim: *aquela ideia de que o marxismo descobriu que ele não precisa controlar os meios de produção econômica, quando ele pode controlar os meios de produção de ideias, que é o que vinha acontecendo*. E é através desse controle das ideias que essa corrente começa a capturar instituições e, a partir dessas instituições, começa a tentar agir para diminuir as identidades nacionais; e as identidades pessoais também (ARAÚJO, 2019, s.p.).

Nesses trechos, é possível identificar alguns elementos que podem ser associados à ideologia neoconservadora, bem como a presença de alguns atores. No primeiro trecho, Araújo critica o “deserto de ideias” e a estagnação econômica do Brasil, mencionando a educação em colapso e a desindustrialização. Embora a crítica ao sistema educacional seja evidente, a abordagem é mais econômica, refletindo a visão neoconservadora-olavista de que falhas econômicas são em parte atribuídas à inadequação do sistema educacional do país (ARAÚJO, 2019, s.p.).

O segundo trecho ressalta a cooperação técnica do Brasil com países africanos, destacando áreas como saúde, agricultura, pecuária, pesca, educação e formação profissional. Araújo elogia o trabalho da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), um instrumento de desenvolvimento e cooperação técnica. Esta menção positiva à ABC e à cooperação técnica, sem elementos críticos ou claramente vinculados ao neoconservadorismo, sugere um reconhecimento das iniciativas de diplomacia do conhecimento, embora a ideologia neoconservadora esteja ausente neste contexto (ARAÚJO, 2019, s.p.).

O terceiro proferimento aborda a crítica ao sistema educacional brasileiro, especificamente à produção de “material anticapitalista” e a resposta do Ministério da Educação. Araújo argumenta que a tentativa do ministério de modificar o sistema educacional é, paradoxalmente, rotulada como ideológica. Este discurso reflete claramente elementos neoconservadores de disputa em torno de uma educação hierarquizada e disciplinada. Há, no caso, certa consonância entre atores neoconservadores, evidenciados na figura do Ministro da Educação, Abraham Weintraub (ARAÚJO, 2019, s.p.).

No quarto trecho, Araújo elogia a Coreia do Sul por seu desenvolvimento em educação e inovação, ressaltando a coragem e o orgulho nacional do povo coreano. Ele vê a Coreia como um exemplo para o Brasil, valorizando a combinação de tradições e abertura ao mundo. Este proferimento, embora positivo em relação à educação e inovação, destaca um respeito pelas tradições nacionais e uma identidade forte, elementos que ressoam a ideologia neoconservadora de valorização da cultura nacional e rejeição do globalismo (ARAÚJO, 2019, s.p.).

No último proferimento, Araújo argumenta que o marxismo moderno não busca controlar os meios de produção econômica, mas sim os meios de produção de ideias, associando essa estratégia ao conceito de globalismo. Araújo sugere que essa abordagem visa capturar instituições culturais e educacionais para enfraquecer identidades nacionais e pessoais, refletindo uma preocupação neoconservadora com a preservação das tradições e identidades contra a suposta ameaça globalista. Esta narrativa pode ser associada a elementos ideológicos neoconservadores em suas declarações, reforçando sua agenda de “combate” ao suposto marxismo cultural e ao globalismo (ARAÚJO, 2019, s.p.).

Em resumo, a análise dos proferimentos de Ernesto Araújo revela uma presença mista de elementos ideológicos neoconservadores e de atores que promovem esses ideais. Embora algumas declarações se concentrem em críticas econômicas ou em elogios à cooperação técnica, outras refletem claramente a luta contra influências que ele enxerga como anticapitalistas e a valorização das tradições nacionais, caracterizando a ideologia neoconservadora.

A seguir, realizamos o mesmo processo com os proferimentos do ex-presidente Jair Bolsonaro nos temas de diplomacia do conhecimento. A Figura 9 explicita os termos mais empregados por Bolsonaro.

Figura 9 - Nuvem de palavras dos proferimentos de Jair Bolsonaro



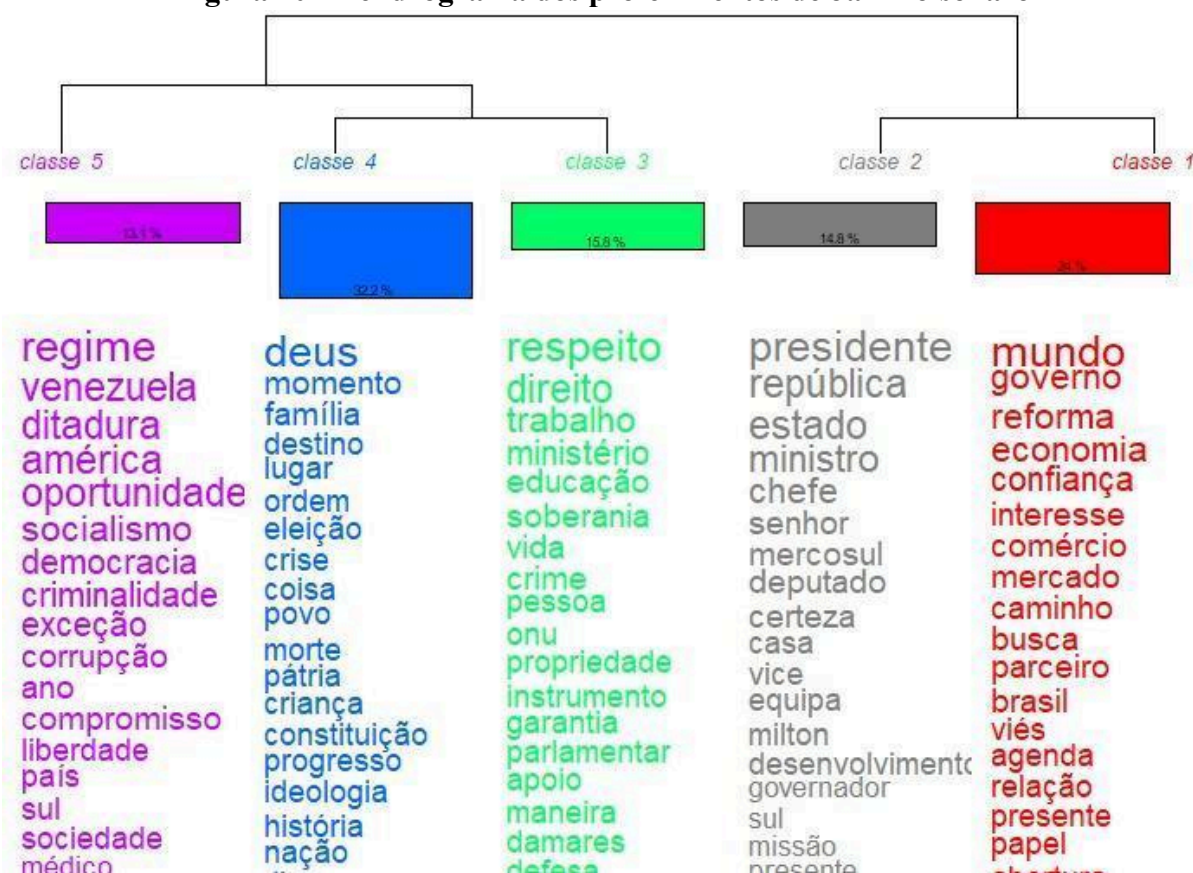
Fonte: Elaboração própria com o uso do Iramuteq.

A análise da nuvem de palavras revela um forte destaque para termos como “Brasil”, “senhor”, “país” e “Deus”. A proeminência do termo “Brasil” sugere um discurso centrado no nacionalismo, enfatizando a identidade e os interesses nacionais. A menção significativa de “Deus” aponta para a inclusão de elementos religiosos no discurso político, além de termos como “liberdade”, “povo”, e “mundo” sugerem o caráter internacional dos proferimentos, embora com uma forte ênfase na soberania e autonomia nacional.

No entanto, a ausência de termos diretamente relacionados aos temas de diplomacia do conhecimento, como “educação” destaca uma possível lacuna na abordagem discursiva desses temas. Isso pode indicar que, embora a retórica nacionalista e religiosa seja fortemente presente, as políticas educacionais e de cooperação técnica não foram um foco central em seus discursos. A falta de termos ligados a atores específicos também sugere que o discurso de Bolsonaro pode ser mais geral e abrangente, sem destacar diretamente as coalizões ou os atores envolvidos na implementação das políticas. Esses aspectos revelam uma abordagem discursiva que, embora ideologicamente alinhada ao neoconservadorismo, não necessariamente está vinculada às questões específicas da diplomacia do conhecimento.

Assim como nos proferimentos de Ernesto Araújo, realizamos também a divisão hierárquica dos termos e sua divisão em classes, por meio do dendrograma da Figura 10.

Figura 10 - Dendrograma dos proferimentos de Jair Bolsonaro



Fonte: Elaboração própria com o uso do Iramuteq.

O dendrograma dos proferimentos de Jair Bolsonaro revela cinco classes distintas de termos, cada uma destacando diferentes focos e prioridades do discurso político. A análise dessas classes permite entender melhor a orientação ideológica e as áreas de ênfase do governo Bolsonaro. A primeira classe destacada em vermelho, inclui termos como “mundo”, “governo”, “reforma”, “economia” e “confiança”. A junção desses termos sugere um foco significativo em questões econômicas e políticas globais, o que pode refletir uma preocupação com a economia de mercado e a necessidade de reformas para fortalecer a confiança e as relações comerciais internacionais. Outros termos econômicos também aparecem, como “interesse”, “comércio” e “mercado”.

Já a classe 2, identificada pela cor cinza, inclui termos como “presidente”, “república”, “Estado”, “ministro” e “chefe”. Esses termos refletem uma ênfase nas figuras de liderança e nas estruturas de governança. A classe 3, em verde, contém termos como “respeito”, “direito”, “trabalho”, “ministério” e “educação”. Esta classe é particularmente relevante para a análise dessa dissertação, uma vez que menciona diretamente “educação” e “ministério”. No entanto, a presença desses termos é relativamente menos destacada em comparação com outras classes, sugerindo que, embora a educação seja reconhecida, não é o foco central dos

discursos de Bolsonaro, mesmo nos momentos em que a diplomacia do conhecimento se faz presente. A classe também aborda “soberania”, “vida” e “crime”, refletindo preocupações com a segurança e a autonomia nacional, temas comuns no discurso neoconservador. A presença do termo “Damares” indica menções à atual senadora e ex-ministra de Bolsonaro, Damares Alves, associada a pautas conservadoras relativas aos direitos humanos sob uma perspectiva religiosa.

A classe 4, representada pela cor azul, esta classe inclui termos como “Deus”, “momento”, “família”, “destino” e “ordem”. Este conjunto de palavras reflete a forte influência da agenda pró-família tradicional e a valorização de princípios religiosos e morais no discurso de Bolsonaro. A ênfase em “Deus” e “família” sugere uma retórica que busca reforçar valores conservadores e tradicionais, alinhando-se com a ideologia neoconservadora que defende a preservação dos valores familiares e a religião como pilares da sociedade. Por fim, a classe 5, destacada em roxo, contém termos como “regime”, “Venezuela”, “ditadura”, “América” e “oportunidade”. Esta classe indica um foco em questões geopolíticas e de regime político, com uma ênfase significativa na crítica ao socialismo e à ditadura, especialmente em relação à Venezuela. Termos como “socialismo”, “democracia” e “corrupção” apontam para uma narrativa anticomunista e de crítica aos regimes autoritários de esquerda.

Em resumo, as cinco classes identificadas no dendrograma revelam diversas facetas dos proferimentos, que abordam desde questões econômicas e políticas globais até valores religiosos e morais, passando por preocupações com segurança e críticas a regimes de esquerda. A presença de termos como “educação” e “ministério” indica menções às políticas de diplomacia do conhecimento e cooperação educacional, embora não seja o foco principal. Os destaques nos proferimentos, por fim, são temas relacionados à economia, governança, religião, e geopolítica.

Assim como no caso dos proferimentos de Ernesto Araújo, separamos também algumas citações diretas aos proferimentos de Jair Bolsonaro:

A ideologia se instalou no terreno da cultura, da educação e da mídia, dominando meios de comunicação, universidades e escolas. A ideologia invadiu nossos lares para investir contra a célula mater de qualquer sociedade saudável, a família (BOLSONARO; 2019, s.p.).

Pela primeira vez, o Brasil irá priorizar a educação básica, que é a que realmente transforma o presente e faz o futuro de nossos filhos. Temos que nos espelhar em nações que são exemplos para o mundo que por meio da educação encontraram o caminho da prosperidade. Vamos retirar o viés ideológico de nossas relações internacionais (BOLSONARO; 2019, s.p.).

Daqui em diante, nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros: que querem boas escolas, *capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política*; que sonham com a liberdade de ir e vir, sem serem vitimados pelo crime; que desejam conquistar, pelo mérito, bons empregos e sustentar com dignidade suas famílias; que exigem saúde, educação, infraestrutura e saneamento básico, em respeito aos direitos e garantias fundamentais da nossa Constituição (BOLSONARO; 2019, s.p.).

Vamos defender a família, os verdadeiros direitos humanos; proteger o direito à vida e à propriedade privada e promover uma educação que prepare nossa juventude para os desafios da quarta revolução industrial, buscando, pelo conhecimento, reduzir a pobreza e a miséria (BOLSONARO; 2019, s.p.).

As citações diretas dos proferimentos de Jair Bolsonaro revelam a presença de elementos ideológicos neoconservadores, especialmente no que diz respeito à cultura, educação e família. Na primeira citação, Bolsonaro critica a infiltração ideológica na cultura, educação e mídia, mencionando explicitamente a dominação dessas áreas por uma ideologia que ele vê como prejudicial, que teria invadido os lares brasileiros e ameaçado a instituição da família. Esta narrativa reflete uma típica preocupação conservadora com a preservação dos valores tradicionais e a oposição a qualquer outra forma de ideologia que, segundo essa visão, comprometeria a integridade cultural e moral da sociedade.

Na segunda citação, Bolsonaro enfatiza a prioridade na educação básica, destacando que é esta que realmente transforma o presente e assegura o futuro das crianças. Ele também menciona a intenção de eliminar o “viés ideológico” nas relações internacionais do Brasil, o que sugere uma tentativa de alinhar a política educacional e externa com princípios mais supostamente mais pragmáticos e menos influenciados por ideologias que não a conservadora. Essa abordagem está em consonância com a crítica neoconservadora à politização da educação e sua defesa de um sistema educacional focado em resultados tangíveis, como a preparação para o mercado de trabalho, em vez de uma educação voltada para uma suposta “militância política”.

A terceira citação destaca a valorização da meritocracia, segurança, e o respeito aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição. Ao falar sobre a preparação dos jovens para o mercado de trabalho e não para a “militância política”, Bolsonaro reforça a ideia de uma educação supostamente neutra, sem influências ideológicas, promovendo a liberdade individual e a meritocracia como pilares da formação educacional e profissional.

Na quarta citação, Bolsonaro reitera a defesa da família, dos direitos humanos, do direito à vida e à propriedade privada, além de promover uma educação que prepare a

juventude para a quarta revolução industrial. Esta declaração incorpora vários princípios neoconservadores, incluindo a proteção da vida e da propriedade, a valorização da família tradicional, e a promoção de uma educação voltada para os desafios econômicos e tecnológicos modernos.

Em suma, a análise destes proferimentos em específico revela certa ênfase em valores neoconservadores, refletindo uma agenda política que busca politizar a educação, promover a família tradicional e defender princípios como a propriedade privada e a meritocracia, típico do discurso neoliberal. A retórica de Bolsonaro consistentemente critica a suposta presença de ideologia nas instituições educacionais e midiáticas, propondo uma educação voltada para a preparação dos jovens para o mercado de trabalho, em oposição à “militância”.

Os discursos destacam a intenção de remover o viés ideológico de esquerda das relações internacionais e priorizar a educação básica, inspirando-se em nações que alcançaram prosperidade através da educação. Além disso, há uma ênfase significativa na defesa da família, bem como na preparação da juventude para os desafios contemporâneos. Essa narrativa é acompanhada por um compromisso com a soberania nacional e a vontade dos brasileiros, focando na segurança, infraestrutura, saúde, educação e saneamento básico.

Prosseguindo a análise, uma arena importante para esta pesquisa é o Ministério da Educação, pasta que também diz respeito às pautas de diplomacia do conhecimento e de cooperação educacional, especialmente no período de gestão do ministro indicado por Olavo de Carvalho, Abraham Weintraub. No entanto, não foram encontrados em domínio público os discursos na íntegra do ministro. Para suprir essa ausência, foram analisadas as publicações no site do MEC durante o período de gestão do ministro, que indicam a operacionalização das políticas brasileiras para educação a nível internacional, conforme a Tabela 7.

Tabela 7 - Seleção de publicações no site do MEC

Marco temporal	Filtro	Nº de publicações
08/04/2019 - 20/06/2020	Educação; Desenvolvimento; Pesquisa; Inovação; Tecnologia; Cultura; Internacional	16
TOTAL		16

Fonte: elaboração própria do autor.

Seguindo os mesmos procedimentos realizados nas categorias de documentos anteriores, a Figura 11 abaixo mostra quais foram as palavras mais utilizadas nas publicações do site do MEC, durante a gestão Weintraub:

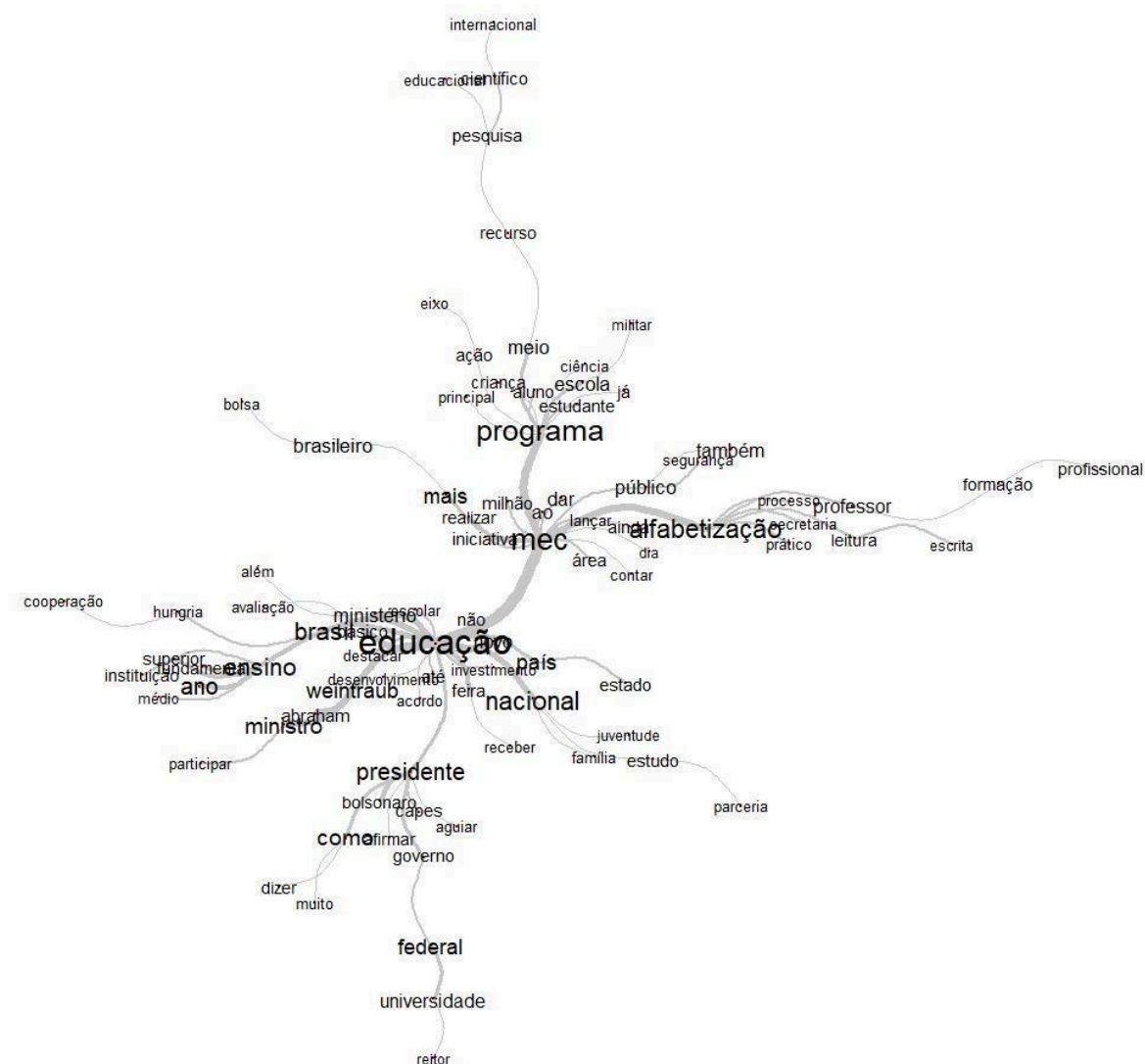
Figura 11 - Nuvem de palavras das publicações no site do MEC durante a gestão de Abraham Weintraub



Fonte: Elaboração própria com o uso do Iramuteq.

A análise da nuvem de palavras das publicações no site do MEC durante a gestão de Abraham Weintraub revela um foco significativo em temas relacionados à educação, alfabetização e programas educacionais. Termos como “educação”, “alfabetização”, “programa”, “MEC” e “escola” aparecem com grande destaque, indicando que as publicações do site enfatizaram iniciativas e políticas voltadas para a melhoria do ensino básico e fundamental, bem como para a promoção da alfabetização. A menção frequente ao “presidente”, “Bolsonaro” e “Weintraub” aponta para uma centralização do discurso em torno dessas figuras de liderança. No entanto, é notável a ausência de termos claramente associados a ideologias neoconservadoras, como “marxismo cultural”, “Escola sem Partido” ou “globalismo”. Para observarmos isso a fundo, produzimos o gráfico de similitude da Figura 12.

Figura 12 - Gráfico de similitude das publicações no site do MEC durante a gestão de Abraham Weintraub



Fonte: Elaboração própria com o uso do Iramuteq.

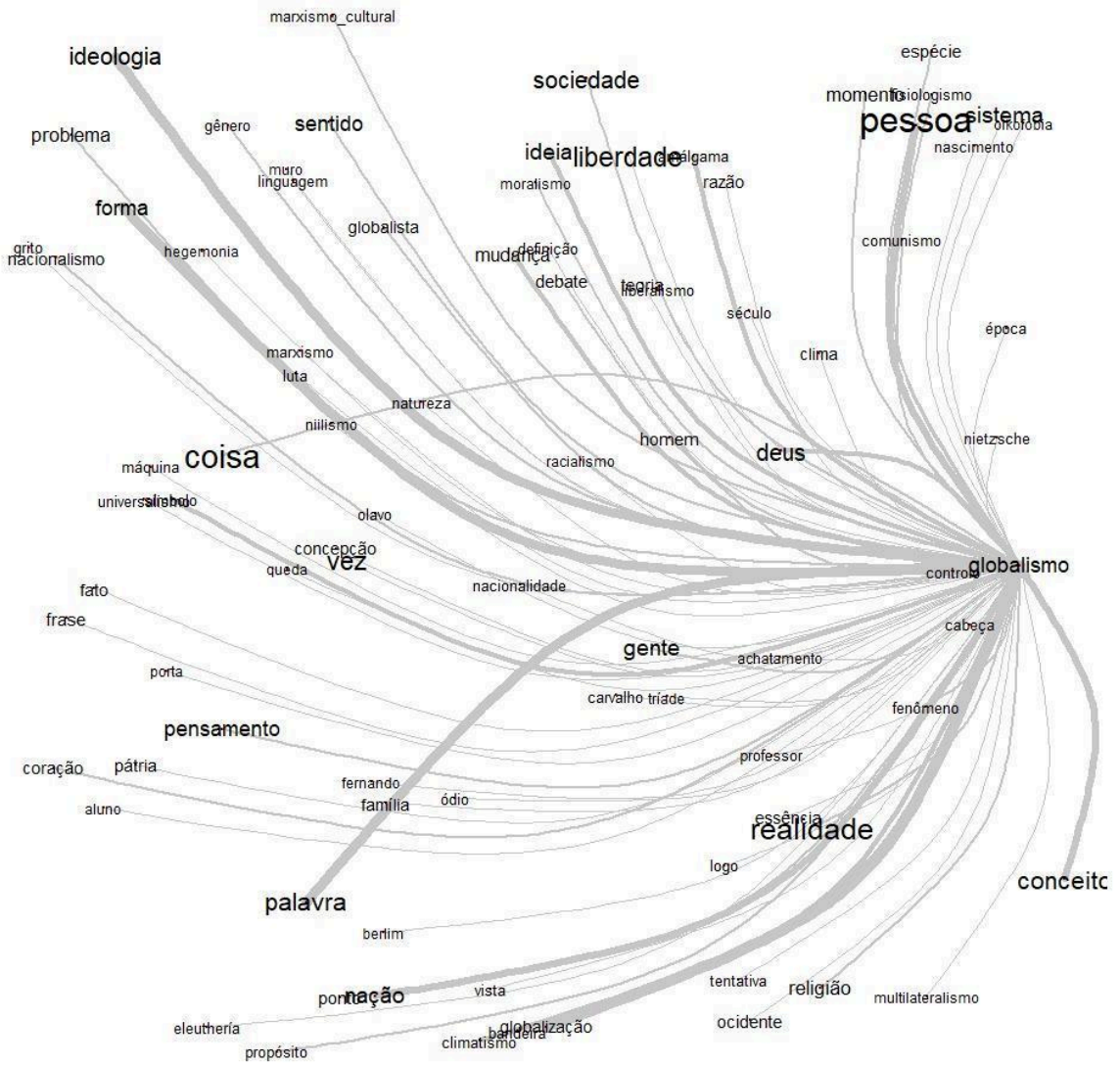
Assim como a nuvem, a análise do gráfico revela uma forte ênfase em termos diretamente ligados à educação, como “educação”, “alfabetização”, “programa”, “escola” e “ensino”. Esses termos centrais são associados a outras palavras que refletem ações e iniciativas específicas do ministério, como “projeto”, “programa”, “investimento”, “pesquisa” e “universidade”. A estrutura do gráfico pode indicar que o discurso oficial do MEC estava focado em questões práticas e administrativas do setor educacional, como o desenvolvimento de programas de alfabetização e o fortalecimento das instituições de ensino superior.

Há, no entanto, um termo que, mesmo menor que outros, nos chama atenção. A presença de “Hungria” conectada a outros termos centrais como “cooperação” pode indicar

um foco específico em cooperações ou parcerias internacionais entre o Brasil e a Hungria no contexto da educação. Este foco na Hungria pode estar alinhado com a agenda do governo Bolsonaro de fortalecer laços com governos de orientação política semelhante, como o de Viktor Orbán, que lidera a Hungria com uma plataforma nacionalista e conservadora (GOMES, 2024). No entanto, mesmo com essa conexão, não é possível dizer que o termo “Hungria” e os termos adjacentes no gráfico apresentam indicações claras de uma agenda neoconservadora específica.

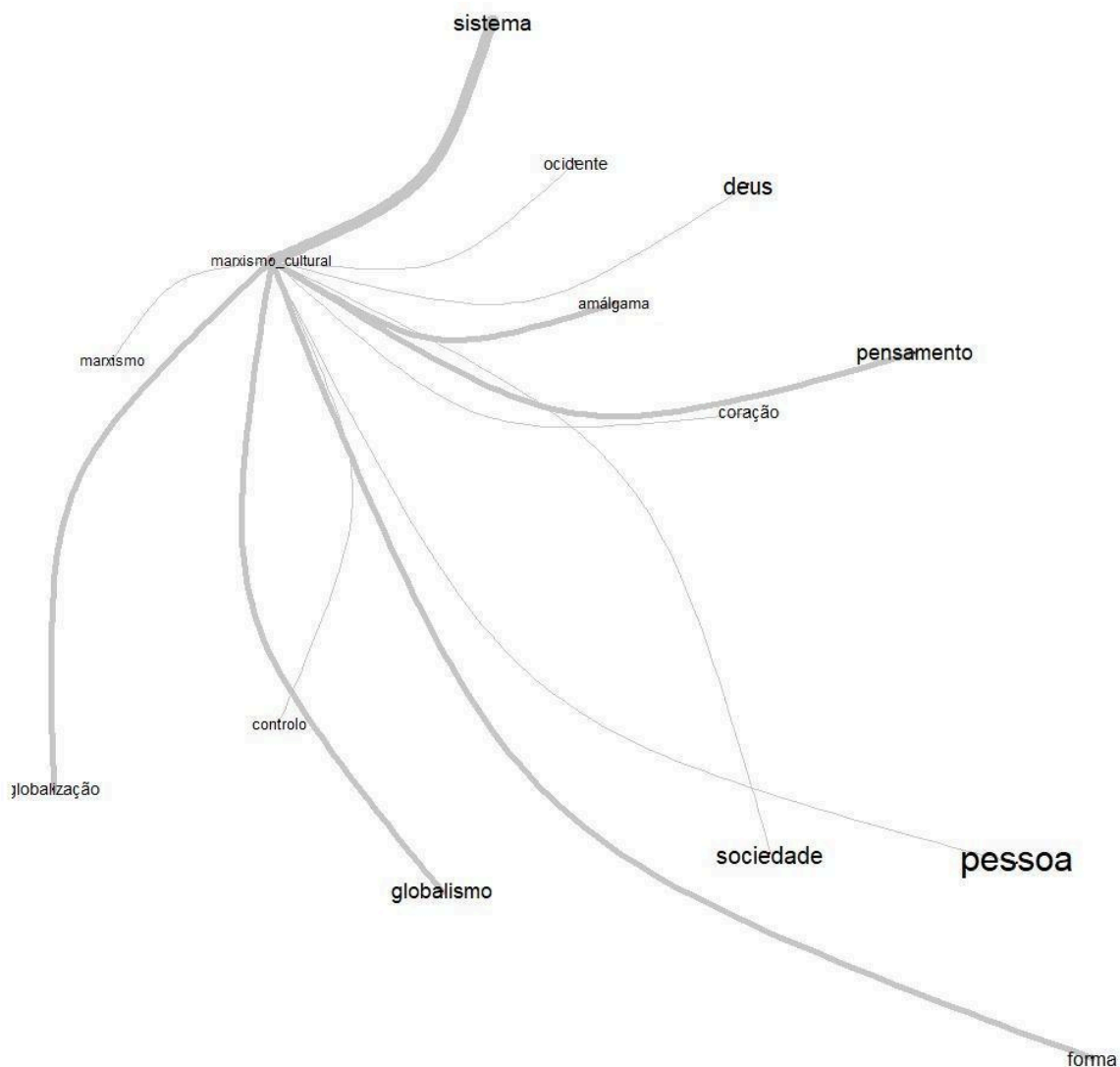
Em termos gerais, nos proferimentos e documentos também não foram encontradas menções diretas a “Escola Sem Partido”, questões de gênero ou de combate direto às ideias de Paulo Freire. Os dois principais termos do neoconservadorismo que aparecem são “globalismo” e “marxismo cultural”, conforme as Figuras 13 e 14:

Figura 13 - Gráfico de similitude do termo “globalismo” nos documentos



Fonte: Elaboração própria com o uso do Iramuteq.

Figura 14 - Gráfico de similitude do termo “marxismo cultural” nos proferimentos e publicações



Fonte: Elaboração própria com o uso do Iramuteq.

Os gráficos de similitude dos termos “globalismo” e “marxismo cultural” revelam a centralidade dessas ideias na retórica neoconservadora dos documentos analisados. O termo “globalismo” está conectado a conceitos como “controle”, “sociedade”, “pessoa”, “sistema” e “realidade”. Estes termos, quando associados a “Deus”, “fé” e “religião” é característico da crítica olavista que vê o globalismo como uma ameaça à soberania nacional e à cultura tradicional, e podem corroborar a narrativa de que o globalismo seria uma visão de mundo baseada na moralidade cristã.

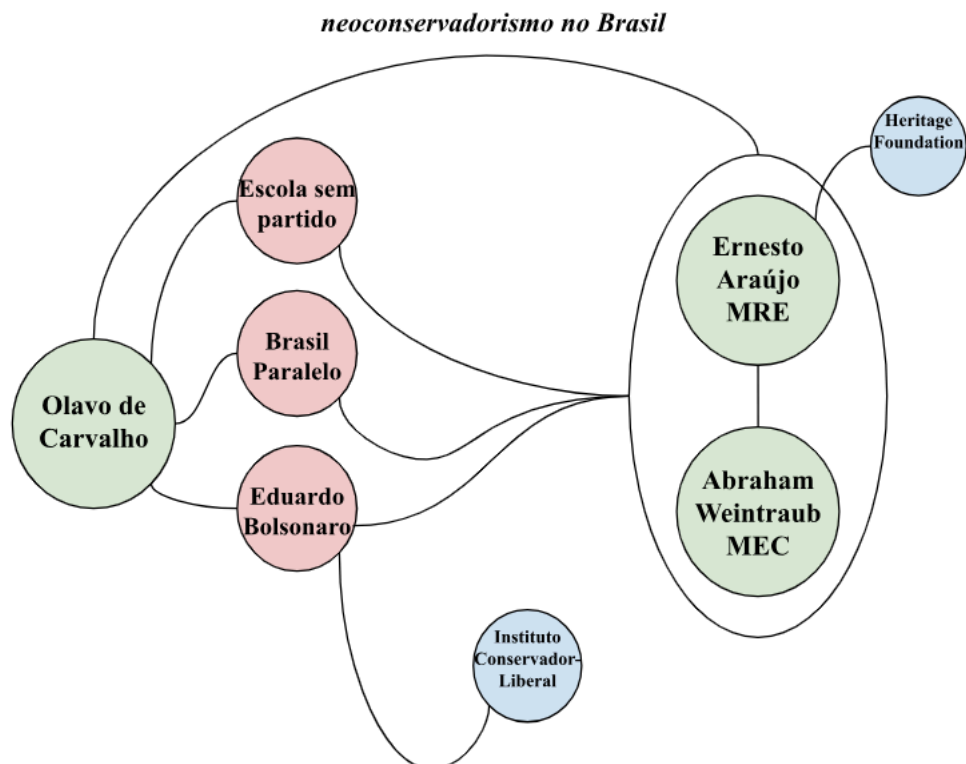
Em consonância com isso, o termo “marxismo cultural” aparece relacionado a “sistema”, “ideologia”, “pensamento”, “controle” e “sociedade”. Isso reflete a percepção de que o marxismo cultural é visto como uma ideologia que busca dominar e transformar a sociedade através do controle das ideias e instituições culturais. A conexão com “globalismo” reforça a ideia de que ambos são vistos como partes de um mesmo movimento para desestabilizar e reconfigurar as tradições e valores ocidentais.

Com base nos dados analisados, percebe-se, por fim, que não há frequência consistente de termos específicos relacionados à ideologia neoconservadora, impedindo que possamos falar em coalizão com a força exigida pela teoria das coalizões de defesa. Apesar disso, a fim de buscar alguma contribuição para o campo, buscamos a constituição de uma rede, baseada nos atores descritos no capítulo 2, que compartilham valores neoconservadores e possuem interconexões claras.

Hecló (1978), conforme citado por Faria (2017), enfatiza a importância da interação entre diversos atores na construção de uma agenda pública. Ele sugeriu a inclusão de uma ampla rede de indivíduos que interagem com o governo para influenciar suas atividades, apresentando o conceito de “redes temáticas” (*issue networks*). Essas redes destacam o papel das ideias compartilhadas tanto na formulação quanto na compreensão de problemas públicos e suas possíveis soluções. De acordo com ele, uma rede temática abrange muitos participantes conectados entre si, motivados por um compromisso intelectual e moral com uma questão específica, variando em níveis de envolvimento e dependência mútua. Esses participantes, além de especialistas, são ativistas políticos que entendem como cada um percebe a questão que os une e estão comprometidos a moldar a política pública relacionada.

Nesse sentido, a análise dos proferimentos e documentos, assim como da literatura previamente revista, pode nos induzir a pensar em uma rede de atores que, embora não formem uma coalizão estritamente definida, compartilham certas afinidades ideológicas e de valores. Esta rede, exposta na Figura 15, inclui figuras proeminentes do governo Bolsonaro, como ministros, que promovem consistentemente valores e políticas alinhadas com o neoconservadorismo. No entanto, não há evidências o bastante que nos permitam dizer sobre a força destas relações, assim como em que medida ela influenciou as políticas, apesar dos proferimentos analisados revelarem claramente seus valores tradicionais.

Figura 15 - Atores da rede neoconservadora em torno do MEC e do MRE



Fonte: Elaboração própria.

A rede de atores ilustrada na Figura 15 reflete a influência de Olavo de Carvalho no cenário neoconservador brasileiro, influenciando diversas instituições e indivíduos. Entre esses atores influenciados, destacam-se o grupo de mídia Brasil Paralelo, o movimento Escola Sem Partido, e o deputado Eduardo Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro - que introduziu Olavo ao pai. Eduardo Bolsonaro, além de ser uma figura política influente, fundou o Instituto Conservador-Liberal, que teve sua reunião inaugural marcada pela presença de vários atores mencionados, reforçando a rede de conexões entre esses grupos.

Essa rede de atores compartilha valores e ideologias com figuras importantes do governo Bolsonaro, como Ernesto Araújo, ex-Ministro das Relações Exteriores, e Abraham Weintraub, ex-Ministro da Educação. Ernesto Araújo, conhecido por suas posições contra o globalismo e o marxismo cultural, concedeu uma entrevista ao Brasil Paralelo em 2019, onde discutiu essas ideias. Abraham Weintraub, por sua vez, foi um defensor do movimento Escola Sem Partido. Essas conexões mostram como as ideias neoconservadoras se difundiram e encontraram ressonância nas políticas e discursos de membros do governo Bolsonaro, criando um ambiente de apoio mútuo e promoção de uma agenda neoconservadora.

3.4. Resultados obtidos

A análise dos dados textuais e a leitura dos proferimentos destacados permitem uma avaliação geral da presença ou não de elementos neoconservadores e de atores que compartilham esses valores nas políticas de diplomacia do conhecimento. Ao avaliar os dados à luz dos modelos teóricos, especialmente o modelo de coalizões de defesa e o modelo de Kingdon, podemos tirar conclusões distintas. A seguir, elencamos alguns *insights* que o capítulo nos permitiu ter:

1. Não há nos textos analisados menções abertas consistentes a atores da coalizão, de modo a reforçar, de maneira consistente, os vínculos existentes e pretendidos pelos expositores da agenda neoconservadora;
2. Há menções a termos vinculados a ideologia neoconservadora, especialmente “marxismo cultural” e “globalismo”, embora nunca de forma consistentemente ao ponto de podermos afirmar que há impacto da ideologia na formação da agenda de diplomacia do conhecimento;
3. Os proferimentos que mencionam temas da diplomacia do conhecimento, frequentemente também são utilizados para reafirmar outras noções neoconservadoras presentes no governo Bolsonaro, mas que não necessariamente estão relacionadas diretamente aos temas da “educação”, “pesquisa”, “inovação”, “desenvolvimento”, “tecnologia” ou “cultura”;
4. A menção específica ao termo “Hungria” nas publicações do MEC nos chamou a atenção para uma possível predileção de Abraham Weintraub em estabelecer acordos de cooperação educacional com países que compartilham valores similares que nortearam o governo Bolsonaro, o que pode embasar a problemática de uma pesquisa futura;
5. A presença de termos explicitamente relacionados ao neoconservadorismo, ou mesmo de neoconservadores, nos atos internacionais brasileiros que fazem menção à diplomacia do conhecimento, nos permite hipotetizar (1) que o caráter tecnocrático e profissionalizante do MRE brasileiro serviu como resistência institucional às tentativas de formação de uma agenda orientada por valores neoconservadores nestas

políticas, e/ou (2) que a falta de acesso aos discursos oficiais destes atores empobreceu a de análise que empreendemos neste trabalho¹³.

Por fim, identificamos que existe o compartilhamento de ideias entre os atores neoconservadores mencionados no capítulo 2, sugerindo a existência de uma comunidade eletiva entre eles, especialmente no contexto dos Ministérios analisados. Pode-se pensar, no contexto analisado, em uma disputa pela agenda política, enquanto característica marcante do governo Bolsonaro (ALMEIDA, 2023). Esta disputa pode ser inferida nas arenas públicas, onde os atores neoconservadores tentaram puxar a temática em torno do neoconservadorismo, influenciando a opinião pública e mobilizando atores em torno de suas visões. No entanto, este resultado não é definitivo sobre a formação ou não de coalizões que impactaram na agenda das políticas de diplomacia do conhecimento durante o governo Bolsonaro, sendo apenas reflexo da limitação de documentos da pesquisa. Portanto, não se pode afirmar com certeza que essas tentativas resultaram em mudanças concretas nas políticas de diplomacia do conhecimento.

¹³ Tentamos obter também, via Lei de Acesso à Informação (LAI), as atas de reuniões do Instituto Guimarães Rosa e da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) durante o governo Bolsonaro, mas o acesso não foi possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação foi motivada pela seguinte pergunta: “houve influência do neoconservadorismo na agenda de diplomacia do conhecimento do governo Bolsonaro? Se sim, como essa influência se manifestou?”. Nossa hipótese inicial foi a de que a ideologia neoconservadora influenciou a formação da agenda de diplomacia do conhecimento durante o governo Bolsonaro, particularmente no MEC e no Itamaraty, por meio de uma coalizão de atores que incorporaram essas ideias nas políticas públicas desenvolvidas nestes dois ministérios.

No primeiro capítulo, discutimos a formação das políticas públicas, apresentando os modelos teóricos de Kingdon e Sabatier. Argumentamos que a política externa pode ser entendida como uma política pública e, portanto, analisada através desses modelos. Abordamos como as agendas são formadas e como as coalizões de defesa podem influenciar a formulação dessas agendas, estabelecendo uma base teórica para investigar a diplomacia do conhecimento sob o governo Bolsonaro.

No segundo capítulo, contextualizamos o neoconservadorismo no Brasil, destacando a influência de Olavo de Carvalho. Analisamos como suas ideias moldaram a visão de mundo de figuras proeminentes do governo, como Ernesto Araújo e Abraham Weintraub. Este capítulo forneceu um panorama das conexões ideológicas e políticas que poderiam ter influenciado a agenda de diplomacia do conhecimento, estabelecendo uma ligação entre os atores neoconservadores e suas possíveis tentativas de implementar suas visões nas políticas dos ministérios.

O terceiro capítulo foi dedicado à análise documental, examinando atos internacionais, proferimentos de autoridades e publicações oficiais. Utilizando o software Iramuteq, realizamos uma análise qualitativa dos textos, buscando identificar padrões e conexões que indicassem a presença de elementos neoconservadores e os atores envolvidos. Avaliamos a frequência de termos como “marxismo cultural” e “globalismo”, além de examinar a interação entre os diferentes atores envolvidos na formulação da agenda de diplomacia do conhecimento.

A análise dos dados textuais e dos discursos destacou a presença de termos vinculados à ideologia neoconservadora, como “marxismo cultural” e “globalismo”. Esses termos aparecem de forma recorrente, mas não com a consistência necessária para afirmar uma influência direta e substancial na formação da agenda de diplomacia do conhecimento durante

o governo Bolsonaro. Embora tais menções indiquem a presença de uma retórica alinhada com os ideais neoconservadores, elas não foram suficientes para demonstrar um impacto direto na agenda das políticas de diplomacia do conhecimento.

Além disso, observamos menções específicas a alguns países, como “Hungria”, nas publicações do MEC. Essas menções sugerem uma possível predileção por estabelecer cooperações educacionais com países que compartilham valores e ideologias semelhantes aos do governo Bolsonaro. Este alinhamento pode refletir uma tentativa de criar parcerias internacionais com nações que seguem uma linha política similar, fortalecendo a agenda conservadora. No entanto, essa observação, embora interessante, não fornece evidências suficientes para concluir que houve uma orientação neoconservadora sistemática na política de diplomacia do conhecimento.

Além disso, a análise não encontrou menções consistentes a atores específicos que pudessem reforçar a existência de uma coalizão neoconservadora. A ausência de referências claras e frequentes a esses atores limita a capacidade de afirmar a existência de uma coalizão estruturada e influente no desenvolvimento das políticas de diplomacia do conhecimento. Embora haja indícios da existência de uma rede de atores compartilhando ideias neoconservadoras, a evidência não é robusta o suficiente para concluir que tais atores formaram uma coalizão capaz de moldar diretamente as políticas examinadas.

Com isso, os achados indicam a existência de uma comunidade eletiva de ideias entre os atores neoconservadores, sugerindo uma disputa pela agenda política característica do governo Bolsonaro. Esta disputa é evidente nas arenas públicas, onde atores neoconservadores tentaram influenciar a opinião pública e mobilizar apoio em torno de suas visões. Contudo, as limitações do estudo, incluindo a falta de acesso a documentos completos e discursos oficiais, impediram uma análise conclusiva sobre a formação de coalizão e seu impacto na agenda em questão.

Para futuras pesquisas, seria importante acessar um conjunto mais amplo de documentos e discursos oficiais para uma análise mais detalhada. Investigações adicionais poderiam focar em como a diplomacia do conhecimento evoluiu sob diferentes administrações e ideologias, bem como explorar mais profundamente as conexões entre atores neoconservadores e suas tentativas de influenciar políticas públicas. Além disso, um estudo comparativo com outros países que experienciaram a presença de movimentos neoconservadores poderá fornecer *insights* valiosos sobre as dinâmicas e impactos dessas ideologias na política externa e na diplomacia do conhecimento.

Em conclusão, apesar de detectar elementos e atores neoconservadores nos discursos e publicações analisadas, não foi possível determinar uma influência direta na agenda de diplomacia do conhecimento durante o governo Bolsonaro. As evidências sugerem uma tentativa de disputar a agenda política e mobilizar atores em torno de visões neoconservadoras, mas as limitações documentais e metodológicas impedem uma confirmação definitiva. Ainda assim, acreditamos que este estudo contribui para a compreensão das dinâmicas ideológicas no processo de formação de políticas públicas no Brasil e abre caminhos para futuras investigações sobre a influência de ideologias na diplomacia do conhecimento, assim como em outras áreas da política externa.

REFERÊNCIAS

Textos acadêmicos

ALMEIDA, Charles Florczak. **UNIVERSIDADE PARA POUCOS COMO PROJETO DO CAPITAL**: Ideologia e comunicação na disputa do sentido de universidade no governo Bolsonaro (2019-2022). Orientador: Prof. Dr. Rudimar Baldissera. 2023. v. 1, 407 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGOS, Esther Solano (org.) **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil, São Paulo: Boitempo, 2018.

BALDWIN, David A. Power and international relations. In: W. Carlsnaes, T. Risse, and B.A. Simmons, eds. **Handbook of international relations**. Londres: Sage Publications. 2002.

BATEZELLI, Amanda B. **Articulação de agendas governamentais**: política externa e políticas de combate à fome e à pobreza nos governos Lula. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade de São Paulo. São Paulo. 137 f., 2022.

BECK, Donizete Ferreira; SANTOS, Rodrigo Barboza dos. O conflito do neoconservadorismo brasileiro com Paulo Freire: a disputa entre a opressão e a autonomia. *Eccos – Revista Científica*, [S.L.], n. 60, p. 1-24, 29 mar. 2022. University Nove de Julho. <http://dx.doi.org/10.5585/eccos.n60.14824>.

BIANCHI, A. Olavo de Carvalho é um efeito da nova direita, e não sua causa. **Entrevista especial de Álvaro Bianchi**. Notícias, São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, 19 dez. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/585547-olavo-decarvalho-e-um-efeito-da-nova-direita-e-nao-sua-causa-entrevista-especial-com-alvarobianchi>. Acesso em: 24 j 89pan. 2021.

BRASIL. Divisão de Temas Educacionais e Língua Portuguesa (Delp). Ministério das Relações Exteriores. **A Educação na Política Externa Brasileira**. 2021a. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEB.php>. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **A educação na política externa brasileira**. 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/temas-educacionais/a-educacao-na-politica-externa-brasileira>. Acesso em: 28 set. 2022.

BROWN, Wendy. **American Nightmare**: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. *Political Theory*, pp. 690-714. 2016.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução em França**. São Paulo: Edipro, 2018.

CALIL, Gilberto. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. **Argumentum**, vol. 13, n. 2, 2021, Mayo-Agosto, pp. 64-81. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Brasil

CAMARGO, Brígido V.; JUSTO, Ana M. IRAMUTEQ: Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, 2013, p. 513-518.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. **Novos Estudos** - Cebrap, [S.L.], n. 101, p. 57-76, mar. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-33002015000100003>.

CARVALHO, Olavo de. A Revolução Globalista. *Digesto Econômico*, 2009.

CARMO, Wendal. **Globalismo?** as teses da extrema-direita que espalham desinformação sobre Israel X Gaza. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/globalismo-as-teses-da-extrema-direita-que-espalham-desinformacao-sobre-israel-x-gaza-segundo-pesquisa/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: GALLEGÓ, Esther Solano (org.) **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil, São Paulo: Boitempo, 2018.

CÊPEDA, Vera Alves. A nova direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 23, n. 2, p. 40-74, 2018.

CHALOUB, Jorge. Uma obra entre o reacionarismo e o conservadorismo: o pensamento de olavo de carvalho. **Dois pontos**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 78-96, 22 maio 2023. Universidade Federal do Paraná. <http://dx.doi.org/10.5380/dp.v19i2.87162>.

COSTA, A.; GHIROTTI, E. **O Guru Improvável**. Veja, São Paulo, n. 2611, 5 dez. 2018, p. 4452.

DIAMOND, Sara 1995. **Roads to Dominion**: Right-Wing Movements and Political Power in the United States. Nova Iorque: Guilford Press.

EHRMAN, John. **The Rise of Neoconservatism**. New Haven: Yale University Press, 1995.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. O Itamaraty e a Política Externa Brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 311-355, jun. 2012.

FARIA, Claudia Feres. SISTEMA DELIBERATIVO, FORMAS DE CONEXÃO E INCLUSÃO POLÍTICA. Alcance teórico e prático. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 32, n. 95, p. 01, 2017.

FRIDERICHS, L. E. **A atuação política dos think tanks neoliberais brasileiros e argentinos**: os casos do instituto liberal, do instituto de estudos empresariais e do instituto para el desarrollo empresarial de la Argentina (1983-1998). 2019.

FRIEDEN, Jeffrey. International Cooperation in the Age of Populism. *Economic Globalization And Governance*, [S.L.], p. 303-314, 17 out. 2020. **Springer International Publishing**.

http://dx.doi.org/10.1007/978-3-030-53265-9_21. Disponível em:
https://scholar.harvard.edu/files/jfrieden/files/international_cooperation_in_the_age_of_populism_0.pdf. Acesso em: 25 mai. 2024.

FRIGOTTO, G. **ESCOLA “SEM” PARTIDO**: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. [s.l: s.n.]. Disponível em:
 <<https://ifg.edu.br/attachments/article/7536/A%20g%C3%AAnese%20das%20teses%20do%20Escola%20sem%20Partido%20esfinge%20e%20ovo%20da%20serpente%20que%20amea%C3%A7a%20a%20sociedade%20e%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20%E2%80%93%20Gaud%C3%AAncio%20Frigotto.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2024.

GELB, Leslie. **Power rules**: how common sense can rescue American foreign policy. Nova York: Harper. 2009.

GÓES, Fernanda G.B. et al. Use of IRAMUTEQ software in qualitative research: an experience report. **Rev. Enferm.** UFSM, Santa Maria, v. 11, 2021, p. 1-21.

GOMES, Henrique. "DE PÉ PARA A BANDEIRA E DE JOELHOS PARA A CRUZ": Nacionalismo cristão na política externa dos governos Bolsonaro e Orbán. Orientador: Prof^a. Dr^a. Claudia Feres Faria. 2024. 159 f. v. 1, Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

GRANDIN, Greg. 2006. **Empire's Workshop**: Latin America, the United States, and the Rise of the New Imperialism. Nova Iorque: Metropolitan Books.

HAAR, Roberta N; PIERCE, Jonathan J. Foreign Policy Change from an Advocacy Coalition Framework Perspective. **International Studies Review**, [S.L.], v. 23, n. 4, p. 1771-1791, 16 set. 2021. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/isr/viab044>.

HERMANN, Charles F. Changing Course: when governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, [S.L.], v. 34, n. 1, p. 3, mar. 1990. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.2307/2600403>.

INGRAM, Helen M.; FIEDERLEIN, Suzanne L.. Traversing Boundaries: a public policy approach to the analysis of foreign policy. **Western Political Quarterly**, [S.L.], v. 41, n. 4, p. 725-745, dez. 1988. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/106591298804100407>.

KINGDON, John. (2003) [1984]. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 3a. Ed. New York: Harper Collins.

KNIGHT, Jane. **Knowledge Diplomacy**. 2018. Disponível em:
<https://www.britishcouncil.org/sites/default/files/kno.pdf>. Acesso em 8 abr. 2024.

_____. **Knowledge diplomacy**. **International Higher Education**, n. 100, p. 38-39, 2022.

_____. **The Changing Face of Diplomacy in Higher Education: A Diplomacy of Knowledge**. 2020. Disponível em:
<https://www.internationalhighereducation.net/api-v1/article/!/action/getPdfOfArticle/articleID/2827/productID/29/filename/article-id-2827.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2024.

_____. **Towards a Knowledge Diplomacy Framework: An Analysis of the Role of International Higher Education, Research and Innovation in International Relations.** Tese (Doutorado em Political Science). University of Antwerp, 2021.

KRISTOL, Irving. **Neo-conservatism: the autobiography of an idea.** New York: Free Press, 1995.

KRISTOL, Irving. **The Neoconservative Persuasion: Selected Essays, 1942-2009.** New York: Basic Books, 2011.

LACERDA, Marina Basso. **Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na câmara dos deputados.** 2018. 209 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/12476/1/tese%20Marina%20Basso%20Lacerda.pdf>. Acesso em: 22 maio 2024.

LAYNE, Christopher. The unbearable lightness of soft power. *In*: I. Parmer and M. Cox, eds. **Soft power and U.S. foreign policy.** Londres: Routledge. 2010.

LEVI, Werner. Ideology, Interests, and Foreign Policy. **International Studies Quarterly**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 1, mar. 1970. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.2307/3013538>.

LOPES, Dawisson Belém. **Diplomacia do conhecimento.** 2020. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2020/05/11/dawisson-belem-lobes--diplomacia-do-conhecimento.html#:~:text=O%20conceito%20de%20%22diplomacia%20do,desafios%20sociais%20e%20econ%C3%B4micos%20existentes>. Acesso em: 23 maio 2024.

LOPES, Dawisson, CARVALHO, Thales, SANTOS, Vinicius. Did the Far Right Breed a New Variety of Foreign Policy? The Case of Bolsonaro's "More-Bark-Than-Bite". Brasil. **Global Studies Quarterly**. v. 2. 2022. <https://doi.org/10.1093/isagsq/ksac078>.

MATTERN, Janice B. Why soft power isn't so soft: representational force and the sociolinguistic construction of attraction in world politics. *Millenium: Journal of International Studies*, 33, 583–612. doi:10.1177/03058298050330031601. 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil.** São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MELLO, Wallace da Silva. Deus, Família, Punitivismo e Neoliberalismo. **Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 53, n. 1, p. 421-432, 17 nov. 2021. Portal de Periodicos da UFC. <http://dx.doi.org/10.36517/res.53.1.r01>.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto Internacional**, [S.L.], v. 35, n. 1, p. 11-41, jun. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-85292013000100001>.

MOLL NETO, Roberto. O neoconservadorismo nos Estados Unidos da América: as ideias de Irving Kristol e a experiência política no governo Ronald Reagan. **Revista de História** (São Paulo), Campos dos Goytacazes, p. 1-35, 2021.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal R. **Populism: a very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

NINCIC, Miroslav; RAMOS, Jennifer M.. Ideological structure and foreign policy preferences. **Journal Of Political Ideologies**, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 119-141, jun. 2010. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13569317.2010.482368>.

NYE, Joseph S. Soft power: the evolution of a concept. **Journal Of Political Power**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 196-208, 2 jan. 2021. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/2158379x.2021.1879572>.

NYE, Joseph S. **Soft Power**. Foreign Policy, [S.L.], n. 80, p. 153, 1990. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/1148580>. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1148580>. Acesso em 21 jan. 2024.

OLIVEIRA, H. C. DE; SANCHES, A. **Uma breve trajetória dos elementos constitutivos do Advocacy Coalition Framework (ACF)**. Revista de Administração Pública, v. 56, n. 5, p. 632–653, 2022.

PERROTTA, Daniela; SHARPE, Andrés Santos. Política exterior y procesos de internacionalización del sistema científico y universitario: argentina y brasil (2003-2019). **Sociologias**, [S.L.], v. 22, n. 54, p. 88-119, ago. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-99655>.

PEVEHOUSE, Jon C.W. **The COVID-19 Pandemic, International Cooperation, and Populism. International Organization**, [S.L.], v. 74, n. 1, p. 191-212, dez. 2020. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0020818320000399>.

RENNÓ, Lucio. Bolsonarismo e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 36, n. 106, p. 147-163, dez. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36106.009>.

RIPBERGER, Joseph T.; GUPTA, Kuhika; SILVA, Carol L.; JENKINS-SMITH, Hank C.. Cultural Theory and the Measurement of Deep Core Beliefs Within the Advocacy Coalition Framework. **Policy Studies Journal**, [S.L.], v. 42, n. 4, p. 509-527, nov. 2014. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/psj.12074>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/psj.12074>. Acesso em 23 abr. 2024.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político**. 1ª edição. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

SABATIER, Paul. **An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy-oriented learning therein**. 1988.

SALGADO, Carolina et al. **Forum: populist radical right & illiberal foreign policymaking**. Contexto Internacional, [S.L.], v. 45, n. 2, p. 1-32, ago. 2023. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-8529.20234502e20220068>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/p5GcHMdNMRtt6n6CWcZC6dJ/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SANCHEZ, Michelle Ratton et al. Política externa como política pública: uma análise pela regulamentação constitucional brasileira. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 27, n. 1, p. 125-143, nov. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/gKCfZnzSZC7kjhJndL8YSmJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SATO, Eiiti. Cooperação internacional: uma componente essencial das relações internacionais. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 46-57, mar. 2010.

SILVA, Danielle Costa da; BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. Revisando a política externa de direitos humanos: uma análise conceitual e empírica a partir do governo Lula. **Monções: Revista de Relações Internacionais**, Dourados, v. 3, n. 6, p. 169-302, dez. 2014.
SILVA, Ivan Henrique de Mattos e. “LIBERAL NA ECONOMIA E CONSERVADOR NOS COSTUMES” Uma totalidade dialética. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 36, n. 107, p. 1-19, 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/3610702/2021>.

SILVA, M. G. da . REFLEXÕES SOBRE O “MARXISMO CULTURAL”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 1, n. 3, p. 77–82, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3900667. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/165>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Edmund Burke e a gênese conservadorismo**. Serviço Social & Sociedade, [S.L.], n. 126, p. 360-377, jun. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.073>.

SUANO, M. J. F. 2005. O discurso teórico nas Relações Internacionais. In: Civitas. Porto Alegre, V. 5, Nº 2, jul.-dez., pp. 245-274.

VICENTE, Victor M. B. **A análise de políticas públicas na perspectiva do modelo de coalizões de defesa**. v. 19, n. 1, p. 77, 2016.

VUVING, Alexander. **How soft power works**. In: American Political Science Association, Toronto. 2009.

WALKER, Christopher; LUDWIG, Jessica. The meaning of sharp power: how authoritarian states project influence. **Foreign Affairs**, 2017.

WEIBLE, C. M., SABATIER, P. A.; MCQUEEN, K. Themes and variations: taking stock of the Advocacy Coalition Framework. **The Policy Studies Journal**, [S. l.], v. 37, n. 1, p. 121-140, 2009.

ZAHARIADIS, Nikolaos. Comparing Three Lenses of Policy Choice. **Policy Studies Journal**, [S.L.], v. 26, n. 3, p. 434-448, set. 1998. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1541-0072.1998.tb01911.x>.

Documentos coletados

ARAÚJO, Ernesto. **A nova política externa brasileira: seleção de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores – 2019**. Brasília: FUNAG, 2020.

ARAÚJO, Ernesto. **Política externa: soberania, democracia e liberdade – Coletânea de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores – 2020**. Brasília: FUNAG, 2021.

BOLSONARO, Jair. **Discurso durante cerimônia de posse no Congresso Nacional**. 2019. Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional-brasil-1-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BOLSONARO, Jair. **Discurso durante cerimônia de recebimento da faixa presidencial**. 2019. Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial-brasil-1-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BOLSONARO, Jair. **Discurso na 74ª Assembleia Geral da ONU**. 2019. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-09/presidente-jair-bolsonaro-discursao-na-74-asm-geral-da-onu>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BOLSONARO, Jair. **Discurso na LVIII Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados (videoconferência)**. 2021. Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-lviii-cupula-de-chefes-de-estado-do-merc-sul-e-estados-associados-videoconferencia-palacio-do-planalto>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BOLSONARO, Jair. **Discurso no Fórum Econômico Mundial**. 2019. Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-a-sessao-plenaria-do-forum-economico-mundial-davos-suica-22-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 30 mai. 2023.

BRASIL. **Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala**. 2019.

BRASIL. **Acordo bilateral sobre serviços aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar**. 2019.

BRASIL. **Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Execução do Projeto ³Fortalecimento da Vigilância em Saúde das Doenças de Transmissão Vetorial: Malária, Chagas e Leishmaniose**. 2020.

BRASIL. Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Execução do Projeto “Apoio à Criação do Centro de Resposta aos Incidentes de Segurança Cibernética no Suriname”. 2020.

BRASIL. Acordo de cooperação e facilitação de investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia. 2020.

BRASIL. Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador. 2019.

BRASIL. Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos. 2019.

BRASIL. Acordo de Cooperação e Facilitação em Matéria de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e o Reino de Marrocos. 2019.

BRASIL. Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola em Matéria de Segurança e Ordem Interna. 2019.

BRASIL. Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a realização do curso de treinadores mestres “Buddy First Aid Course”. 2019.

BRASIL. Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Áustria em cooperação científica e tecnológica. 2019.

BRASIL. Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia sobre assistência jurídica mútua em matéria penal. 2020.

BRASIL. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel para Cooperação em Segurança Pública, Prevenção e Combate ao Crime Organizado. 2019.

BRASIL. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação em questões relacionadas à Defesa. 2019.

BRASIL. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar sobre isenção mútua de visto de entrada para portadores de passaporte comum. 2019.

BRASIL. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos Sobre Cooperação e Assistência Mútua em Matéria Aduaneira. 2019.

BRASIL. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América referente a projetos de pesquisa, desenvolvimento, teste e avaliação (Acordo RDT&E). 2020.

BRASIL. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Salvaguardas Tecnológicas relacionadas à Participação dos Estados Unidos da América em lançamentos a partir do Centro Espacial de Alcântara. 2019.

BRASIL. Acordo para Cooperação em Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel. 2019.

BRASIL. Acordo-Quadro entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino de Marrocos sobre cooperação em matéria de defesa. 2019.

BRASIL. Acordo sobre serviços aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República de Ruanda. 2019.

BRASIL. Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Estado de Israel. 2019.

BRASIL. Acordo sobre serviços aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, com relação a Sint Maarten. 2019.

BRASIL. Acordo sobre serviços aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos. 2019.

BRASIL. Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola. 2019.

BRASIL. Ajuste, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Concessões de Contribuições Financeiras não Reembolsáveis, no Marco da Cooperação Bilateral em Benefício do Objetivo de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil Referente ao Projeto "Inovação nas Cadeias Produtivas da Agropecuária para a Conservação Florestal na Amazônia Legal". 2020.

BRASIL. Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo do Japão e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em Brasília em 22 de setembro de 1970, referente ao Projeto de Aprimoramento da Capacidade Técnica em Medidas Estruturais contra Movimentos Gravitacionais de Massa com Foco na Construção de Cidades Resilientes. 2021.

BRASIL. Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo do Japão e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em Brasília em 22 de setembro de 1970, referente ao Projeto para o Aperfeiçoamento do Controle de Desmatamento Ilegal por meio de Tecnologias Avançadas SAR e AI na Amazônia Brasileira. 2021.

BRASIL. Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico entre os dois Governos referente ao Projeto de Desenvolvimento de Sensores e Plataforma de Agricultura de Precisão em Apoio à Agricultura Sustentável Brasileira. 2021.

BRASIL. Ajuste complementar ao Acordo básico de cooperação técnica, científica e tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado Plurinacional da Bolívia para a implementação do projeto “fortalecimento da capacidade operativa da Polícia Boliviana e da Polícia Rodoviária Federal na luta contra o narcotráfico em rodovias e delitos conexos de impacto transfronteiriço”. 2019.

BRASIL. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado Plurinacional da Bolívia para a implementação do projeto “fortalecimento da capacidade operativa da Polícia Boliviana e da Polícia Rodoviária Federal na luta contra os crimes transnacionais nas rodovias”. 2019.

BRASIL. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica, científica e tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado Plurinacional da Bolívia para implementação do projeto “Fortalecimento da capacidade cooperativa da polícia boliviana e da polícia rodoviária federal no combate aos crimes contra os direitos humanos”. 2019.

BRASIL. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil para a implementação do projeto de cooperação técnica “DKTI Parceria Tecnológica Brasil-Alemanha para Armazenamento de Energia”. 2019.

BRASIL. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a implementação do projeto de cooperação técnica “Fundo de Estudos e Peritos”. 2019.

BRASIL. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Implementação do Projeto de Cooperação Técnica “Parcerias para Inovações para a Proteção da Floresta Tropical na Amazônia Brasileira”. 2020.

BRASIL. Ajuste Complementar entre a República Federativa do Brasil e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) para Prestação de Cooperação Técnica na Área de Museologia. 2020.

BRASIL. Ata da Quinta Reunião Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação - COSBAN. 2019.

BRASIL. Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e sobre o Capital e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais e seu Protocolo. 2019.

BRASIL. Emenda 4 ao Programa Executivo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente Fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), para a Implementação do Projeto “Desenvolvimento da Avaliação Inicial da Convenção de Minamata sobre Mercúrio no Brasil”. 2020.

BRASIL. Memorando de Cooperação de Tomé-Açu entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão sobre o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia. 2021.

BRASIL. Memorando de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão no Campo de Tecnologias Relacionadas à Produção e ao Uso de Nióbio e Grafeno. 2021.

BRASIL. Memorando de entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre cooperação na área de bioenergia, incluindo biocombustíveis. 2019.

BRASIL. Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia sobre cooperação em bioenergia. 2020.

BRASIL. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativa da Guiana sobre Estudos de Viabilidade Técnica para Implantação de Rota Óptica de Boa Vista (Brasil) a Georgetown (Guiana). 2020.

BRASIL. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Cooperação na Área de Telecomunicações e Economia Digital. 2020.

BRASIL. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar sobre cooperação em grandes eventos internacionais. 2019.

BRASIL. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar sobre cooperação no campo da saúde. 2019.

BRASIL. Memorando de Entendimento Entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia Marroquina de Estudos Diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Reino do Marrocos. 2019.

BRASIL. Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República do Chile sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática Andrés Bello. 2020.

BRASIL. Memorando de Entendimento sobre Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Benedito Aguiar toma posse como presidente da Capes. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/12-aco-es-programas-e-projetos-637152388/85491-benedito-aguiar-toma-posse-como-presidente-da-capes>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cândido Albuquerque toma posse como reitor e defende implementação do Future-se.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/79471-candido-albuquerque-toma-posse-como-reitor-e-defende-implementacao-do-future-se>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Em 300 dias de governo, destaque da educação vai para Future-se, escola cívico-militar e ENEM 2019.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/12-acoes-programas-e-projetos-637152388/82191-m-300-dias-de-governo-destaque-da-educacao-vai-para-future-se-escola-civico-militar-e-en-m-2019>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC assina acordo com governo húngaro para concessão de 750 bolsas de ensino.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/221-2107596713/86261-mec-assina-acordo-com-governo-hungaro-para-concessao-de-750-bolsas-de-ensino>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC e Ministério da Justiça e Segurança Pública estimulam pesquisas científicas para enfrentamento de crimes.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/12-acoes-programas-e-projetos-637152388/84161-ec-e-ministerio-da-justica-e-seguranca-publica-estimulam-pesquisas-cientificas-para-enfrentamento-de-crimes>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC firma compromisso para tornar Brasil referência na América Latina até 2030.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/77991-mec-firma-compromisso-para-tornar-brasil-referencia-na-america-latina-ate-2030>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC lança programa Conta pra Mim para incentivar a leitura de crianças no ambiente familiar.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/12-acoes-programas-e-projetos-637152388/83281-mec-lanca-programa-counta-pra-mim-para-incentivar-a-leitura-de-criancas-no-ambiente-familiar>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC lança programa Tempo de Aprender para aprimorar a alfabetização no país.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/12-acoes-programas-e-projetos-637152388/85721-ec-lanca-programa-tempo-de-aprender-para-aprimorar-a-alfabetizacao-no-pais>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC participa da celebração do Dia Internacional da Juventude.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/79161-mec-participa-da-celebracao-do-dia-internacional-da-juventude>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC realiza conferência para discutir estratégias de alfabetização no Brasil.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/81491-mec-realiza-conferencia-para-discutir-estrategias-de-alfabetizacao-no-brasil>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC recebe embaixador da Espanha no Brasil.**

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/221-2107596713/78951-mec-recebe-embaixador-da-espanha-no-brasil>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC recebe embaixador do Reino Unido no Brasil.**

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/221-2107596713/78631-mec-recebe-embaixador-do-reino-unido-no-brasil>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC recebe ministro da educação de Bangladesh, Zakir Hossen.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/78051-mec-recebe-ministro-da-educacao-de-bangladesh-zakir-hossen>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ministro defende autorregulação para instituições privadas de ensino superior.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/80691-ministro-defende-autorregulacao-para-instituicoes-privadas-de-ensino-superior>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ministro participa de lançamento da nova fase de acolhimento humanitário de venezuelanos.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/12-aco-es-programas-e-projetos-637152388/80901-ministro-participa-de-lancamento-da-nova-fase-de-acolhimento-humanitario-de-venezuelanos>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ministro participa de reunião bilateral entre Brasil e Hungria.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/221-2107596713/81091-ministro-participa-de-reuniao-bilateral-entre-brasil-e-hungria>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. **Programa de intercâmbio cultural entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Índia para o período 2020-2024.** 2020.

BRASIL. **Programa Executivo entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA para implementar o projeto “Consolidação da Organização Produtiva e Socioeconômica da Agricultura Familiar no Brasil”.** 2020.

BRASIL. **Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América Relacionado a Regras Comerciais e de Transparência.** 2020.

BRASIL. **Protocolo de Emenda à Convenção entre o Brasil e a Suécia para evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda.** 2019.